

MERCANTIL DO BRASIL S. A.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2019 E 2018.**

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – PRIMEIRO SEMESTRE DE 2019

Senhores Acionistas:

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras do Banco Mercantil do Brasil S.A., bem como as demonstrações consolidadas abrangendo as empresas do conglomerado.

CONJUNTURA ECONÔMICA E SISTEMA FINANCEIRO

Na conjuntura global, alguns fatos têm ensejado apreensões quanto ao nível de expansão da economia, tais como diminuição no ritmo de crescimento das economias americana, chinesa e na Zona do Euro, além de ações de cunho protecionista na condução de políticas comerciais por parte de alguns países. Por outro lado, observa-se também fatores claramente positivos, como redução de pressões inflacionárias, aumento da liquidez e tendência de queda dos juros no mercado internacional.

No Brasil, o baixo desempenho da economia no primeiro semestre foi marcado pela queda do vigor no comércio varejista e pela retração na produção industrial. Nesse contexto, projeções recentes evidenciam tendência de expansão anual da economia da ordem de 0,8%, inferior ao crescimento de 1,1% de 2018.

Não obstante, surgem perspectivas de um cenário mais positivo no segundo semestre, fomentado por medidas para maior estímulo à atividade econômica, destacando-se a aprovação da reforma previdenciária em curso, acrescida das recentes decisões de liberação parcial de recursos do PIS/Pasep e FGTS aos trabalhadores e da redução da taxa de juros Selic em 0,5 ponto percentual, alcançando agora o patamar de 6% ao ano, levando-se em consideração, também, que a inflação está sob controle e abaixo de 4% ao ano.

No Sistema Financeiro Nacional, o crédito ainda mostrou-se restritivo para o segmento de pessoas jurídicas, que registrou queda de 2,9% no semestre e retração de 0,8% em doze meses. O nível das provisões para perdas com crédito mantiveram-se estáveis.

CONTEXTO CORPORATIVO E MERCADOLÓGICO

- **Perfil Corporativo e Mercadológico**

O Mercantil do Brasil caracteriza-se pelo perfil corporativo de banco de porte médio, atuação no varejo bancário tradicional e foco geográfico na região Sudeste do País. Opera com pessoas físicas e jurídicas através de rede própria de atendimento, na concessão de crédito massificado e captação de recursos de perfil pulverizado, distribuindo amplo portfólio de produtos e serviços em canais físicos e digitais.

Os esforços comerciais e de investimentos têm sido direcionados, ao longo dos últimos anos, para incrementar a geração de negócios massificados com clientes pessoas físicas e pequenas e médias empresas, utilizando as estruturas comerciais especializadas em servir ao cliente na sua rede própria de atendimento, parceiros e nos seus canais digitais.

Por meio de parcerias estratégicas com correspondentes bancários, o Mercantil do Brasil desenvolveu diferenciais competitivos na originação de empréstimos consignados em folha, permitindo a expansão da sua atuação além da região Sudeste.

O Banco conta com mais de 230 unidades distribuídas nas 165 maiores cidades dos estados de Minas Gerais e São Paulo, além dos mais de 23 mil terminais do Banco 24Horas espalhados pelo País. Oferece ao cliente uma experiência única de relacionamento sustentada em um atendimento simples, ágil e próximo, em que a eficiência no servir é a principal diretriz da Instituição e a satisfação do cliente um compromisso de todos os colaboradores.

A decisão do Mercantil do Brasil em consolidar a sua atuação no varejo bancário e em capturar as oportunidades de ganhos de eficiência com a evolução tecnológica e a digitalização de processos permitiu a aceleração do ritmo de crescimento da base de clientes nos últimos 10 anos, a execução do plano de revisão do posicionamento geográfico e de ampliação da rede, a priorização de investimentos em negócios mais rentáveis, bem como a redução dos custos operacionais.

Em junho de 2019, o Mercantil atingiu a marca de 2,3 milhões de clientes, resultado das capacitações desenvolvidas no atendimento e relacionamento junto ao público alvo de beneficiários do INSS, por meio da especialização de atendimento e relacionamento com esse segmento, lançamento de novas linhas de crédito e opções de investimento, alinhadas ao perfil e características desse nicho de clientes.

A eficiência no atendimento constitui tradição e objetivo permanente da Instituição, e os indicadores sobre a satisfação com o atendimento refletem essa diretriz corporativa. Pesquisa de Imagem e Satisfação dos Clientes revelam índices históricos elevados, atingindo 91% na última edição de 2018.

Destaca-se, também, o reconhecimento das entidades especializadas em relações de consumo e de classe que categorizam o Banco entre as melhores instituições no segmento bancário nacional em atendimento e melhores práticas no relacionamento com o cliente, bem como a certificação ISO9001 dos processos de atendimento aos beneficiários do INSS da agência Matriz.

Todas essas conquistas refletem um amplo conjunto de medidas cuidadosamente desenhadas e meticulosamente implementadas, mas especialmente a promoção de um ambiente colaborativo e de estímulo à criatividade entre os 2.909 funcionários.

Como resultados dos investimentos na capacitação e clima organizacional, o Mercantil do Brasil manteve-se no 1º lugar como a Melhor Empresa para se Trabalhar em Minas Gerais nos anos de 2018 e 2019; e entre as 25 no Brasil em 2018, nas pesquisas realizadas anualmente pela *GPTW – Great Place to Work*.

Ressalta-se a adoção de boas práticas de governança corporativa que permeia todos os processos da Instituição, garantindo a consecução dos objetivos estratégicos do Banco em conformidade com as normas vigentes, uma gestão de riscos eficiente e um sistema de controles seguro, que garantem ao Mercantil do Brasil sua notória solidez no mercado financeiro.

A conjugação dos indicadores econômico-financeiros do Mercantil do Brasil, seu planejamento sustentável e coerente, além da disciplina de implementar um importante programa de transformação digital têm proporcionado a elevação progressiva dos indicadores de rentabilidade nos períodos mais recentes e constituem a principal garantia da aceleração desse processo nos próximos anos.

➤ **Reconhecimentos e Destaques**

O Banco foi finalista, pela segunda vez, do Prêmio Consumidor Moderno de Atendimento ao Cliente, tendo sido classificado, em maio, entre as três melhores instituições no segmento bancário nacional.

A Instituição foi destaque, ainda, em comitês da Febraban pelas medidas implementadas em nome da ética no relacionamento com os clientes, em conformidade com normas do Banco Central do Brasil. Recentemente, as ações dos bancos para a proteção do consumidor foram objeto de destaque pela Febraban, em evento realizado na ONU, em Genebra, na Suíça, ocasião em que aquela Federação apresentou o Guia de Boas Práticas do setor bancário brasileiro, construído com a participação de oito instituições financeiras nacionais, dentre elas o Mercantil do Brasil.

➤ **Transformação Digital**

Com atuação no varejo bancário e foco no atendimento aos beneficiários do INSS e às pessoas jurídicas de médio porte, o Mercantil do Brasil dedica vultosos investimentos na atualização constante de sua infraestrutura tecnológica, garantindo adequado suporte ao crescimento das operações com segurança e agilidade.

Nesse campo específico, a previsão de investimento neste ano é da ordem de R\$ 54,0 milhões, distribuídos em *hardware*, *software* e sistemas corporativos. Os investimentos já realizados no primeiro semestre somam R\$ 22,5 milhões.

Estes investimentos também garantem a atualização contínua de toda a estrutura de atendimento, com incorporação dos mais recentes avanços da era digital, seja no campo da racionalização de processos, proporcionando maior agilidade e redução de custos, seja na disponibilização de mecanismos digitais para a movimentação financeira dos clientes.

Além disto, vale destacar a introdução de importantes ferramentas de trabalho das equipes de atendimento e de vendas, como a Plataforma de Agências e a Plataforma Digital. Através do uso de *tablets* e tecnologias inovadoras, o processo

de atendimento e abertura de conta é 100% digital, com ganhos significativos em velocidade e simplicidade, além de conforto para os clientes e novas formas de se fazer negócios.

Essas soluções colocaram o MB entre as 100 empresas mais inovadoras do Brasil pela ITMIDIA/*Computerword*, evento de tecnologia reconhecido no País que avalia soluções tecnológicas de todos os segmentos da economia brasileira.

Outra iniciativa recente nesse campo foi a criação do DOMO DIGITAL, um centro de inovação projetado para abrigar todo o desenvolvimento de soluções digitais e integrar suas equipes e sistemas com o mundo das *startups*. Nesse centro, serão realizados os testes e implantações de novas soluções tecnológicas, além da seleção e integração das *startups* que farão parte do ecossistema digital do Mercantil do Brasil.

Destaca-se, ainda, a criação da “MEL”, assistente virtual do MB baseada em inteligência artificial, além da expansão das funcionalidades do *AppMB*, dotando esse moderno instrumento das facilidades e da segurança capazes de alcançar o *Mobile Bank* do MB ao posto de principal canal transacional em curto prazo, dada a sua acelerada velocidade de adoção. Com apenas 1,5 ano de lançamento de sua primeira versão, o *AppMB* já foi baixado por cerca 300 mil clientes, que em junho realizaram aproximadamente 2,0 milhões de transações, totalizando mais de 10% das contratações de empréstimo, sendo que na modalidade de empréstimo consignado, já atingiu a marca de 20% das operações.

- **Canais Eletrônicos**

Os canais de atendimento são os meios disponibilizados pelo Banco para relacionamento com os clientes, com foco no atendimento às demandas, envolvendo realização de transações e de negócios, proporcionando melhor experiência para o cliente junto ao Mercantil do Brasil. Contribuem para a redução de custos, aumento de eficiência e geração de receitas.

O Autoatendimento é o principal canal de relacionamento do cliente com o Banco, proporcionando interatividade, segurança, versatilidade e agilidade na realização de transações dos clientes, além de oferecer facilidade no acesso às linhas de crédito. No primeiro semestre de 2019, obteve um aumento de 4% das transações realizadas pelo canal em comparação ao último semestre de 2018. Atualmente é responsável por 35% das transações financeiras realizadas pelos canais de atendimento.

O canal *Internet Banking* responde por 4% de todas as transações realizadas, dispondo de amplo portfólio de produtos e serviços.

Nota-se, contudo, crescente preferência dos clientes pela utilização do Aplicativo MB (*AppMB*). De fato, esse Aplicativo continua com acentuado crescimento da utilização pelos clientes em 2019, alcançando 14% do total das transações realizadas pelos canais. No primeiro semestre, constata-se crescimento de 50% no volume das transações financeiras realizadas através deste canal, em comparação com o último semestre de 2018. Trata-se de Aplicativo que tem como diretriz de atuação a comodidade e melhor experiência dos clientes, a agilidade e a segurança nas transações, no qual o MB tem investido de forma recorrente em sua evolução. Nesse sentido, em 2019 já foram implementadas mais de 13 opções de transações financeiras, entre elas portabilidade de salário, bloqueio e desbloqueio de cartões, contratação e renovação de empréstimos, dentre outras.

O *Call Center* consolidou seus processos de atendimento, com objetivo de alavancar os índices de resolução das solicitações dos clientes no primeiro contato. Nesse sentido, o Banco continuou investindo em treinamento de seus funcionários, visando aumentar a especialização e capacidade de resolutividade. De fato, o canal centraliza o atendimento de todos os canais digitais (Alô Mercantil - SAC, Banco por Telefone, Redes Sociais, Fale Conosco, Reclame Aqui e Consumidor.gov), incluindo uma visão única do atendimento ao cliente, consolidando como canal de relacionamento do cliente com o Banco. Alcançamos um índice de satisfação com o serviço prestado de 83% na pesquisa realizada para o Alô Mercantil SAC, em janeiro de 2019.

O atendimento nas Redes Sociais alcançou um crescimento de 10% em relação ao último semestre de 2018, atingindo a marca de 259.246 fãs.

- **Responsabilidade Socioambiental - Atuação Responsável**

No primeiro semestre, dentre as iniciativas em prol da Cidadania, destacam-se o MB Educação Financeira, MB Consciente Ambiental, MB Doação de Sangue.

Além disso, o Banco está apoiando a realização de uma série de iniciativas aprovadas em mecanismos de incentivos fiscais, em diversas frentes culturais e sociais, como os projetos:

>> Cine Vida: oficinas sobre cinema para a formação de jovens e adultos.

>> Circo no Querubins: oficinas semanais que atendem gratuitamente cerca de 120 crianças e adolescentes de uma das comunidades mais carentes da capital mineira.

>> Infinitude: projeto voltado para o público da terceira idade, que irá promover blitz de estímulo à busca pela qualidade de vida, seja por meio do cuidado com a saúde, seja por meio do lazer (música, teatro, gastronomia, etc).

>> Orquestra Jovem Sinfonia de Betânia: ensino da música erudita a crianças e jovens.

>> Orquestra Filarmônica de Minas Gerais: realização de concerto da série Clássicos na Praça. Apresentação gratuita e ao ar livre.

Informações sobre os programas, projetos e ações na área de responsabilidade socioambiental, realizados e patrocinados pelo Mercantil do Brasil, poderão ser obtidas no site mercantildobrasil.com.br.

• **Capital Humano**

No primeiro semestre, o MB investiu em nova plataforma de treinamento e desenvolvimento. A Estação do Conhecimento deu lugar à Academia Mercantil, uma plataforma de EaD completa e intuitiva, que reúne em um só ambiente cursos, vídeos, artigos, livros, *TED talks* e recursos de gamificação com conteúdos relacionados ao crescimento pessoal e profissional dentro do MB.

A ferramenta veio para transformar, conquistar e alinhar todos os colaboradores em um movimento forte de valorização e reconhecimento.

O Mercantil do Brasil também deu continuidade aos treinamentos para desenvolvimento de competências gerenciais, essenciais e técnicas. Foram registradas 61.099 horas de treinamento presenciais e a distância, com a participação média da ordem de 19,08 horas de treinamento por funcionário.

Nos treinamentos a distância, foram lançados 15 cursos, dos quais 6 treinamentos sobre o Modelo de Atendimento do MB com enfoque no atendimento aos clientes e usuários sobre triagem, primeiro atendimento, sala de autoatendimento e guardião do atendimento, em formato dinâmico, utilizando vídeos e animações, garantindo maior efetividade na absorção dos conteúdos, tendo como público alvo todos os colaboradores dos Pontos de Atendimento da Instituição. Os treinamentos sobre prevenção à corrupção, MB Consciente Ambiental, risco operacional e política institucional de relacionamento com clientes e usuários foram disponibilizados para todos os colaboradores da Instituição. Também foram lançados treinamentos com enfoque comportamental e autodesenvolvimento, dentre eles, transformação digital, singularidade tecnológica e métodos ágeis, scrum para a produtividade e a arte de liderar.

Nos treinamentos presenciais, destacam-se o programa “Eficiência no Atendimento ao Cliente”, com foco nos escriturários de agência, com objetivo de treinar e desenvolver os conhecimentos sobre os produtos e processos do MB e, também, o aperfeiçoamento do atendimento ao cliente no Autoatendimento. O treinamento “Ferramentas para Gestão” destinou-se aos Gerentes Beneficiários INSS, com foco no aperfeiçoamento do conhecimento em processos, produtos e gestão de pessoas. Destaca-se, ainda, o treinamento para os funcionários da Central de Atendimento sobre “português prático e sem complicação”, para aperfeiçoar a linguagem no atendimento aos clientes, e o *workshop* sobre comunicação e cooperação para as lideranças, focando o aprimoramento da sinergia entre as áreas.

Foram promovidas para o time uma série de palestras com pessoas de renome no mercado e para uma nova frente de capacitação e de alinhamento dos colaboradores foram lançadas as *Domo Talks* e *Domo Tech*, treinamentos curtos para capacitar os colaboradores da Instituição nas metodologias ágeis.

• **Gestão do Capital e Limites Operacionais**

O Mercantil do Brasil dispõe de Estrutura de Gerenciamento de Capital, que compreende o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos inerentes ao negócio e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos e normas em vigor.

Os limites operacionais são calculados de forma consolidada e o índice de adequação do patrimônio aos ativos de risco (Acordo de Basileia III) posicionou-se em 17,32%, perante mínimo requerido de 10,50%, já considerado o adicional de capital principal. Informações mais detalhadas podem ser obtidas na nota explicativa nº 14.

- **Gestão de Riscos**

A atividade empresarial envolve riscos e a Gestão dos Riscos de Crédito, Operacional, de Mercado, de Liquidez e Socioambiental no Mercantil do Brasil fazem parte da cultura organizacional. Informações mais detalhadas podem ser obtidas na nota explicativa nº 22.

- **Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro**

Em atenção às normas legais em vigor, o Mercantil do Brasil coopera com os órgãos reguladores para a prevenção e combate à lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem assim para a prevenção da utilização do sistema financeiro para atos ilícitos previstos na Lei nº 9.613/1998.

Neste contexto, possui políticas, procedimentos, controles internos e monitoramento contínuo, destinados à prevenção e combate a referidos ilícitos, em conformidade com a Circular Bacen nº 3.461/2009. As orientações para cumprimento das políticas e procedimentos estão disponíveis em Ato Normativo interno acessível a todos os colaboradores.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO – CONSOLIDADO

- **Ativos e Passivos**

>> Ativo Total, Aplicações de Liquidez e Operações de Crédito

O ativo total consolidado posicionou-se em R\$ 9,6 bilhões. Os ativos circulantes atingiram R\$ 5,8 bilhões (60,1% do ativo total, ante 55,0% em dezembro de 2018) e os passivos de curto prazo somaram R\$ 2,6 bilhões, representando 44,8% do ativo circulante.

As aplicações interfinanceiras de liquidez e em títulos e valores mobiliários alcançaram R\$ 2,9 bilhões. Os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento somam R\$ 11,3 milhões (R\$ 15,1 milhões no consolidado), para os quais o Banco tem intenção e capacidade financeira de manter até o vencimento, nos termos da Circular Bacen nº 3.068/2001.

As operações de crédito posicionaram-se em R\$ 5,3 bilhões. As operações classificadas nas faixas de menor risco de crédito, de “AA” até “C”, representam 80,3% do total da carteira de crédito (78,9% de dezembro e 76,7% de junho de 2018). A provisão para risco de operações de crédito posicionou-se em 11,8% (12,1% de dezembro e 12,3% de junho de 2018). Informações mais detalhadas podem ser obtidas na nota explicativa nº 07.

Captação de Recursos

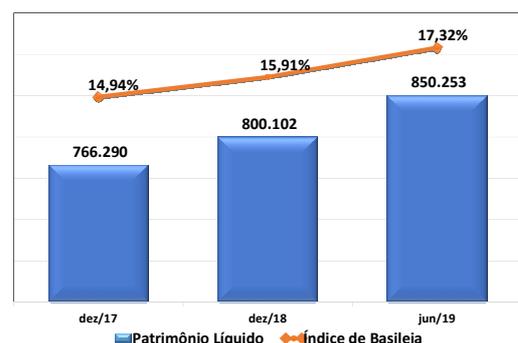
Os recursos existentes foram captados tanto no mercado interno quanto no externo, perfazendo o montante de R\$ 7,9 bilhões, dos quais R\$ 6,0 bilhões são provenientes de depósitos a prazo.

Quanto aos recursos provenientes do exterior, R\$ 539,1 milhões estão registrados como Dívida Subordinada (captados em 2010, com vencimento em 2020), dos quais R\$ 80,3 milhões utilizados na composição do Patrimônio de Referência Nível II para fins de níveis de capitalização, conforme permitido pela Resolução CMN nº 4.192/2013.

As captações através de Letras Financeiras alcançaram R\$ 347,6 milhões. Desse total, R\$ 313,0 milhões, com vencimentos no período de 2023 a 2026, estão contabilizadas na rubrica do Passivo “Instrumento de Dívida Elegíveis a Capital” de que trata a Resolução CMN nº 4.192/2013, dos quais R\$ 259,3 milhões estão sendo utilizados na composição do Patrimônio de Referência Nível II; R\$ 17,5 milhões são instrumentos de dívida perpétua, elegíveis a capital complementar (Nível I), sendo que R\$ 10,4 milhões estão sendo utilizados como Capital Complementar.

- **Patrimônio Líquido e Resultado**

O Patrimônio Líquido posicionou-se em R\$ 850,2 milhões. O Patrimônio Líquido administrado é de R\$ 896,3 milhões e o Patrimônio de Referência alcançou R\$ 1,0 bilhão. No semestre, não foram declarados dividendos ou juros sobre o capital próprio, em conformidade com as normas legais e disposições estatutárias em vigor.



As Receitas da Intermediação Financeira posicionaram-se em R\$ 1.144,0 milhões (R\$ 1.213,9 milhões em junho de 2018, involução de 5,8%).

As Despesas da Intermediação Financeira somaram R\$ 469,3 milhões (redução de 24,1%). Representam 41,0% das Receitas da Intermediação Financeira (50,9% de junho de 2018). Nas despesas com Operações de Captação no Mercado houve redução de 25,8%.

As Despesas com Provisão para Risco de Operações de Crédito posicionaram-se em R\$ 230,4 milhões, redução de 19,8%, representando 20,1% da Receita da Intermediação Financeira (23,7% em junho de 2018).

O Resultado Bruto da Intermediação Financeira mantém trajetória de crescimento, tendo alcançado R\$ 674,7 milhões, crescimento de 13,3%.

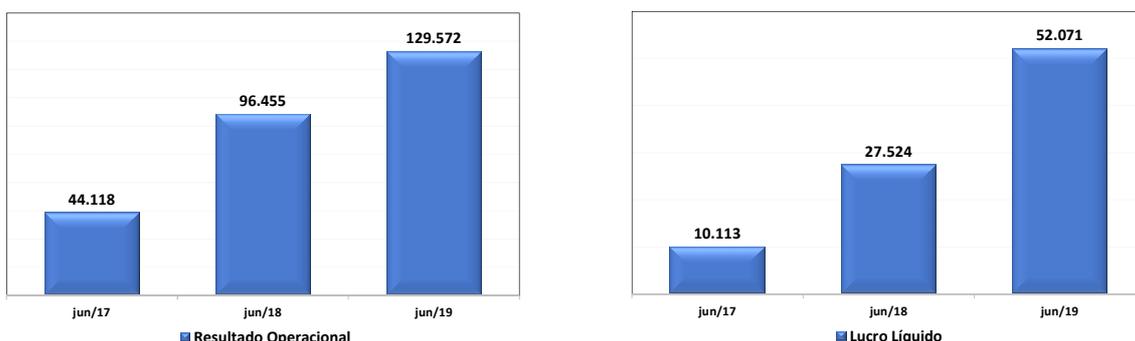
As Receitas de Prestação de Serviços somaram R\$ 133,8 milhões (R\$ 134,6 milhões em junho de 2018).

As Despesas de Pessoal somaram R\$ 213,3 milhões (R\$ 192,3 milhões de junho de 2018, evolução nominal de 10,9% nos últimos doze meses). Os dois itens de maior relevância, proventos de funcionários e encargos sociais, registraram elevação em 5,4%.

As Despesas Administrativas somaram R\$ 297,5 milhões (R\$ 271,4 milhões em junho de 2018), evolução nominal de 9,6%.

O Resultado Operacional alcançou o expressivo crescimento de 34,3%.

O Lucro Líquido posicionou-se em R\$ 52,1 milhões, apresentando crescimento de 89,2% em relação ao mesmo período do ano anterior.



PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS

As participações em empresas controladas encontram-se detalhadas em quadro específico das demonstrações financeiras.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento ao que dispõe a Instrução CVM nº 381/2003, o Mercantil do Brasil e suas empresas controladas informam que os serviços não relacionados à auditoria externa, quando contratados, fundamentam-se na regulamentação aplicável e nos princípios internacionais que preservam a independência e objetividade do auditor independente.

O Mercantil do Brasil e suas empresas controladas contrataram serviços não relacionados à auditoria externa, com os seus auditores independentes PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes e partes relacionadas, em execução, conforme segue: 1) no período findo em junho de 2017, referentes à Revisão dos Controles de Governança de Tecnologia da Informação, com prazo de duração de dois anos, no montante de R\$ 604,0 mil, equivalentes a 36,5% dos honorários de auditoria contratados naquele ano; referidos serviços foram concluídos no primeiro semestre de 2019; 2) serviços com execução a partir de 02/01/2019 e vigência no próprio exercício: a) consultoria tributária, no valor de R\$ 375,7 mil; b) consultoria em segurança cibernética de que trata a Resolução CMN 4.658/2018, no valor de

R\$ 124,8 mil; totalizando R\$ 500,5 mil, equivalentes a 31,1% dos honorários de auditoria contratados até junho deste ano.

Adicionalmente, o Banco e empresas controladas confirmam que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que abrangem qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Nesses termos, os serviços profissionais não relacionados à auditoria externa prestados por referida Auditoria não afetaram a independência e objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados neste Banco e empresas controladas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta oportunidade, agradecemos aos acionistas e clientes pela confiança e apoio com que nos têm prestigiado, bem como ao quadro de colaboradores que mais uma vez demonstrou incondicional compromisso para com as metas e objetivos do Mercantil do Brasil.

Belo Horizonte, agosto de 2019.

Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E DE 2018

Em R\$ mil

ATIVO	MB - Múltiplo		MB - Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	MB Múltiplo		MB Consolidado	
	2019	2018	2019	2018		2019	2018	2019	2018
CIRCULANTE	5.549.175	4.990.166	5.763.994	5.067.551	CIRCULANTE	2.589.639	2.135.434	2.602.511	2.201.638
DISPONIBILIDADES	578.006	435.837	578.006	435.837	DEPÓSITOS (Nota 11.1.)	1.602.496	1.268.260	1.624.262	1.321.637
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 4.)	1.610.056	896.220	1.610.056	640.593	Depósitos à Vista	278.696	236.105	276.496	232.950
Aplicações no Mercado Aberto	1.580.261	600.051	1.580.261	600.051	Depósitos de Poupança	194.214	181.577	194.214	181.577
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	29.795	296.169	29.795	40.542	Depósitos Interfinanceiros	28.939	41.122	28.939	41.122
					Depósitos a Prazo	1.100.647	809.456	1.124.613	865.988
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS					CAPTACIONES NO MERCADO ABERTO	337.794	173.169	287.774	144.232
DERIVATIVOS (Nota 5.)	211.923	266.367	252.776	281.627	Carteira de Terceiros (Nota 4.)	337.794	173.169	287.774	144.232
Carteira Própria	166.707	173.677	207.560	188.927	RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS (Nota 11.2.)	168.138	245.328	181.094	261.402
Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 5.2.)	4.249	11.121	4.249	11.121	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares.....	168.138	245.328	181.094	261.402
Vinculados ao Banco Central	-	34.965	-	34.975	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	14.175	12.324	14.175	12.324
Vinculados à Prestação de Garantias	40.967	46.604	40.967	46.604	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	13.633	12.324	13.633	12.324
					Correspondentes	542	-	542	-
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	54.527	106.767	54.527	106.767	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	4.475	6.563	4.475	6.563
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	10.003	8.605	10.003	8.605	Recursos em Trânsito de Terceiros	4.331	6.563	4.331	6.563
Créditos Vinculados:					Transferências Internas de Recursos	144	-	144	-
Depósitos no Banco Central (Nota 6.)	44.524	98.162	44.524	98.162	OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO PAÍS - INSTITUIÇÕES OFICIAIS	-	1.861	-	1.861
					Outras Instituições.....	-	1.861	-	1.861
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	4.518	4.869	4.518	4.869	OUTRAS OBRIGAÇÕES	462.561	427.929	490.731	453.619
Transferências Internas de Recursos	4.518	4.869	4.518	4.869	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados (Nota 12.1.)	14.378	11.261	14.443	11.296
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7.)	2.374.917	2.537.677	2.515.882	2.796.804	Carteira de Câmbio:				
Operações de Crédito:					Câmbio Vendido a Liquidar	-	617	-	617
Setor Privado	2.664.645	2.881.245	2.805.431	3.131.732	Obrigações por Compra de Câmbio.....	55.583	82.740	55.583	82.740
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão (Nota 7.4.)	18.096	37.538	25.043	53.349	(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio) (Nota 7.1.)	(55.583)	(82.740)	(55.583)	(82.740)
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa) (Nota 7.2.)	(307.824)	(381.106)	(314.592)	(388.277)	Sociais e Estatutárias (Nota 12.2.)	11.462	6.373	13.220	7.685
					Fiscais e Previdenciárias (Nota 12.3.)	30.532	21.729	34.600	26.671
OUTROS CRÉDITOS	434.856	421.905	463.116	469.105	Negociação e Intermediação de Valores	359	-	6.919	1.164
Carteira de Câmbio:					Diversas:				
Câmbio Comprado a Liquidar	66.153	99.897	66.153	99.897	Obrigações por Convênios Oficiais	150.807	132.272	150.807	132.272
Direitos sobre Vendas de Câmbio	-	616	-	616	Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	4.687	3.651	4.947	3.751
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos (Nota 7.1.)	6.496	4.200	6.496	4.200	Provisão para Pagamentos a Efetuar	41.913	42.711	46.465	45.372
Rendas a Receber (Nota 8.6.)	1.233	928	1.791	2.635	Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (Nota 7.2.)	2.564	2.319	2.564	2.319
Negociação e Intermediação de Valores	14	45	3.135	522	Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão (Nota 7.4.)	18.921	39.315	26.221	46.270
Diversos:					Dívidas Subordinadas (Nota 11.3.)	25.990	30.302	25.990	30.302
Créditos Tributários (Nota 8.1.)	191.876	226.846	200.410	238.771	Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 11.4.)	7.518	8.380	7.518	8.380
Devedores por Compras de Valores e Bens (Nota 7.1.)	10.128	15.771	10.128	15.771	Credores Diversos - País (Nota 12.5.)	152.671	128.140	156.289	136.670
Impostos a Compensar (Nota 8.3.)	3.113	5.672	7.540	15.744	Outras.....	759	859	748	850
Pagamentos a Ressarcir (Nota 8.4.)	526	1.034	526	1.034					
Títulos e Créditos a Receber (Nota 8.5.)	162.934	79.595	173.691	89.425					
Adiantamentos e Antecipações Salariais	6.086	6.183	6.244	6.350					
Devedores Diversos (Nota 8.7.)	18.102	29.080	18.539	38.581					
Outros	2.942	3.628	3.210	7.149					
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (Nota 7.2.)	(34.747)	(51.590)	(34.747)	(51.590)					
OUTROS VALORES E BENS	280.372	320.524	285.113	331.949					
Outros Valores e Bens (Nota 9.1.)	319.834	354.040	319.839	356.046					
(Provisões para Desvalorizações)	(67.633)	(48.703)	(67.638)	(48.709)					
Despesas Antecipadas (Nota 9.2.)	28.171	15.187	32.912	24.612					

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2019 E DE 2018

Em R\$ mil

ATIVO	MB Múltiplo		MB Consolidado		PASSIVO	MB Múltiplo		MB Consolidado	
	2019	2018	2019	2018		2019	2018	2019	2018
NÃO CIRCULANTE	3.888.127	3.851.628	3.865.054	3.956.050	NÃO CIRCULANTE	5.997.410	5.913.103	6.130.216	5.984.975
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	3.249.599	3.250.971	3.673.415	3.776.880	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	5.996.985	5.912.625	6.129.791	5.984.497
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 4.)	10.470	10.815	14.039	14.171	DEPÓSITOS (Nota 11.1.)	4.850.728	4.736.980	4.923.981	4.735.591
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	10.470	10.815	14.039	14.171	Depósitos Interfinanceiros	14.818	21.218	13.766	21.218
					Depósitos a Prazo	4.835.910	4.715.762	4.910.215	4.714.373
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS					RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS (Nota 11.2.)	18.977	67.963	19.156	69.899
DERIVATIVOS (Nota 5.)	827.553	861.814	989.095	966.758	Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares	18.977	67.963	19.156	69.899
Carteira Própria	452.737	691.156	560.247	790.275					
Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 5.2.)	23.892	51.514	23.892	51.514					
Vinculados ao Banco Central	-	28.267	-	28.267					
Vinculados à Prestação de Garantias	350.924	90.877	404.956	96.702					
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 7.)	1.837.314	1.792.857	2.015.843	2.123.859	OUTRAS OBRIGAÇÕES	1.127.280	1.107.682	1.186.654	1.179.007
Operações de Crédito:					Fiscais e Previdenciárias (Nota 12.3.)	-	-	12	12
Setor Privado	2.092.298	2.024.430	2.276.028	2.355.629	Diversas:				
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão (Nota 7.4.)	10.262	29.728	12.986	38.555	Provisão para Pagamentos a Efetuar	5.646	-	17.585	6.315
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa) (Nota 7.2.)	(265.246)	(261.301)	(273.171)	(270.325)	Provisão para Outros Passivos (Nota 12.4.a)	243.186	229.003	287.481	273.826
					Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (Nota 7.2.)	770	807	770	807
OUTROS CRÉDITOS	549.374	571.077	623.010	649.874	Obrigações por Operações Vinculadas a Cessão (Nota 7.4.)	11.606	34.905	14.734	55.080
Rendas a Receber (Nota 8.6.)	7.000	7.000	7.000	7.000	Dívidas Subordinadas (Nota 11.3.)	513.157	582.250	513.157	582.250
Diversos:					Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital (Nota 11.4.)	322.992	241.108	322.992	241.108
Créditos Tributários (Nota 8.1.)	306.113	299.389	320.974	317.140	Outras	29.923	19.609	29.923	19.609
Devedores por Compras de Valores e Bens (Nota 7.1.)	6.247	509	6.247	509					
Devedores por Depósitos em Garantia (Nota 8.2.)	188.217	192.970	230.025	235.531	RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS	425	478	425	478
Impostos a Compensar (Nota 8.3.)	9.731	9.619	12.418	12.234	Resultados de Exercícios Futuros	425	478	425	478
Pagamentos a Ressarcir (Nota 8.4.)	-	-	992	1.250					
Títulos e Créditos a Receber (Nota 8.5.)	41.548	70.140	56.142	86.067	PATRIMÔNIO LÍQUIDO ADMINISTRADO PELA CONTROLADORA	850.253	793.257	896.321	836.988
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa) (Nota 7.2.)	(9.482)	(8.550)	(10.788)	(9.857)	PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA NAS CONTROLADAS	-	-	46.068	43.731
OUTROS VALORES E BENS	24.888	14.408	31.428	22.218	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 13.)	850.253	793.257	850.253	793.257
Despesas Antecipadas (Nota 9.2.)	24.888	14.408	31.428	22.218	CAPITAL (Nota 13.1.)	492.708	492.708	492.708	492.708
					De Domiciliados no País	492.708	433.340	492.708	433.340
PERMANENTE	638.528	600.657	191.639	179.170	Aumento de Capital	-	59.368	-	59.368
INVESTIMENTOS (Nota 10.1.)	458.493	432.563	1.200	599	RESERVAS DE CAPITAL (Nota 13.2.)	43.375	43.375	43.375	43.375
Participações em Coligadas e Controladas - No País:					Reservas de Ágios por Subscrição de Ações	43.375	43.375	43.375	43.375
Controladas	504.765	479.436	-	-					
Outros Investimentos	1.762	1.161	2.594	1.940	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO (Nota 13.3.)	130	138	130	138
(Provisões para Perdas)	(48.034)	(48.034)	(1.394)	(1.341)	Coligadas e Controladas	130	138	130	138
IMOBILIZADO DE USO (Nota 10.2.)	128.172	126.003	138.523	136.411	RESERVAS DE LUCROS (Nota 13.2.)	330.560	267.531	330.560	267.531
Imóveis de Uso	18.261	18.245	28.771	28.765	Reserva Legal	67.444	63.547	67.444	63.547
Outras Imobilizações de Uso	232.159	208.703	233.793	210.262	Reservas Estatutárias	263.116	203.984	263.116	203.984
(Depreciações Acumuladas)	(122.248)	(100.945)	(124.041)	(102.616)	Para Pagamento de Dividendos	11.416	5.503	11.416	5.503
					Para Aumento de Capital	251.700	198.481	251.700	198.481
INTANGÍVEL (Nota 10.3.)	51.863	42.091	51.916	42.160	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	(16.520)	(10.495)	(16.520)	(10.495)
Ativos Intangíveis	136.393	119.702	136.742	120.052					
(Amortização Acumulada)	(84.530)	(77.611)	(84.826)	(77.892)	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.437.302	8.841.794	9.629.048	9.023.601
TOTAL DO ATIVO	9.437.302	8.841.794	9.629.048	9.023.601					

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
Para os semestres findos em 30 de junho de 2019 e de 2018

Em R\$ mil

	MB Múltiplo		MB Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	1.076.676	1.123.987	1.143.978	1.213.885
Operações de Crédito (Nota 17.1.)	908.175	962.688	950.695	1.043.818
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	67.404	73.864	72.122	64.622
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 5.2.2.).....	(7.341)	52.440	(7.341)	52.440
Resultado de Operações de Câmbio	2.208	18.625	2.208	18.625
Resultado das Aplicações Compulsórias	2.554	6.215	2.554	7.384
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros (Nota 7.4.).....	103.676	10.155	123.740	26.996
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(457.654)	(605.586)	(469.316)	(618.383)
Operações de Captação no Mercado (Nota 17.2.)	(230.246)	(311.922)	(232.789)	(313.847)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	(474)	(6.549)	(474)	(6.549)
Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros (Nota 7.4.)	(3.120)	(7.789)	(5.604)	(10.661)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7.2.).....	(223.814)	(279.326)	(230.449)	(287.326)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	619.022	518.401	674.662	595.502
OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS	(501.009)	(436.618)	(545.090)	(499.047)
Receitas de Prestação de Serviços (Nota 18.1.)	122.606	123.974	133.816	134.601
Receitas de Prestações de Serviços - Diversas	16.059	19.062	27.267	29.671
Rendas de Tarifas Bancárias	106.547	104.912	106.549	104.930
Despesas de Pessoal (Nota 18.2.).....	(201.303)	(180.860)	(213.325)	(192.286)
Outras Despesas Administrativas (Nota 18.3.).....	(276.051)	(232.771)	(297.468)	(271.372)
Despesas Tributárias (Nota 18.4.)	(55.196)	(51.249)	(59.302)	(56.641)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 10.1.)	15.910	15.411	-	-
Equivalência Patrimonial	15.910	15.411	-	-
Outras Receitas Operacionais	15.592	20.135	18.704	23.066
Variações Monetárias Ativas (Nota 18.5.).....	2.249	4.211	2.997	5.246
Recuperação de Encargos e Despesas	4.034	3.493	4.968	4.069
Reversão de Provisões	997	4.401	1.046	4.661
Outras Receitas (Nota 18.6.)	8.312	8.030	9.693	9.090
Outras Despesas Operacionais	(122.567)	(131.258)	(127.515)	(136.415)
Aprovisionamentos e Ajustes Patrimoniais	(512)	(1.049)	(995)	(1.053)
Descontos Concedidos (Nota 18.7.).....	(20.542)	(28.290)	(21.195)	(28.922)
Variações Monetárias Passivas	(1.692)	(1.580)	(1.888)	(1.854)
Despesas de Caráter Eventual (Nota 18.8.).....	(15.375)	(22.775)	(18.448)	(25.451)
Outras Despesas (Nota 18.9.)	(84.446)	(77.564)	(84.989)	(79.135)
RESULTADO OPERACIONAL	118.013	81.783	129.572	96.455
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 19.)	(31.699)	(29.642)	(31.249)	(29.718)
Receitas	18.337	4.257	18.804	4.329
Despesas	(50.036)	(33.899)	(50.053)	(34.047)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES	86.314	52.141	98.323	66.737
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 20.)	(24.282)	(19.920)	(33.962)	(32.429)
Provisão para Imposto de Renda	(12.429)	(1.539)	(16.927)	(6.623)
Provisão para Contribuição Social	(7.735)	(1.281)	(10.160)	(4.895)
Ativo Fiscal Diferido (Nota 8.1.b.).....	(4.118)	(17.100)	(6.875)	(20.911)
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO LUCRO	(9.961)	(4.697)	(10.655)	(5.069)
Administradores	-	-	(500)	-
Empregados	(9.961)	(4.697)	(10.155)	(5.069)
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA NAS CONTROLADAS	-	-	(1.635)	(1.715)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE (Nota 13.2.)	52.071	27.524	52.071	27.524
Número de Ações em Circulação	52.415.790	46.100.000		
Lucro por Ação	R\$ 0,99342	0,59705		

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Para os semestres findos em 30 de junho de 2019 e de 2018

Em R\$ mil

	MB Múltiplo		MB Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:				
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	86.314	52.141	98.323	66.737
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos.....	321.299	385.391	347.765	411.083
Despesas de Juros e Variação Cambial de Dívidas Subordinadas.....	17.647	112.615	17.647	112.615
Ajuste a Mercado de Instrumentos Financeiros Derivativos e Hedge.....	7.929	(65.687)	7.929	(65.687)
Efeitos da Variação das Taxas de Câmbio sobre o Caixa e Equivalentes de Caixa.....	(88)	(715)	(88)	(715)
Despesas com Provisão Fiscais, Cíveis e Trabalhistas.....	37.582	32.697	40.970	34.207
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas.....	224	441	224	441
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.....	223.814	279.326	230.449	287.326
Provisão para Perdas em Bens Não de Uso Próprio e Investimentos.....	3.383	26.487	3.383	26.469
Depreciações e Amortizações.....	22.584	18.173	22.662	18.230
Atualizações Monetárias Ativas.....	(2.249)	(4.211)	(2.997)	(5.246)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas.....	(15.910)	(15.411)	-	-
Perda de Ativo Intangível.....	447	42	447	80
Perda na Alienação de Bens e Investimentos.....	26.211	3.407	25.774	3.421
Resultado da Participação Minoritária nas Controladas.....	-	-	1.635	1.715
(Ganho) de Capital em Controlada.....	(275)	(2.125)	(270)	(2.125)
Outros.....	-	352	-	352
Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	407.613	437.532	446.088	477.820
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez.....	(193.574)	241.721	(212.217)	101.775
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos.....	(22.527)	21.977	(113.446)	(67.965)
Redução (Aumento) em Relações Interfinanceiras.....	47.177	(1.274)	47.177	(1.274)
Redução (Aumento) em Relações Interdependências.....	(16.604)	(16.609)	(16.604)	(16.609)
Redução (Aumento) em Operações de Crédito.....	(23.442)	(219.967)	75.475	(90.209)
Redução (Aumento) em Outros Créditos.....	97.811	27.019	98.698	52.239
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens.....	7.586	3.956	6.708	16.039
Aumento (Redução) em Depósitos.....	(129.780)	(360.209)	(139.292)	(370.834)
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto.....	213.307	(77.022)	212.546	(62.604)
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos.....	(41.087)	(202.669)	(37.965)	(205.723)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações.....	(24.161)	(97.510)	(29.601)	(130.432)
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros.....	(20)	(48)	(20)	(48)
Caixa Gerado / (Aplicado) nas Operações.....	322.299	(243.103)	337.547	(297.825)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(14.630)	(2.771)	(20.816)	(8.262)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais.....	307.669	(245.874)	316.731	(306.087)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:				
Alienação de Títulos Disponíveis para Venda.....	64.674	82.934	64.674	82.934
Alienação de Títulos Mantidos até o Vencimento.....	-	37.535	-	37.535
Redução de Participação em Controlada.....	-	14	-	14
Alienação de Bens Não de Uso Próprio.....	40.463	14.972	43.005	15.587
Alienação de Imobilizado de Uso.....	14	8.514	14	8.514
Aquisição de Títulos Disponíveis para Venda.....	(2.558)	(45.864)	(2.558)	(45.864)
Aquisição de Títulos Mantidos até o Vencimento.....	-	(38.160)	-	(38.160)
Aumento de Participação em Controlada.....	(407)	(59.541)	(407)	(2)
Aquisição de Imobilizado de Uso.....	(12.331)	(17.854)	(12.430)	(20.024)
Aplicações no Intangível.....	(13.773)	(9.065)	(13.773)	(9.065)
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Recebidos.....	8.402	11.183	-	-
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento.....	84.484	(15.332)	78.525	31.469
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:				
Principal e Juros Pagos sobre as Captações no Exterior.....	(24.050)	(24.153)	(24.050)	(24.153)
Imposto de Renda sobre Dívidas Subordinadas.....	(3.436)	(3.461)	(3.436)	(3.461)
Instrumentos Financeiros Derivativos de Hedge Pagos.....	(8.188)	(2.430)	(8.188)	(2.430)
Instrumentos Financeiros Derivativos de Hedge Recebidos.....	1.793	2.033	1.793	2.033
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos.....	(14.494)	(12.569)	(16.836)	(14.034)
Aumento de Capital - Acionistas não Controladores.....	-	-	-	459
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento.....	(48.375)	(40.580)	(50.717)	(41.586)
AUMENTO / (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA.....	343.778	(301.786)	344.539	(316.204)
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do período.....	1.476.607	1.163.790	1.525.866	1.207.145
Efeitos da Variação das Taxas de Câmbio sobre o Caixa e Equivalentes de Caixa.....	88	715	88	715
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do período.....	1.820.473	862.719	1.870.493	891.656
AUMENTO / (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA.....	343.778	(301.786)	344.539	(316.204)

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para os semestres findos em 30 de junho de 2019 e de 2018

Em R\$ mil

	CAPITAL		RESERVAS DE		RESERVAS DE LUCROS		AJUSTES DE AVALIAÇÃO	LUCROS	TOTALS
	REALIZADO	AUMENTO DE CAPITAL	CAPITAL	REAVALIAÇÃO CONTROLADAS	LEGAL	ESTATUTÁRIAS	PATRIMONIAL	ACUMULADOS	
SALDOS EM 01/01/2019	492.708	-	43.375	134	64.841	213.644	(14.600)	-	800.102
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	-	-	-	-	-	-	(1.920)	-	(1.920)
REALIZAÇÃO DE RESERVA	-	-	-	(4)	-	-	-	4	-
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-	-	-	-	-	-	-	52.071	52.071
DESTINAÇÕES:									
Reservas (Nota 13.2.).....	-	-	-	-	2.603	49.472	-	(52.075)	-
SALDOS EM 30/06/2019	492.708	-	43.375	130	67.444	263.116	(16.520)	-	850.253
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	-	-	(4)	2.603	49.472	(1.920)	-	50.151
SALDOS EM 01/01/2018	433.340	59.368	43.375	142	62.171	177.832	(9.938)	-	766.290
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	-	-	-	-	-	-	(557)	-	(557)
REALIZAÇÃO DE RESERVA	-	-	-	(4)	-	-	-	4	-
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	-	-	-	-	-	-	-	27.524	27.524
DESTINAÇÕES:									
Reservas (Nota 13.2.).....	-	-	-	-	1.376	26.152	-	(27.528)	-
SALDOS EM 30/06/2018	433.340	59.368	43.375	138	63.547	203.984	(10.495)	-	793.257
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	-	-	(4)	1.376	26.152	(557)	-	26.967

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
Para os semestres findos em 30 de junho de 2019 e de 2018

Em R\$ mil

	MB Múltiplo		MB Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
1 - RECEITAS.....	814.799	813.450	884.762	903.527
Intermediação Financeira.....	1.076.676	1.123.987	1.143.978	1.213.885
Prestação de Serviços.....	122.606	123.974	133.816	134.601
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(223.814)	(279.326)	(230.449)	(287.326)
Outras	(160.669)	(155.185)	(162.583)	(157.633)
2 - DESPESAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(233.840)	(326.260)	(238.867)	(331.057)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(215.940)	(178.300)	(237.347)	(216.899)
Materiais, Energia e Outros	(17.921)	(15.345)	(17.928)	(15.349)
Serviços de Terceiros	(114.752)	(93.637)	(131.198)	(126.608)
Outros	(83.267)	(69.318)	(88.221)	(74.942)
Comunicações	(7.142)	(6.156)	(7.152)	(6.159)
Processamento de Dados	(33.158)	(30.540)	(35.359)	(33.611)
Propaganda e Publicidade	(3.312)	(4.369)	(3.402)	(4.455)
Serviços do Sistema Financeiro	(5.141)	(6.096)	(5.219)	(6.397)
Transportes	(13.285)	(10.572)	(13.325)	(10.616)
Outros	(21.229)	(11.585)	(23.764)	(13.704)
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	365.019	308.890	408.548	355.571
5 - DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	(22.584)	(18.173)	(22.662)	(18.230)
Depreciações e Amortizações	(22.584)	(18.173)	(22.662)	(18.230)
6 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4-5)	342.435	290.717	385.886	337.341
7 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	15.910	15.411	-	-
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	15.910	15.411	-	-
8 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	358.345	306.128	385.886	337.341
9 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	358.345	306.128	385.886	337.341
Pessoal	161.772	145.136	171.546	154.966
Remuneração Direta	113.180	102.638	122.135	111.665
Benefícios	37.093	32.610	37.705	33.118
F.G.T.S	11.499	9.888	11.706	10.183
Impostos, Taxas e Contribuições	106.975	97.170	123.175	116.893
Federais	96.725	87.503	112.354	106.413
Estaduais	62	80	71	95
Municipais	10.188	9.587	10.750	10.385
Remuneração de Capitais de Terceiros	37.527	36.298	37.459	36.243
Aluguéis	33.110	30.900	33.042	30.845
Arrendamento Mercantil	4.417	5.398	4.417	5.398
Remuneração de Capitais Próprios	52.071	27.524	53.706	29.239
Lucros Retidos.....	52.071	27.524	52.071	27.524
Participação dos não Controladores nos Lucros Retidos	-	-	1.635	1.715

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 30 DE JUNHO DE 2019 E DE 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Mercantil do Brasil S.A. (MB Múltiplo ou Banco) realiza as suas atividades operacionais por intermédio das carteiras comercial, de crédito imobiliário e câmbio, através de sua rede de 152 agências e 83 Postos de Atendimento, uma agência no exterior, em *Grand Cayman*, e um quadro de 2.909 funcionários. Atua nos demais segmentos financeiros, nas áreas de investimento, crédito ao consumidor, distribuição de valores e intermediação de títulos e valores mobiliários. O Banco, por intermédio de sua controlada Mercantil do Brasil Corretora S.A. - Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, atua também na administração de fundos de investimento.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As informações contábeis contidas nas demonstrações financeiras findas em 30 de junho de 2019 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes emanadas da Lei nº 6.404/76 e as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 para contabilização e divulgações das operações, associadas às normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, quando aplicáveis, do Conselho Monetário Nacional – CMN e do Banco Central do Brasil – Bacen, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais incluem os saldos contábeis da agência no exterior descrito na nota nº 2.3.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões para créditos de liquidação duvidosa, provisões trabalhistas, cíveis e tributárias, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

As demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco Mercantil do Brasil S.A. em 08/08/2019.

2.2. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas referentes ao período findo em 30 de junho de 2019 foram elaboradas em consonância com as normas de consolidação da Lei nº 6.404/76, associadas às normas e Instruções do Bacen e da CVM.

Assim, foram eliminadas as participações de uma instituição em outra, os saldos de contas, as receitas e despesas entre as mesmas e os lucros não realizados decorrentes de negócios entre o Banco e Controladas, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas minoritários. As demonstrações financeiras consolidadas contemplam o Banco e empresas controladas, direta e indiretamente, (MB Consolidado), relacionadas abaixo:

Controladas diretamente:

Empresa	Atividade	% – Participação	
		Jun / 2019	Jun / 2018
Banco Mercantil de Investimentos S.A.	Banco de investimento	91,52	91,50
Mercantil do Brasil Administradora e Corretora de Seguros e Previdência Privada S.A.	Administração, corretagem de seguros em geral e de previdência privada	100,00	100,00
Mercantil do Brasil Corretora S.A. – Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários	Corretora de câmbio, títulos e valores mobiliários	99,99	99,99
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. – Títulos e Valores Mobiliários	Distribuidora de títulos e valores mobiliários	100,00	100,00
Mercantil do Brasil Empreendimentos Imobiliários S.A.	Empreendimentos Imobiliários	100,00	100,00
Mercantil do Brasil Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimentos	Financeira	85,80	85,60
Mercantil do Brasil Imobiliária e Agronegócio S.A.	Imobiliária e agronegócios	100,00	100,00

Controladas indiretamente:

Empresa	Atividade	% – Participação	
		Jun / 2019	Jun / 2018
COSEFI – Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros	Securitizadora de créditos financeiros	100,00	100,00
Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A.	Corretagem de seguros	65,27	65,12
SANSA – Negócios Imobiliários S.A.	Negócios imobiliários	100,00	100,00

2.3. Agência no exterior

O Banco iniciou as operações de sua agência (*full branch*) em *Grand Cayman*, em dezembro de 2006, com o objetivo de desenvolver e expandir novas atividades relacionadas ao mercado de capitais nacional e internacional, viabilizando novos fluxos e estoques financeiros, administração de ativos e operações estruturadas nesse segmento, funcionando, em essência, como uma extensão das atividades do Banco.

Os saldos contábeis da agência são como segue:

Descrição	R\$ mil		US\$ mil	
	Jun / 2019	Jun / 2018	Jun / 2019	Jun / 2018
Ativos circulante e não circulante	58.325	57.200	15.220	14.836
Disponibilidades	217	194	56	50
Títulos e valores mobiliários	-	10.618	-	2.754
Operações de crédito	57.877	46.160	15.103	11.973
Outros valores e bens	217	213	57	55
Permanente	14	15	4	4
Passivos circulante e não circulante	1	1	-	-
Outras obrigações	1	1	-	-
Patrimônio líquido	58.324	57.199	15.220	14.836
Lucro líquido dos períodos	190	8.629	50	2.238

2.4. Principais políticas contábeis e estimativas críticas

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

Caixa e equivalentes de caixa são representados, basicamente, por disponibilidades, depósitos bancários disponíveis e investimentos de curto prazo de alta liquidez que são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e limites, cujo prazo de vencimento seja igual ou inferior a 90 dias, na data de aquisição, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Os ativos e os passivos, circulantes e não circulantes, são demonstrados pelos valores de realização ou compromissos estabelecidos nas contratações, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos ou encargos incorridos até a data dos balanços. Nas operações com rendimentos ou encargos prefixados, as parcelas a auferir ou a incorrer são demonstradas como redução dos ativos e passivos a que se referem. As receitas e despesas de natureza financeira são registradas pelo critério *pro rata die* e calculadas pelo método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas às operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear.

As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data dos balanços.

As informações financeiras da agência no exterior são adaptadas aos critérios contábeis vigentes no Brasil e convertidas para reais, que é a moeda funcional do Banco, pela taxa de câmbio de fechamento do balanço.

O critério para conversão dos saldos ativos e passivos das operações em moedas estrangeiras consiste na conversão desses valores para moeda nacional (R\$) à taxa de câmbio vigente na data de encerramento do período. Em 30 de junho de 2019, a taxa de câmbio aplicável era: US\$ 1,00 = R\$ 3,8322 (Em 30 de junho de 2018: US\$ 1,00 = R\$ 3,8552).

Em conformidade com a Deliberação CVM nº 639/10 e Resolução CMN nº 3.566/08, que aprovaram e tornaram obrigatório o pronunciamento técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativo, com base em análise da Administração, se o valor de contabilização dos ativos ou conjunto de ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, exceder o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por desvalorização (*impairment*) no resultado do período.

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data dos balanços.

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, dividindo-se em três categorias, em conformidade com a Circular Bacen nº 3.068/01 e regulamentação complementar:

- a) Títulos para negociação – são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado.
- b) Títulos mantidos até o vencimento – são os títulos, exceto ações não resgatáveis, para os quais haja intenção ou obrigatoriedade, e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento, avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos incorridos, em contrapartida do resultado.
- c) Títulos disponíveis para venda – são aqueles não enquadráveis nas categorias anteriores, ajustados pelo valor de mercado, líquidos dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada no patrimônio líquido. Os ganhos e perdas, quando realizados, são reconhecidos no resultado, na data da negociação, em contrapartida à conta específica do patrimônio líquido.

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da Administração em utilizá-los como instrumento de proteção (*hedge*) ou não, conforme Circular Bacen nº 3.082/02. As operações que utilizam instrumentos financeiros e que não atendam aos critérios de *hedge* contábil estabelecido pelo Bacen, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizadas pelo valor de mercado, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado. Para as operações contratadas em negociação associada à operação de captação ou aplicação de recursos, a valorização ou desvalorização decorrente de ajuste a valor de mercado poderá ser desconsiderada, desde que não seja permitida a sua negociação ou liquidação em separado da operação a ele associada, que nas hipóteses de liquidação antecipada da operação associada, a mesma ocorra pelo valor contratado, e que seja contratado pelo mesmo prazo e com a mesma contraparte da operação associada.

A Resolução CMN nº 3.533/08 estabelece critérios para o registro das operações de crédito cedidas com retenção substancial de riscos e benefícios. Estas operações devem permanecer no ativo, com registro de passivo financeiro decorrente da obrigação assumida, e as receitas e despesas decorrentes dessas operações apropriadas de maneira *“pro rata temporis”* (mensalmente) no resultado pelo prazo remanescente das operações.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi calculada em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99 e regulamentação complementar do Banco Central do Brasil e é fundamentada em um sistema de avaliação de riscos de

clientes e operações, incluindo a análise de risco de crédito da contraparte e várias premissas de fatores internos e externos, a situação financeira da contraparte, os níveis de inadimplência, garantias das carteiras e a política de renegociação; e foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos ativos correspondentes.

As operações de crédito rural securitizadas são garantidas por títulos do tesouro nacional e a avaliação do risco de crédito do principal e dos respectivos juros está em consonância com as regras da Resolução CMN nº 2.682/99.

As participações em sociedades controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

O imobilizado de uso, exceto imóveis que estão reavaliados, está apresentado ao custo. A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: imóveis – 4,00%, móveis e utensílios, equipamentos – 10,00% e sistema de comunicação, de processamento de dados, de segurança e veículos – 20,00%.

O ativo intangível corresponde a gastos com aquisição e desenvolvimento de logiciais. São registrados ao custo de aquisição, com amortizações à taxa de 20,00% ao ano ou de acordo com o prazo contratual, conforme o caso.

O controle das contingências ativas, passivas e provisões é efetuado de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 594/09, com observância da Resolução CMN nº 3.823/09:

- a) Ativos contingentes – não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.
- b) Passivos contingentes – são divulgados sempre que classificados como perdas possíveis, observando-se o parecer dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais.
- c) Provisões – originam-se de processos judiciais relacionados a obrigações trabalhistas, cíveis entre outras observando-se os pareceres dos consultores jurídicos externos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais. Tais processos têm seus montantes reconhecidos quando evidenciam uma provável saída de recursos para liquidar a obrigação e quando os valores envolvidos forem mensurados com segurança.
- d) Obrigações legais – provisão para riscos fiscais - referem-se às obrigações tributárias legalmente instituídas, que são contestadas judicialmente quanto à legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da probabilidade de chance de êxito dos processos judiciais em andamento, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

As contribuições sociais relativas ao PIS (Programa de Integração Social) e a COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) são calculadas com base na Receita Bruta de que trata o artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77, em conformidade com a Lei nº 12.973/14 e regulamentação complementar, e são recolhidas às alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente, pelo regime cumulativo.

A provisão para o imposto de renda é registrada pelo regime de competência e constituída com base no lucro, ajustado pelas adições e exclusões de caráter temporário e permanente, à alíquota de 15,00%, acrescida de adicional de 10,00% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240. A contribuição social foi constituída à alíquota de 15,00% sobre o lucro tributável, a partir de 2019. No período de setembro de 2015 a dezembro de 2018, foi constituída a alíquota de 20% em conformidade com a Lei nº 13.169/15. Impostos diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, se houver, são reconhecidos, com base em estudo técnico de estimativa de lucros tributáveis futuros, de acordo com a Instrução CVM nº 371/02, Resolução CMN nº 3.059/02 e regulamentação complementar.

Os juros sobre o capital próprio, pagos e a pagar aos acionistas, recebidos e a receber das controladas são calculados em conformidade com a Lei nº 9.249/95, e até 31/12/2018 eram registrados no resultado, nas rubricas de despesas e de receitas financeiras, respectivamente. A partir de 1º de janeiro de 2019, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.706/2018, são apresentadas nas demonstrações financeiras da seguinte forma:

- a) Os juros sobre o capital próprio que configure obrigação presente na data do balancete são reconhecidos no passivo, conforme o caso, em contrapartida à adequada conta de lucros acumulados ou de reservas.
- b) Os juros sobre o capital próprio recebidos e a receber das controladas são reconhecidos no ativo, quando a instituição obtiver o direito a recebê-lo, mensurado conforme valor declarado pela entidade investida, em contrapartida ao respectivo investimento.

O Banco dispõe de um Plano de Remuneração específico para os administradores, que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921/10. O montante da remuneração fixa é aprovado anualmente na Assembleia Geral. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

2.5. Reclassificação de Cifras Comparativas

Os ajustes relativos a reclassificações em junho de 2018 estão no quadro da Demonstração do Fluxo de Caixa que se segue:

Descrição	MB – Múltiplo			MB – Consolidado		
	Original	Reclassificações	Reclassificado	Original	Reclassificações	Reclassificado
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades Operacionais	(266.622)	20.748	(245.874)	(326.835)	20.748	(306.087)
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Investimento	5.416	(20.748)	(15.332)	52.217	(20.748)	31.469
Caixa Líquido Proveniente / (Aplicado) nas Atividades de Financiamento	(40.580)	-	(40.580)	(41.586)	-	(41.586)
Aumento / (Redução) no Caixa e Equivalente de Caixa	(301.786)	-	(301.786)	(316.204)	-	(316.204)

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2019	Jun / 2018	Jun / 2019	Jun / 2018
Disponibilidades	578.006	435.837	578.006	435.837
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.242.467	426.882	1.292.487	455.819
Total	1.820.473	862.719	1.870.493	891.656

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2019	Jun / 2018	Jun / 2019	Jun / 2018
Aplicações no mercado aberto				
Posição bancada	1.242.467	426.882	1.292.487	455.819
Letras Financeiras do Tesouro	10.293	76.510	10.293	76.510
Letras do Tesouro Nacional	772.095	50.350	822.115	50.350
Notas do Tesouro Nacional	460.079	300.022	460.079	328.959
Posição financiada	337.794	173.169	287.774	144.232
Letras Financeiras do Tesouro	189.743	23.501	189.743	23.501
Letras do Tesouro Nacional	108.050	49.659	58.030	49.659
Notas do Tesouro Nacional	40.001	100.009	40.001	71.072
Subtotal	1.580.261	600.051	1.580.261	600.051
Aplicações em depósitos interfinanceiros				
Aplicações em depósitos interfinanceiros	40.265	306.984	43.834	54.713
Subtotal	40.265	306.984	43.834	54.713
Total	1.620.526	907.035	1.624.095	654.764
Circulante	1.610.056	896.220	1.610.056	640.593
Não circulante	10.470	10.815	14.039	14.171

A posição financiada tem como contrapartida no passivo “captação no mercado aberto” que se refere, basicamente, a recompras a liquidar de carteira de terceiros.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

5.1. Títulos e valores mobiliários

Descrição	MB – Múltiplo				MB – Consolidado			
	Custo		Mercado		Custo		Mercado	
Títulos / Vencimentos	Jun / 2019	Jun / 2018						
Títulos para Negociação								
Ações	2.250	2.250	-	-	2.250	2.250	-	-
Indeterminado	2.250	2.250	-	-	2.250	2.250	-	-
Total	2.250	2.250	-	-	2.250	2.250	-	-
Títulos Disponíveis para Venda								
Cotas de Fundos de Investimento	-	-	-	-	16.544	7.478	16.544	7.478
Indeterminado	-	-	-	-	16.544	7.478	16.544	7.478
Cotas de Fundos em Participações	-	-	-	-	6.145	7.561	6.145	7.561
Indeterminado	-	-	-	-	6.145	7.561	6.145	7.561
Cotas de Fundos de Participante de Neg. e Membro de Compensação	-	-	-	-	4.432	4.168	4.432	4.168
De 5 a 10 anos	-	-	-	-	4.432	4.168	4.432	4.168
Cotas de Fundo Imobiliário	-	-	-	-	29.380	-	29.379	-
De 5 a 10 anos	-	-	-	-	29.380	-	29.379	-
Certificado de Recebíveis do Agronegócio	-	-	-	-	3.665	-	3.555	-
De 91 a 180 dias	-	-	-	-	45	-	45	-
De 181 dias a 1 ano	-	-	-	-	905	-	905	-
De 2 a 3 anos	-	-	-	-	2.715	-	2.605	-
Certificado de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	-	28.103	-	27.896	-
De 91 a 180 dias	-	-	-	-	558	-	558	-
De 181 dias a 1 ano	-	-	-	-	1.378	-	1.378	-
De 2 a 3 anos	-	-	-	-	14.459	-	14.383	-
De 4 a 5 anos	-	-	-	-	1.265	-	1.265	-
Acima de 10 anos	-	-	-	-	10.443	-	10.312	-
Notas promissórias	-	-	-	-	-	30.464	-	30.159
De 1 a 2 anos	-	-	-	-	-	30.464	-	30.159
Letras Financeiras do Tesouro	972.602	1.002.195	972.974	1.002.551	1.083.306	1.068.661	1.083.678	1.069.012
De 61 a 90 dias	-	112.532	-	112.530	-	112.753	-	112.750
De 181 dias a 1 ano	195.586	118.197	195.566	118.182	210.865	118.197	210.845	118.183
De 1 a 2 anos	78.726	198.338	78.724	198.284	161.217	198.338	161.216	198.283
De 2 a 3 anos	303.602	217.974	303.784	218.047	316.536	270.102	316.717	270.174
De 3 a 4 anos	76.250	283.486	76.369	283.698	76.250	297.603	76.369	297.812
De 4 a 5 anos	-	71.668	-	71.810	-	71.668	-	71.810
De 5 a 10 anos	318.438	-	318.531	-	318.438	-	318.531	-
Debêntures	40.931	44.953	27.017	43.744	40.931	44.953	27.017	43.744
De 91 a 180 dias	4.494	4.557	4.494	4.463	4.494	4.557	4.494	4.463
De 181 dias a 1 ano	7.614	9.645	7.614	9.453	7.614	9.645	7.614	9.453
De 2 a 3 anos	21.809	23.106	11.982	22.412	21.809	23.106	11.982	22.412
De 3 a 4 anos	7.014	7.645	2.927	7.416	7.014	7.645	2.927	7.416
Total	1.013.533	1.047.148	999.991	1.046.295	1.212.506	1.163.285	1.198.646	1.162.122
Mantidos até o Vencimento								
BONDS	-	10.618	-	10.618	-	10.618	-	10.618
De 31 a 60 dias	-	10.618	-	10.618	-	10.618	-	10.618
Debêntures	11.344	8.633	11.344	8.633	11.344	8.633	11.344	8.633
De 2 a 3 anos	11.344	2.158	11.344	2.158	11.344	2.158	11.344	2.158
De 3 a 4 anos	-	6.475	-	6.475	-	6.475	-	6.475
Fundo de investimentos em direitos creditórios	-	-	-	-	3.740	4.377	3.740	4.377
De 5 a 10 anos	-	-	-	-	3.740	4.377	3.740	4.377
Total	11.344	19.251	11.344	19.251	15.084	23.628	15.084	23.628
Total geral	1.027.127	1.068.649	1.011.335	1.065.546	1.229.840	1.189.163	1.213.730	1.185.750
Total Contábil	-	-	1.011.335	1.065.546	-	-	1.213.730	1.185.750
Circulante	-	-	207.674	255.246	-	-	248.527	270.506
Não circulante	-	-	803.661	810.300	-	-	965.203	915.244

Os títulos e valores mobiliários, de acordo com suas especificidades, encontram-se registrados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

O valor de custo é apurado com base no valor de aquisição atualizado pelos rendimentos intrínsecos de cada operação em função da fluência do prazo.

Os títulos públicos federais e os títulos privados são marcados a mercado pelo método de fluxo de caixa descontado utilizando-se, respectivamente, as taxas de desconto divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e pela B3.

Os títulos de renda variável são registrados com base na cotação média de negociação divulgada pela B3 no último dia útil do mês.

As cotas dos fundos de investimentos foram registradas de acordo com a cotação informada pelos administradores.

As cotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC's) referem-se a cotas subordinadas adquiridas pela controlada Mercantil do Brasil Financeira S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento.

As debêntures classificadas na categoria mantidos até o vencimento são da espécie subordinadas, de emissão de securitizadora de mercado. São registradas utilizando-se o “PU” apurado através de metodologia interna que tem como componentes a inadimplência efetiva da carteira de crédito da securitizadora, bem como parâmetros de mercado para suas aplicações em títulos e valores mobiliários.

Os títulos vinculados a garantias montam em R\$ 391.891 (R\$ 137.481 em junho de 2018) e no consolidado R\$ 445.923 (R\$ 143.306 em junho de 2018), representados por Letras Financeiras do Tesouro Nacional (vide nota nº 8.3. (I)).

Para fins de publicação, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria “Títulos para Negociação” são apresentados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento, em conformidade com a Circular Bacen nº 3.068/01.

5.2. Instrumentos financeiros derivativos

A utilização de instrumentos financeiros derivativos como forma de minimizar os riscos de mercado originados na flutuação das taxas de juros, do câmbio, dos preços dos ativos, entre outros, constitui uma ferramenta imprescindível na gestão financeira das instituições, haja vista a evolução e diversificação dos produtos utilizados no mercado financeiro globalizado.

Os instrumentos financeiros derivativos negociados pelo Banco são, basicamente, operações de *swap* e contratos futuros utilizadas como instrumentos destinados à proteção das operações em moedas estrangeiras frente aos riscos de variações cambiais e de taxas de juros para proteção de posições prefixadas.

Os principais fatores de risco dos instrumentos financeiros derivativos da Instituição estão relacionados com as oscilações do câmbio, de taxa de juros e os resultados obtidos atenderam adequadamente os objetivos de proteção patrimonial.

O gerenciamento dos riscos é controlado e supervisionado de forma independente das áreas geradoras da exposição ao risco. Sua avaliação e medição são realizadas diariamente baseando-se em índices e dados estatísticos, utilizando-se de ferramentas tais como “V@R” não paramétrico e análise de sensibilidade a cenários de *stress*.

5.2.1. Composição dos instrumentos financeiros derivativos

A posição desses instrumentos financeiros tem seus valores referenciais registrados em contas de compensação.

Para obtenção do valor justo das operações, estima-se o fluxo de caixa de cada uma das partes descontado a valor presente, de acordo com as taxas divulgadas pela B3, ajustadas pelo *spread* de risco, apurado no fechamento da operação.

Descrição	Conta de Compensação				Valor Patrimonial			
	Valor de Referência		Valor Justo		A receber		A pagar	
	Jun / 2019	Jun / 2018	Jun / 2019	Jun / 2018	Jun / 2019	Jun / 2018	Jun / 2019	Jun / 2018
Contrato de Swap^(I)								
Posição ativa								
Moeda estrangeira - Dólar	333.805	349.908	409.740	465.068	28.141	62.635	-	-
Posição passiva								
Taxa de Juros	333.805	349.908	381.600	402.432	28.141	62.635	-	-
Contrato de Futuro - Dólar ^(II)								
Posição ativa								
Moeda estrangeira	-	9.712	-	9.758	-	-	-	-
Posição passiva								
Moeda estrangeira	1.077	-	1.077	-	-	-	-	-
Contrato de Futuro – DI ^(III)								
Posição passiva								
Taxa de Juros	1.250.961	-	1.250.961	-	-	-	-	-
Total					28.141	62.635	-	-
Circulante					4.249	11.121	-	-
Não circulante					23.892	51.514	-	-

^(I) As operações de swap têm como objetivo a proteção contra as variações cambiais de parte das captações com Dívidas Subordinadas (vide nota nº 11.3.).

^(II) A operação com Contrato Futuro de Dólar tem a finalidade de proteger, complementarmente, as demais exposições cambiais do Banco apuradas a valor de mercado diariamente e ajustadas na B3.

^(III) A operação com Contrato Futuro de DI tem a finalidade de proteger, parcialmente, as exposições prefixadas do Banco.

Os instrumentos financeiros derivativos por faixa de vencimento são como segue:

Descrição	Mercado de Registro	Faixa de Vencimento			Valor Referencial
		De 01 a 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	
Contrato de Swap	B3	11.585	11.177	311.043	333.805
Contrato de Futuro - Dólar		1.077	-	-	1.077
Contrato de Futuro - DI		-	1.153.152	97.809	1.250.961
Total em 30/06/2019		12.662	1.164.329	408.852	1.585.843
Total em 30/06/2018		22.300	12.184	325.136	359.620

5.2.2. Ganhos e Perdas

Os instrumentos financeiros derivativos geraram ganhos e perdas, registrados diretamente no resultado na rubrica de “Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos”, os quais são apresentados a seguir:

Descrição	Jun / 2019			Jun / 2018		
	Ganho	Perda	Resultado Líquido	Ganho	Perda	Resultado Líquido
Contrato de Swap	10.034	(13.218)	(3.184)	69.920	(20.573)	49.347
Contrato de Futuro - Dólar	4.215	(3.395)	820	5.503	(4.197)	1.306
Contrato de Futuro - DI	13.705	(18.682)	(4.977)	9.099	(7.312)	1.787
Total	27.954	(35.295)	(7.341)	84.522	(32.082)	52.440

5.2.3. Contabilização de Hedge (Hedge Accounting)

O Mercantil do Brasil dispõe de operação de *Hedge*, classificadas na categoria de *hedge* de risco de mercado, em conformidade com o artigo 3º, inciso I, da Circular Bacen nº 3.082/02.

Para parte das captações no exterior e para parte da Carteira de Ativos o Banco realiza *hedge accounting*, visando eliminar a exposição ao risco de variação cambial e de taxas de juros para proteção de posições prefixadas.

A efetividade das operações de *hedge accounting* (conforme Circular Bacen nº 3.082/02) são verificadas através da projeção tanto do passivo objeto quanto dos instrumentos financeiros derivativos classificados como instrumentos de *hedge accounting*, demonstrando a eficácia esperada para o vencimento das operações. A partir da contratação é realizada, diariamente, a verificação gerencial da efetividade, criando-se histórico de avaliação do comportamento da operação.

Dentro deste contexto, verifica-se que o efeito da variação cambial nas operações de *hedge accounting* é equivalente ao gerado nas operações objeto de *hedge*.

Objeto de Hedge	Valor Contábil		Ajuste a Valor Justo	
	Jun / 2019	Jun / 2018	Jun / 2019	Jun / 2018
Captação Externa – Passivo	403.024	489.404	400.677	472.622
Carteira de Ativos	1.041.929	-	1.047.050	-
Total	1.444.953	489.404	1.447.727	472.622

Instrumento de Hedge	Valor de Referência		Valor Justo	
	Jun / 2019	Jun / 2018	Jun / 2019	Jun / 2018
Contrato de Swap				
Posição ativa				
Moeda estrangeira	333.805	349.908	409.740	465.068
Posição passiva				
Taxa de Juros	333.805	349.908	381.600	402.432
Contrato de Futuro – DI				
Posição passiva				
Taxa de Juros	1.047.049	-	1.047.049	-

Não houve nenhuma reclassificação contábil em função de desenquadramento de operações de *hedge*.

5.3. Instrumento de Hedge não Derivativo

O Banco utiliza suas posições ativas representadas por operações de adiantamentos de contrato de câmbio (ACC) e investimentos no exterior (Patrimônio Líquido da Agência em Cayman) como *hedge* natural de uma parcela da captação externa, de modo a garantir adequada proteção contra risco cambial.

A utilização do *hedge* natural permite uma redução das posições de derivativos e, conseqüentemente, dos riscos envolvidos, dos custos operacionais e financeiros decorrentes da manutenção destas posições.

Nesta estrutura, os riscos são anulados dentro da própria estrutura patrimonial de ativos e passivos.

Instrumentos Financeiros de Proteção não Derivativos - Hedge Natural				
Tipo	Natureza	Descrição	Jun / 2019	Jun / 2018
Objeto de <i>hedge</i>	Passivo	Captação Externa	129.528	130.326
Total			129.528	130.326
<i>Hedge</i> Natural	Ativo	Investimento no Exterior ⁽¹⁾	96.988	99.727
		Operações Ativas - ACC	32.535	30.842
Total			129.523	130.569

⁽¹⁾ Já considerando o efeito fiscal do *hedge* do investimento no exterior.

5.4. Posições de Instrumentos Financeiros e Análise de Sensibilidade de Riscos

Em cumprimento à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, foi realizada a Análise de Sensibilidade contemplando todos os instrumentos financeiros relevantes, ativos e passivos, mensurados a valor justo pela Instituição.

Foram então considerados os Derivativos, a Captação Externa (Dívida Subordinada) e os Títulos e Valores Mobiliários (TVM) classificados nas categorias disponível para venda e negociação. Em razão das altas volatilidades do comportamento das taxas de câmbio, a Instituição optou por proteger o descasamento gerado pela moeda estrangeira via Mercado Futuro.

Adicionalmente, cabe destacar que, no 4º trimestre de 2018, o Mercantil do Brasil posicionou-se no mercado de futuros de taxas de juros com o intuito de proteger parcialmente os ativos de crédito. Neste caso, o derivativo foi classificado como *Hedge Accounting* que é um instrumento utilizado na gestão e proteção de riscos financeiros por meio da aplicação de regras específicas de contabilidade, possibilitando reduzir, e em alguns casos até mesmo eliminar, a instabilidade do resultado contábil do exercício.

Ressalta-se que os instrumentos financeiros derivativos existentes no Mercantil do Brasil são destinados à proteção de exposição a riscos (*hedge*) da captação externa, ao risco de taxas de juros para proteção de posições prefixadas e demais posições que julgar necessário, não possuindo nenhum caráter especulativo.

A análise de sensibilidade, que teve como premissa identificar os tipos de riscos que podem gerar prejuízo à Instituição, foi efetuada a partir dos seguintes cenários:

Cenário I: Consiste de um cenário considerado provável, cujos dados foram obtidos de fonte externa (B3), tais como: cotação do dólar, preço dos títulos e taxas futuras de juros. A título de exemplo, considerou-se, para o prazo de um ano, o dólar a R\$ 3,86 taxa de juros a 5,58% ao ano.

Cenário II: Consiste numa situação com variação de 25% no valor dos preços e um choque paralelo de mesmo percentual nas curvas vigentes em 28/06/2019 que, em função da exposição da Instituição aos fatores de risco, causaria prejuízo. Desta forma, por exemplo, para o prazo de um ano, o dólar foi considerado valendo R\$ 2,87 e a taxa de juros 7,25% ao ano.

Cenário III: Consiste numa situação com variação de 50% no valor dos preços e um choque paralelo de mesmo percentual nas curvas vigentes em 28/06/2019 que, em função da exposição da Instituição aos fatores de risco, causaria prejuízo. Desta forma, por exemplo, para o prazo de um ano, o dólar foi considerado valendo R\$ 1,92 e a taxa de juros 8,70% ao ano.

Quadro Demonstrativo da Análise de Sensibilidade do conglomerado financeiro:

Efeito na variação do valor justo			Cenários		
Operação	Fatores de Risco	Componentes	I ^(II)	II	III
Captação Externa com Hedge	Moeda Estrangeira (USD) ^(I)	Derivativo (ponta ativa <i>swap</i>)	2.758	(101.026)	(202.454)
		Dívida em USD	(2.742)	100.290	200.592
		Efeito Líquido	16	(736)	(1.862)
	Cupom Cambial ^(I)	Derivativo (ponta ativa <i>swap</i>)	(488)	(2.363)	(4.704)
		Dívida em USD	339	1.644	3.269
		Efeito Líquido	(149)	(719)	(1.435)
	Taxa de Juros Prefixada	Derivativo (ponta passiva <i>swap</i>)	179	(1.160)	(2.289)
Taxa de Juros Prefixada(% CDI)	Derivativo (ponta passiva <i>swap</i>)	(325)	(2.167)	(4.396)	
Exposição Cambial com Hedge	Moeda Estrangeira (USD) ^(I)	Derivativo (ponta ativa futuro)	(17)	239	479
		Descasamento em USD	18	(240)	(481)
		Efeito Líquido	1	(1)	(2)
	Taxa de Juros Prefixada	Derivativo (ponta passiva futuro)	-	(1)	(1)
Hedge Accounting	Taxa de Juros Prefixada	Operações de Crédito (ponta ativa)	1.634	9.041	18.012
		Derivativo (ponta passiva futuro)	(1.634)	(9.073)	(18.067)
		Efeito Líquido	-	(32)	(55)
Títulos e Valores Mobiliários	Renda Fixa	Debêntures	(2.702)	(6.754)	(13.508)
		CRI	(839)	(6.990)	(13.981)
		CRA	(356)	(889)	(1.778)
		Total sem correlação	-	(19.449)	(39.307)
Total com correlação	(4.175)	(18.650)	(37.406)		
Total com correlação líquido dos impactos fiscais			(2.505)	(11.190)	(22.444)

^(I) A variação nesses fatores de risco é aquela que provoca um efeito líquido negativo, já que os reflexos no derivativo e na dívida são sempre opostos (lucro/prejuízo ou prejuízo/lucro).

^(II) Os efeitos do cenário I, por este estar baseado em projeções de mercado, já consideram a correlação entre as variações dos fatores de risco.

O quadro evidencia a importância do *hedge* da captação externa, já que os significativos efeitos no resultado provenientes das variações, principalmente do dólar nos cenários II e III, no valor desta dívida é praticamente neutralizado pelos efeitos em sentido contrário na ponta ativa do *swap*. Ressalta-se que a referida proteção não atingiu sua completude devido a um distanciamento natural entre o *hedge* e seu objeto, não atingindo assim uma proteção perfeita.

Ressalta-se que essa análise de sensibilidade considera uma situação em que as posições da Instituição permaneceriam estáticas, o que não necessariamente deve ocorrer. O Mercantil do Brasil possui uma gestão ativa de seus riscos de mercado (vide nota nº 22.), com o acompanhamento diário das exposições aos diversos fatores de risco, bem como ao potencial efeito que essas exposições podem causar no valor justo de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, podendo indicar a mudança de posição de modo a mitigar esses riscos.

6. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS – CRÉDITOS VINCULADOS

Os créditos vinculados, no individual e consolidado, são como segue:

Recolhimentos compulsórios	Jun / 2019	Jun / 2018
Sobre depósitos à vista	-	22.992
Sobre depósitos de poupança	39.291	68.456
Direcionamento microcrédito	5.233	4.854
Direcionamento crédito rural	-	1.860
Total – Circulante	44.524	98.162

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO

7.1. Composição das operações de crédito e outros créditos:

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2019	Jun / 2018	Jun / 2019	Jun / 2018
Operações de crédito	4.785.301	4.972.941	5.119.488	5.579.265
Devedores por compra de valores e bens	16.375	16.280	16.375	16.280
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	6.496	4.200	6.496	4.200
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	55.583	82.740	55.583	82.740
Títulos e créditos a receber (vide nota nº 8.5.)	67.576	67.993	67.576	67.993
Total	4.931.331	5.144.154	5.265.518	5.750.478
Circulante	2.822.524	3.089.487	2.970.257	3.355.785
Não circulante	2.108.807	2.054.667	2.295.261	2.394.693

7.2. Movimentação da provisão para perdas em operações de crédito e outros créditos:

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2019	Jun / 2018	Jun / 2019	Jun / 2018
Com característica de concessão de crédito				
Saldos no início dos períodos	666.135	675.616	682.895	693.739
Constituição de provisão	320.888	421.332	332.522	434.953
Reversão de provisão	(96.389)	(142.006)	(101.388)	(147.627)
Baixa	(281.729)	(260.853)	(290.431)	(270.780)
Saldos no final dos períodos	608.905	694.089	623.598	710.285
Sem característica de concessão de crédito				
Saldos no início dos períodos	9.087	8.458	10.393	9.764
Reversão de provisão	(685)	-	(685)	-
Baixa	(8)	-	(8)	-
Saldos no final dos períodos	8.394	8.458	9.700	9.764
Efeito no resultado	223.814	279.326	230.449	287.326
Total	617.299	702.547	633.298	720.049
Circulante	342.571	432.696	349.339	439.867
Não circulante	274.728	269.851	283.959	280.182

A provisão para cobertura de perdas associadas à probabilidade de desembolsos futuros vinculados a garantias financeiras prestadas de acordo com modelos e práticas reconhecidas de gerenciamento do risco de crédito, nos termos da Resolução nº 4.512/16, no individual e consolidado, é como segue:

Descrição	Jun / 2019	Jun / 2018
Vinculadas a licitações, leilões, prestação de serviços ou execução de obras	248	220
Vinculadas ao fornecimento de mercadorias	47	14
Aval ou fiança em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal	1.268	925
Outras fianças bancárias	1.771	1.967
Total	3.334	3.126
Circulante	2.564	2.319
Não circulante	770	807

7.3. Classificação de nível de risco para as operações de crédito, arrendamento mercantil e de outros créditos:

a) Composição da carteira por nível de risco conforme estabelecido na Resolução CMN nº 2.682/99

MB – Múltiplo

Operações de Crédito e Outros Créditos														
Nível	Pessoa Física			Pessoa Jurídica							Total		PCLD	
	Em Curso		Total	Indústria		Comércio		Serviços		Total	Jun / 2019	Jun / 2018	Jun / 2019	Jun / 2018
	Normal	Anormal		Em Curso										
	Normal	Anormal	Normal	Anormal	Normal	Anormal	Normal	Anormal	Normal	Anormal	Jun / 2019	Jun / 2018	Jun / 2019	Jun / 2018
AA	214.411	-	214.411	332.331	-	2.696	-	31.377	-	366.404	580.815	398.855	-	-
A	2.797.285	-	2.797.285	12.766	-	3.081	-	65.798	-	81.645	2.878.930	2.773.056	14.389	13.859
B	96.413	56.167	152.580	94.360	3	22.311	-	55.527	-	172.201	324.781	464.277	3.247	4.643
C	4.837	26.755	31.592	4.210	5.098	16.039	3.118	59.057	8.220	95.742	127.334	192.051	3.819	5.761
D	39.613	29.886	69.499	26.145	11.654	12.295	862	83.073	13.501	147.530	217.029	358.907	21.703	35.890
E	5.504	28.407	33.911	31.283	22.798	6.441	602	47.961	44.879	153.964	187.875	247.028	56.362	74.109
F	1.610	24.710	26.320	84.097	26.882	540	1.964	4.804	27.763	146.050	172.370	200.263	86.185	100.131
G	16.108	23.851	39.959	7.431	6.151	2.589	2.434	692	4.064	23.361	63.320	166.726	44.323	116.705
H	34.179	171.131	205.310	72.056	35.445	4.837	4.658	6.286	50.285	173.567	378.877	342.991	378.877	342.991
Total	3.209.960	360.907	3.570.867	664.679	108.031	70.829	13.638	354.575	148.712	1.360.464	4.931.331	5.144.154	608.905	694.089

MB – Consolidado

Operações de Crédito e Outros Créditos														
Nível	Pessoa Física			Pessoa Jurídica						Total		PCLD		
	Em Curso		Total	Indústria		Comércio		Serviços		Total	Jun / 2019	Jun / 2018	Jun / 2019	Jun / 2018
	Normal	Anormal		Em Curso										
	Normal	Anormal	Normal	Anormal	Normal	Anormal	Normal	Anormal	Normal	Anormal	Jun / 2019	Jun / 2018	Jun / 2019	Jun / 2018
AA	214.411	-	214.411	332.338	-	2.696	-	31.377	-	366.411	580.822	398.873	-	-
A	3.028.314	-	3.028.314	47.318	-	3.092	-	92.307	-	142.717	3.171.031	3.288.066	15.849	16.433
B	104.409	66.899	171.308	94.361	2	22.311	-	55.869	-	172.543	343.851	525.599	3.437	5.255
C	5.973	28.114	34.087	4.210	5.098	16.039	3.118	59.057	11.989	99.511	133.598	200.758	4.007	6.022
D	40.722	31.273	71.995	26.146	11.655	12.296	861	83.073	13.500	147.531	219.526	365.586	21.952	36.559
E	5.604	29.330	34.934	31.282	22.799	6.441	602	47.961	44.879	153.964	188.898	248.764	56.669	74.629
F	1.684	25.777	27.461	84.097	26.882	540	1.965	4.804	27.763	146.051	173.512	202.044	86.756	101.022
G	16.147	24.966	41.113	7.432	6.151	2.588	2.434	691	4.100	23.396	64.509	168.073	45.157	117.650
H	34.529	180.080	214.609	73.652	35.445	4.837	4.658	6.286	50.284	175.162	389.771	352.715	389.771	352.715
Total	3.451.793	386.439	3.838.232	700.836	108.032	70.840	13.638	381.425	152.515	1.427.286	5.265.518	5.750.478	623.598	710.285

Operações de Crédito Normal – operações com créditos a vencer ou vencidos até 14 dias.

Operações de Crédito Anormal – operações de crédito com 15 ou mais dias de vencidos.

b) Composição da carteira por prazo de vencimento

MB – Múltiplo

Classificação por Vencimento	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%
Curso Normal											
Parcelas vincendas	580.815	2.875.123	268.158	83.467	159.427	90.702	28.943	26.555	117.087	4.230.277	85,79
01 a 30 dias	13.715	400.104	39.990	33.825	13.668	3.039	1.100	4.904	1.209	511.554	10,37
31 a 60 dias	21.216	178.018	7.616	3.546	11.108	17.376	726	216	906	240.728	4,88
61 a 90 dias	11.845	188.376	24.229	4.362	8.158	2.014	706	6.561	18.585	264.836	5,37
91 a 180 dias	10.424	423.986	20.879	10.259	20.915	5.177	1.963	804	6.029	500.436	10,15
181 a 360 dias	120.109	529.564	32.922	11.464	27.766	9.615	3.096	1.433	41.166	777.135	15,76
Acima de 360 dias	403.506	1.155.075	142.522	20.011	77.812	53.481	21.352	12.637	49.192	1.935.588	39,26
Vencidas até 14 dias	-	3.807	453	676	1.699	487	62.108	265	271	69.766	1,41
Total em 30/06/2019	580.815	2.878.930	268.611	84.143	161.126	91.189	91.051	26.820	117.358	4.300.043	87,20
%	11,78	58,38	5,45	1,71	3,27	1,85	1,85	0,54	2,37	87,20	-
Total em 30/06/2018	398.855	2.773.056	396.905	132.828	232.207	150.571	126.782	118.046	40.146	4.369.396	84,93
%	7,75	53,91	7,72	2,58	4,51	2,93	2,46	2,29	0,78	84,93	-
Curso Anormal											
Parcelas vincendas	-	-	49.863	30.866	42.622	74.634	40.265	22.619	101.735	362.604	7,35
01 a 30 dias	-	-	3.868	2.551	2.988	3.339	1.727	1.018	6.115	21.606	0,44
31 a 60 dias	-	-	3.607	2.368	2.595	2.961	1.628	946	5.608	19.713	0,40
61 a 90 dias	-	-	3.364	1.897	2.293	2.565	1.570	889	5.270	17.848	0,36
91 a 180 dias	-	-	8.761	4.867	6.471	7.622	4.095	2.357	13.604	47.777	0,97
181 a 360 dias	-	-	12.771	7.017	9.164	13.129	6.726	7.626	21.075	77.508	1,57
Acima de 360 dias	-	-	17.492	12.166	19.111	45.018	24.519	9.783	50.063	178.152	3,61
Parcelas vencidas	-	-	6.307	12.325	13.281	22.052	41.054	13.881	159.784	268.684	5,45
01 a 14 dias	-	-	-	562	792	1.407	479	220	1.128	4.588	0,09
15 a 30 dias	-	-	6.088	2.200	2.657	4.904	1.490	914	5.984	24.237	0,49
31 a 60 dias	-	-	219	9.155	3.425	3.898	29.336	5.213	31.597	82.843	1,68
61 a 90 dias	-	-	-	286	5.728	6.349	3.024	1.498	14.554	31.439	0,64
91 a 180 dias	-	-	-	122	679	5.283	6.159	4.874	49.519	66.636	1,35
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	211	566	1.162	55.508	57.447	1,17
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	1.494	1.494	0,03
Total em 30/06/2019	-	-	56.170	43.191	55.903	96.686	81.319	36.500	261.519	631.288	12,80
%	-	-	1,14	0,88	1,13	1,96	1,65	0,74	5,30	12,80	-
Total em 30/06/2018	-	-	67.372	59.223	126.700	96.457	73.481	48.680	302.845	774.758	15,07
%	-	-	1,31	1,15	2,46	1,88	1,43	0,95	5,89	15,07	-
Total geral											
Total em 30/06/2019	580.815	2.878.930	324.781	127.334	217.029	187.875	172.370	63.320	378.877	4.931.331	100,00
%	11,78	58,38	6,59	2,59	4,40	3,81	3,50	1,28	7,67	100,00	-
Total em 30/06/2018	398.855	2.773.056	464.277	192.051	358.907	247.028	200.263	166.726	342.991	5.144.154	100,00
%	7,75	53,91	9,03	3,73	6,97	4,81	3,89	3,24	6,67	100,00	-

MB – Consolidado

Classificação por Vencimento	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%
Curso Normal											
Parcelas vincendas	580.822	3.166.511	276.495	84.603	160.537	90.798	29.017	26.593	119.033	4.534.409	86,11
01 a 30 dias	13.716	406.991	40.112	33.872	13.694	3.049	1.105	4.907	1.234	518.680	9,85
31 a 60 dias	21.217	190.252	8.044	3.592	11.175	17.383	731	219	931	253.544	4,82
61 a 90 dias	11.846	200.480	24.710	4.406	8.218	2.021	711	6.564	18.609	277.565	5,27
91 a 180 dias	10.427	457.584	22.217	10.385	21.094	5.193	1.976	812	6.095	535.783	10,18
181 a 360 dias	120.110	586.292	35.202	11.693	28.060	9.639	3.118	1.443	42.857	838.414	15,92
Acima de 360 dias	403.506	1.324.912	146.210	20.655	78.296	53.513	21.376	12.648	49.307	2.110.423	40,07
Vencidas até 14 dias	-	4.520	455	676	1.700	490	62.108	265	271	70.485	1,34
Total em 30/06/2019	580.822	3.171.031	276.950	85.279	162.237	91.288	91.125	26.858	119.304	4.604.894	87,45
%	11,03	60,22	5,26	1,62	3,08	1,73	1,73	0,51	2,27	87,45	-
Total em 30/06/2018	398.873	3.288.066	443.385	138.886	234.840	150.815	126.886	118.206	40.632	4.940.589	85,91
%	6,94	57,18	7,71	2,42	4,07	2,62	2,21	2,06	0,70	85,91	-
Curso Anormal											
Parcelas vincendas	-	-	59.954	35.328	43.833	75.355	41.058	23.430	107.954	386.912	7,34
01 a 30 dias	-	-	4.427	2.845	3.036	3.364	1.757	1.048	6.360	22.837	0,43
31 a 60 dias	-	-	4.150	2.655	2.649	2.985	1.660	975	5.849	20.923	0,40
61 a 90 dias	-	-	3.895	2.174	2.346	2.588	1.602	918	5.505	19.028	0,36
91 a 180 dias	-	-	10.217	5.641	6.620	7.687	4.184	2.439	14.272	51.060	0,97
181 a 360 dias	-	-	15.365	8.391	9.424	13.246	6.882	7.769	22.217	83.294	1,58
Acima de 360 dias	-	-	21.900	13.622	19.758	45.485	24.973	10.281	53.751	189.770	3,60
Parcelas vencidas	-	-	6.947	12.991	13.456	22.255	41.329	14.221	162.513	273.712	5,21
01 a 14 dias	-	-	-	684	792	1.407	480	221	1.130	4.714	0,09
15 a 30 dias	-	-	6.684	2.391	2.708	4.931	1.527	947	6.256	25.444	0,48
31 a 60 dias	-	-	263	9.480	3.469	3.927	29.375	5.247	31.865	83.626	1,59
61 a 90 dias	-	-	-	308	5.774	6.386	3.063	1.536	14.814	31.881	0,61
91 a 180 dias	-	-	-	128	713	5.370	6.255	4.991	50.194	67.651	1,28
181 a 360 dias	-	-	-	-	-	234	629	1.279	56.514	58.656	1,12
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	1.740	1.740	0,04
Total em 30/06/2019	-	-	66.901	48.319	57.289	97.610	82.387	37.651	270.467	660.624	12,55
%	-	-	1,27	0,92	1,09	1,85	1,56	0,72	5,14	12,55	-
Total em 30/06/2018	-	-	82.214	61.872	130.746	97.949	75.158	49.867	312.083	809.889	14,09
%	-	-	1,43	1,08	2,27	1,70	1,31	0,87	5,43	14,09	-
Total geral											
Total em 30/06/2019	580.822	3.171.031	343.851	133.598	219.526	188.898	173.512	64.509	389.771	5.265.518	100,00
%	11,03	60,22	6,53	2,54	4,17	3,58	3,29	1,23	7,41	100,00	-
Total em 30/06/2018	398.873	3.288.066	525.599	200.758	365.586	248.764	202.044	168.073	352.715	5.750.478	100,00
%	6,94	57,18	9,14	3,50	6,34	4,32	3,52	2,93	6,13	100,00	-

c) Composição da carteira por segmento

Descrição	MB-Múltiplo				MB-Consolidado			
	Jun / 2019	%	Jun / 2018	%	Jun / 2019	%	Jun / 2018	%
Pessoa Física	3.570.867	72,41	3.437.015	66,81	3.838.232	72,89	3.963.163	68,92
Pessoa Jurídica	1.360.464	27,59	1.707.139	33,19	1.427.286	27,11	1.787.315	31,08
Construção civil	300.604	6,10	254.791	4,95	302.192	5,74	256.234	4,46
Transporte de passageiros, exceto aviação civil	128.062	2,60	157.469	3,06	145.225	2,76	177.636	3,09
Biocombustíveis e açúcar	123.833	2,51	149.832	2,91	123.833	2,35	149.832	2,61
Siderurgia	84.447	1,71	138.695	2,70	84.447	1,60	138.695	2,41
Prestação de Serviços	108.325	2,20	130.713	2,54	108.357	2,06	130.810	2,27
Materiais de Construção	61.866	1,25	81.844	1,59	61.866	1,17	81.844	1,42
Transporte de cargas e logística	47.297	0,96	81.340	1,58	47.901	0,91	82.413	1,43
Bens de Capital	16.037	0,33	22.760	0,44	35.767	0,68	43.219	0,75
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionado	98.059	1,99	64.863	1,26	108.222	2,06	82.238	1,43
Soja	49.321	1,00	47.861	0,93	49.321	0,94	47.861	0,83
Outros	342.613	6,94	576.971	11,23	360.155	6,84	596.533	10,38
Total geral	4.931.331	100,00	5.144.154	100,00	5.265.518	100,00	5.750.478	100,00

d) Composição da carteira por produto

MB – Múltiplo

Produtos	Jun / 2019											Jun / 2018	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%	Total	%
Crédito Pessoal INSS - Débito em Conta	-	1.134.313	30.255	21.636	38.092	17.127	15.272	11.041	101.319	1.369.055	27,76	1.386.362	26,96
Crédito Consignado INSS	-	1.084.713	30.689	3.048	4.237	1.510	1.665	979	14.967	1.141.808	23,15	1.049.080	20,39
Capital de Giro	134.787	50.805	75.281	90.901	72.185	46.684	29.033	1.454	63.001	564.131	11,44	612.150	11,90
Renegociação	-	-	-	-	77.881	110.947	42.208	26.066	139.337	396.439	8,04	460.127	8,94
Crédito Rural	207.796	1.897	44.032	561	3.638	2.822	-	21.575	22.126	304.447	6,17	465.153	9,04
Cartão de Crédito Consignado	-	257.367	590	452	300	343	438	370	4.196	264.056	5,35	249.419	4,85
Crédito Consignado Público	-	203.178	10.511	492	3.815	557	732	377	2.465	222.127	4,50	246.497	4,79
Crédito Pessoal	131.096	6.361	26.986	536	1.670	3.270	1.918	67	3.463	175.367	3,56	60.971	1,19
Câmbio	35.117	-	-	-	-	-	62.078	-	-	97.195	1,97	86.940	1,69
Crédito Imobiliário	42.073	2.184	42.738	345	-	-	-	-	-	87.340	1,77	99.719	1,94
Cheque Especial	146	46.624	3.392	2.198	3.529	2.126	2.122	898	20.702	81.737	1,66	125.083	2,43
Conta Garantida	18.333	22.888	27.287	768	5.492	405	372	-	-	75.545	1,53	95.854	1,86
Cartão de Crédito	1.057	54.499	2.783	1.257	924	472	367	252	2.321	63.932	1,30	74.315	1,44
Cheque Empresa	-	3.830	22.448	4.650	4.997	1.156	118	6	576	37.781	0,77	85.830	1,67
Outros	10.410	10.271	7.789	490	269	456	16.047	235	4.404	50.371	1,03	46.654	0,91
Total geral	580.815	2.878.930	324.781	127.334	217.029	187.875	172.370	63.320	378.877	4.931.331	100,00	5.144.154	100,00

MB – Consolidado

Produtos	Jun / 2019											Jun / 2018	
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	%	Total	%
Crédito Consignado INSS - - Débito em Conta	-	1.134.313	30.255	21.636	38.092	17.127	15.272	11.041	101.319	1.369.055	26,00	1.386.362	24,11
Crédito Pessoal INSS	1	1.202.038	40.869	4.342	5.084	2.429	2.519	1.986	22.700	1.281.968	24,35	1.422.178	24,73
Capital de Giro	134.785	111.545	75.281	90.901	72.185	46.684	29.033	1.454	63.001	624.869	11,87	684.162	11,90
Renegociação	-	-	-	-	77.908	110.955	42.226	26.115	139.444	396.648	7,53	460.880	8,01
Crédito Consignado Público	-	313.588	17.816	600	5.269	636	1.002	504	3.901	343.316	6,52	389.199	6,77
Crédito Rural	207.796	1.897	44.032	561	3.638	2.822	-	21.575	22.126	304.447	5,78	465.153	8,09
Cartão de Crédito Consignado	-	257.367	590	452	300	343	438	370	4.196	264.056	5,01	249.419	4,34
Crédito Pessoal	131.096	6.361	26.986	536	1.670	3.270	1.918	67	3.463	175.367	3,33	60.971	1,06
Câmbio	35.117	-	-	-	-	-	62.078	-	-	97.195	1,85	86.940	1,51
Crédito Imobiliário	42.073	2.184	42.738	345	-	-	-	-	-	87.340	1,66	99.719	1,73
Cheque Especial	146	46.624	3.392	2.198	3.529	2.126	2.122	898	20.702	81.737	1,55	125.083	2,18
Conta Garantida	18.333	22.888	27.287	768	5.492	405	372	-	-	75.545	1,43	95.854	1,67
Cartão de Crédito	1.057	54.499	2.783	1.257	924	472	367	252	2.321	63.932	1,21	74.315	1,29
Cheque Empresa	-	3.830	22.448	4.650	4.997	1.156	118	6	576	37.781	0,72	85.830	1,49
Financiamento Veículos - CDC	8	3.626	1.585	4.862	169	17	-	6	1.618	11.891	0,23	17.658	0,31
Outros	10.410	10.271	7.789	490	269	456	16.047	235	4.404	50.371	0,96	46.755	0,81
Total geral	580.822	3.171.031	343.851	133.598	219.526	188.898	173.512	64.509	389.771	5.265.518	100,00	5.750.478	100,00

Os créditos rurais são compostos, principalmente, por operações securitizadas, indexadas ao IGP-M, que rendem juros médios ponderados de 0,69% ao ano e representam 4,10%, do total da carteira de operação de crédito, (MB Consolidado 3,84%), sendo o valor do principal de R\$ 201.999 e dos juros de R\$ 389, totalizando R\$ 202.388 em junho de 2019. Em junho de 2018, o valor do principal era R\$ 293.154 e dos juros de R\$ 1.075, totalizando R\$ 294.229.

7.4. Cessões de créditos

A Resolução CMN nº 3.533/08, com modificações posteriores, estabelece procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou de transferências de ativos financeiros.

As operações de cessão de créditos na modalidade de operações com retenção substancial dos riscos e benefícios configuram-se pela prestação de coobrigação aos cessionários. Nesta modalidade, as operações cedidas permanecem registradas no ativo da instituição cedente e os recursos recebidos são registrados no ativo tendo como contrapartida o passivo financeiro decorrente da obrigação assumida. As receitas e despesas decorrentes dessas cessões são apropriadas no resultado pelo prazo remanescente das respectivas operações.

O Banco possui saldo de operações de crédito cedidas na modalidade com retenção substancial dos riscos e benefícios (Operações cedidas com coobrigação), conforme abaixo. Nessas operações, o Banco está exposto ao risco de crédito, de mercado e operacional, que são adequadamente monitorados e mitigados de conformidade com as normas em vigor (vide nota nº 22.), e retém como benefícios econômicos as receitas apuradas nas operações de cessão de crédito.

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2019	Jun / 2018	Jun / 2019	Jun / 2018
Saldo das operações cedidas com coobrigação – a valor presente	28.358	67.266	38.029	91.904
Circulante	18.096	37.538	25.043	53.349
Não circulante	10.262	29.728	12.986	38.555
Saldo das obrigações assumidas – a valor presente	30.527	74.220	40.955	101.350
Circulante	18.921	39.315	26.221	46.270
Não circulante	11.606	34.905	14.734	55.080

No semestre, o Banco apurou receitas com operações de venda ou transferência de operações de crédito, decorrentes de operações cedidas sem retenção de risco, no montante de R\$ 103.676 (R\$ 10.155 em junho de 2018) e no consolidado no valor de R\$ 123.740 (R\$ 26.996 em junho de 2018), em conformidade com a Resolução CMN nº 3.533/08, para o montante cedido de R\$ 399.627 (R\$ 33.640 em junho de 2018) e R\$ 476.956 (R\$ 146.836 em junho de 2018), no consolidado, a valor presente.

No semestre, as despesas com as operações de venda ou de transferências de ativos financeiros decorrem, basicamente, das obrigações assumidas em função do prazo remanescente das operações cedidas com retenção de risco, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.533/08, no montante de R\$ 3.120 (R\$ 7.789 em junho de 2018) e no consolidado no valor de R\$ 5.604 (R\$ 10.661 em junho de 2018).

8. OUTROS CRÉDITOS

8.1. Créditos tributários

a) Composição dos créditos tributários:

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2019	Jun / 2018	Jun / 2019	Jun / 2018
Imposto de Renda				
Base de Cálculo	1.233.734	1.257.586	1.289.275	1.327.323
Prejuízo fiscal	35.184	58.147	55.293	88.609
Diferenças temporárias	1.198.550	1.199.439	1.233.982	1.238.714
Total do efeito do IR	308.434	314.397	322.319	331.831
Contribuição Social				
Base de Cálculo	1.239.672	1.262.620	1.296.688	1.333.323
Diferenças temporárias à alíquota de 9%	-	-	2.874	3.111
Diferenças temporárias à alíquota de 15%	1.198.550	868.139	1.231.108	891.289
Diferenças temporárias à alíquota de 20%	-	331.300	-	344.314
Base negativa à alíquota de 15%	41.122	63.181	62.706	94.609
Efeito da CSL	185.951	205.957	194.331	217.028
Efeito MP nº 1.807/99, atual 2.158-35/01	3.604	5.881	4.734	7.052
Total do efeito da CSL	189.555	211.838	199.065	224.080
Total	497.989	526.235	521.384	555.911
Circulante	191.876	226.846	200.410	238.771
Não circulante	306.113	299.389	320.974	317.140

b) Movimentação dos créditos tributários:

Crédito Tributário	MB - Múltiplo			MB – Consolidado		
	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal / Base negativa	MP nº 2.158-35/01 ⁽¹⁾	Diferenças temporárias	Prejuízo fiscal / Base negativa	MP nº 2.158-35/01 ⁽¹⁾
Imposto de Renda						
Saldos em 31/12/2018	295.445	14.710	-	304.712	21.096	-
Constituição	87.208	-	-	90.242	-	-
Realização	(83.909)	(5.914)	-	(87.320)	(7.271)	-
Efeito líquido no resultado	3.299	(5.914)	-	2.922	(7.271)	-
Outras	894	-	-	860	-	-
Saldos em 30/06/2019	299.638	8.796	-	308.494	13.825	-
Contribuição Social						
Saldos em 31/12/2018	177.267	9.651	6.043	182.642	13.700	7.188
Constituição	52.325	-	-	54.160	-	-
Realização	(50.345)	(3.483)	(2.438)	(52.392)	(4.294)	(2.453)
Efeito líquido no resultado	1.980	(3.483)	-	1.768	(4.294)	-
Outras	535	-	-	514	-	-
Saldos em 30/06/2019	179.782	6.168	3.605	184.924	9.406	4.735
Total		497.989			521.384	

⁽¹⁾ A realização da MP nº 2.158-35/01 não sensibiliza o resultado por se tratar de tributos compensáveis conforme dispõe o artigo 8º dessa MP.

c) Realização dos créditos tributários:

Os créditos tributários sobre adições temporárias decorrentes de contingências judiciais, cuja realização depende dos encerramentos dos questionamentos judiciais, montam em R\$ 96.613 (R\$ 85.802 em junho de 2018) e no consolidado em R\$ 102.842 (R\$ 92.062 em junho de 2018) e estão ativados com realização prevista até 2023.

Os créditos tributários compensáveis, constituídos e registrados em conformidade com a MP nº 1.807/99, atual 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, decorrem da aplicação da alíquota de 18,00% sobre a base negativa e adições temporárias ao lucro líquido para efeito de apuração da CSL, correspondentes a períodos de apuração encerrados até 31

de dezembro de 1998. Estes créditos não são regulados pela Resolução CMN nº 3.059/02 e estão ativados com realização prevista conforme demonstrado no quadro abaixo.

Os créditos tributários ativos, bem como os valores previstos de realização e seus respectivos valores presentes, calculados com base nas taxas de captação previstas para os exercícios correspondentes, são conforme seguem:

MB – Múltiplo

Realização do Crédito Tributário						
Exercícios	Imposto de Renda	Contribuição Social			Total	
	Crédito	Crédito	MP nº 2.158-35/01	Total	Jun / 2019	Jun / 2018
2018	-	-	-	-	-	163.053
2019	71.412	42.847	-	42.847	114.259	114.292
2020	85.413	51.001	1.101	52.102	137.515	81.397
2021	56.384	33.579	298	33.877	90.261	33.837
2022	6.231	5.128	2.206	7.334	13.565	133.651
2023	88.993	53.395	-	53.395	142.388	5
2024 a 2026	1	-	-	-	1	-
Total	308.434	185.950	3.605	189.555	497.989	526.235
Valor Presente	283.865	174.342			458.207	430.742

MB – Consolidado

Realização do Crédito Tributário						
Exercícios	Imposto de Renda	Contribuição Social			Total	
	Crédito	Crédito	MP nº 2.158-35/01	Total	Jun / 2019	Jun / 2018
2018	-	-	-	-	-	171.033
2019	74.704	44.822	116	44.938	119.642	121.445
2020	88.358	52.783	1.420	54.203	142.561	84.679
2021	58.599	34.817	738	35.555	94.154	36.173
2022	7.408	6.131	2.320	8.451	15.859	135.664
2023	88.993	53.395	-	53.395	142.388	6.917
2024 a 2026	4.257	2.382	141	2.523	6.780	-
Total	322.319	194.330	4.735	199.065	521.384	555.911
Valor Presente	296.447	182.977			479.424	453.633

Como citado anteriormente, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais, base negativa e diferenças temporárias são registrados de acordo com os requisitos previstos na Instrução CVM nº 371/02, Resolução CMN nº 3.059/02, Instrução Normativa SRF nº 213/02 e regulamentações complementares. A realização destes créditos tributários dependerá da efetiva materialização das projeções de lucros futuros previstos nos estudos técnicos elaborados pela Administração em dezembro de 2018, revisados em junho de 2019 e aprovados pelos Conselhos de Administração e Fiscal. Assim, essas projeções de realização de créditos tributários são estimativas e não estão diretamente relacionadas com a expectativa de lucros contábeis.

8.2. Devedores por depósitos em garantia

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2019	Jun / 2018	Jun / 2019	Jun / 2018
Depósitos recursais trabalhistas	22.910	25.926	25.407	28.430
Depósitos judiciais trabalhistas	79.016	75.206	80.119	76.807
Depósitos judiciais fiscais	65.532	74.106	101.368	110.411
Depósitos de ações cíveis	20.759	17.732	23.131	19.883
Total – Não circulante	188.217	192.970	230.025	235.531

As obrigações legais e as eventuais provisões trabalhistas, cíveis e tributárias correspondentes a estas causas estão provisionadas e classificadas na rubrica “Provisão para Outros Passivos” (vide nota nº 12.4. a).

8.3. Impostos a compensar

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2019	Jun / 2018	Jun / 2019	Jun / 2018
COFINS – Lei nº 9.718/98 ^(I)	7.668	7.471	7.668	7.471
Contribuição social ^(II)	888	403	2.110	2.797
Imposto de renda pessoa jurídica ^(II)	842	-	4.698	8.011
Impostos e contribuições retidos na fonte	3.234	3.449	4.175	4.237
PIS/COFINS ^(III)	-	-	1.069	1.445
Antecipação IRPJ/CSLL	-	294	13	330
PERT ^(IV)	203	3.666	203	3.666
Outros	9	8	22	21
Total	12.844	15.291	19.958	27.978
Circulante	3.113	5.672	7.540	15.744
Não circulante	9.731	9.619	12.418	12.234

^(I) O valor da COFINS decorre de ação judicial, transitada em julgado em fevereiro de 2010, para recolher a COFINS sobre a base de cálculo reduzida, além de reaver o que pagou a maior sobre a diferença entre a base estendida pela Lei nº 9.718/98 e a base contemplando somente prestação de serviços. Em fevereiro de 2010, o Banco passou a recolher a COFINS com base nas receitas de prestação de serviços, com amparo na citada decisão judicial transitada em julgado e reconheceu o crédito no montante de R\$ 192.094, MB consolidado R\$ 204.770, líquido dos impostos. O ativo registrado foi apurado pela diferença entre a COFINS paga sobre a receita bruta e a COFINS apurada sobre as receitas de prestação de serviços. O Banco, desde o exercício de 2010, habilitou o referido crédito junto à Receita Federal do Brasil e passou a utilizá-lo em compensação com tributos administrados por este órgão. Com a edição da Lei nº 12.973/14, o Banco passou a recolher a COFINS com base na receita bruta de que trata o artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77.

Da mesma forma, destaca-se que o crédito de PIS decorrente de ação transitada em julgado, reconhecido em dezembro de 2005, no montante de R\$ 14.726, MB consolidado R\$ 15.950, líquido dos impostos, que teve como mérito recolher este tributo sobre a base de cálculo reduzida e reaver o que pagou a maior sobre a diferença entre a base estendida pela Lei nº 9.718/98 e a base contemplando somente as receitas de prestação de serviços, foi totalmente compensado, em exercícios anteriores, com tributos administrados pela Receita Federal do Brasil.

Muito embora exista trânsito em julgado nas ações do PIS e COFINS acima referidas, que caracterizam os créditos como líquidos e certos, a Receita Federal do Brasil homologou parcialmente as respectivas compensações, contestando o alcance do êxito obtido nas ações judiciais. As discussões administrativas em andamento têm avaliação de risco remoto por consultores jurídicos externos, na forma do item 86 do CPC 25, aprovado pela Deliberação CVM nº 594/09 e Resolução CMN nº 3.823/09. Não obstante a classificação de risco remoto de referidos processos, o Banco considerou adequado contratar seguro garantia – fiança para o caso de eventual necessidade de garantir o juízo em face de ação judicial (vide notas nº 5.1. e 9.2. (V)).

^(II) Referem-se, basicamente, aos saldos credores apurados na DIPJ de exercícios anteriores.

^(III) Refere-se, basicamente, à recuperação dos tributos COFINS e PIS, da controlada Banco Mercantil de Investimentos S.A., recolhidos a maior sobre receitas que não se enquadram no conceito de receita bruta, de que trata o artigo 12 do Decreto-Lei nº 1.598/77, com redação dada pela Lei nº 12.973/14.

^(IV) Refere-se a créditos tributários, adquiridos de controladas, a serem utilizados na liquidação de tributos, em conformidade com o Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) de que trata a Lei nº 13.496/2017.

8.4. Pagamentos a ressarcir

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2019	Jun / 2018	Jun / 2019	Jun / 2018
Créditos de previdência social ^(I)	-	1	-	282
COFINS	-	-	992	968
FGTS	506	476	506	476
Outros	20	557	20	558
Total	526	1.034	1.518	2.284
Circulante	526	1.034	526	1.034
Não circulante	-	-	992	1.250

^(I) Em 30 de junho de 2018, os créditos de previdência social são decorrentes de ação judicial com decisão favorável transitada em julgado da controlada Banco Mercantil de Investimentos S.A., relativos a recolhimentos de INSS sobre

pró-labore e sobre comissões pagas aos autônomos. Em julho de 2010, o referido crédito foi ajustado de acordo com valor do Requisitório de Pagamento emitido, em 28/06/2010, pela 5ª Vara da Justiça Federal de Minas Gerais.

Créditos a recuperar “sub judice”

Em novembro de 2005, o Supremo Tribunal Federal – STF julgou inconstitucional o §1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, que instituiu nova base de cálculo para fins de apuração da COFINS, desde fevereiro de 1999, ao ampliar o conceito de faturamento. Assim, a base de cálculo da COFINS foi reduzida e ensejou a criação de um direito líquido e certo de reaver o que pagou-se a maior.

As instituições financeiras controladas possuem ações judiciais individuais em curso e na avaliação de seus consultores jurídicos externos o êxito destas ações é muito provável. Logo, caso o desfecho destas ações seja favorável, o montante dos créditos a serem reconhecidos e registrados contabilmente correspondem em R\$ 19.775 (R\$ 19.884 em junho de 2018).

8.5. Títulos e créditos a receber

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2019	Jun / 2018	Jun / 2019	Jun / 2018
Cartão de crédito ^(I)	67.576	67.993	67.576	67.993
Créditos a receber ^(II)	84.005	-	95.444	12.152
Precatórios	10.470	35.065	19.290	44.224
Direitos creditórios	35.062	35.702	35.062	35.702
Títulos de capitalização	7.316	10.962	12.177	15.408
Outros	53	13	284	13
Total	204.482	149.735	229.833	175.492
Circulante	162.934	79.595	173.691	89.425
Não circulante	41.548	70.140	56.142	86.067

^(I) Referem-se aos valores devidos pelos clientes referentes às compras efetuadas em cartões de crédito. Os respectivos valores a serem repassados para a administradora de cartão estão registrados em conta do passivo (vide nota nº 12.5.).

^(II) Referem-se, basicamente, a valores a liquidar por instituição cessionária, após a transferência do domicílio bancário das operações cedidas, referentes às cessões de créditos, sem retenção de riscos, ocorridas no período.

8.6. Rendas a receber

Refere-se, basicamente, ao reconhecimento de crédito a receber referente à cláusula de ajuste de preço de venda, contida no contrato de alienação de participação societária na Cia de Seguros Minas Brasil celebrado, em 2008, entre o Banco e a Zurich Participações e Representações Ltda. O ajuste refere-se a desfecho favorável, em 2013, em ação judicial através da qual a Cia de Seguros Minas Brasil discutia com a União Federal sua condição de não contribuinte da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, decidida anteriormente em outra ação judicial transitada em julgado.

8.7. Devedores diversos

Refere-se, basicamente, às parcelas de Cartão de Crédito Consignado já baixadas e aguardando o repasse dos recursos financeiros pelo INSS.

9. OUTROS VALORES E BENS

9.1. Outros valores e bens

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2019	Jun / 2018	Jun / 2019	Jun / 2018
Imóveis - dação em pagamento	318.694	339.225	318.694	341.224
Veículos e afins	11	455	13	457
Material em estoque	1.129	1.333	1.129	1.333
Outros bens não de uso	-	13.027	3	13.032
Total – Circulante	319.834	354.040	319.839	356.046

9.2. Despesas antecipadas

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2019	Jun / 2018	Jun / 2019	Jun / 2018
Comissão sobre originação de operações de crédito ^(I)	641	2.523	2.560	4.991
Comissão sobre originação de operações de crédito – Circular Bacen nº 3.693/13 ^(II)	739	3.489	1.414	12.570
Custo de serviço de preparação de documentos e digitação de proposta de negócios ^(III)	132	534	136	546
Custos diferidos captações internas e no exterior ^(IV)	217	1.841	217	1.841
Custo seguro garantia – fiança ^(V)	44.401	16.140	52.641	21.344
Demais despesas antecipadas ^(VI)	6.929	5.068	7.372	5.538
Total	53.059	29.595	64.340	46.830
Circulante	28.171	15.187	32.912	24.612
Não circulante	24.888	14.408	31.428	22.218

^(I) Referem-se, basicamente, às comissões sobre operações de crédito originadas antes da entrada em vigor da Circular Bacen nº 3.693/13, na modalidade de créditos consignados, pagas aos correspondentes no País, que serão apropriadas mensalmente pelo prazo das respectivas operações de crédito, em conformidade com as normas vigentes. Essas apropriações são alocadas no subgrupo “Outras Despesas Administrativas” e atingiram, até 30 de junho de 2019, o montante de R\$ 966 (R\$ 3.421 em junho de 2018), MB consolidado R\$ 3.193 (R\$ 14.765 em junho de 2018). As comissões relativas aos créditos cedidos são apropriadas integralmente no resultado.

^(II) Referem-se, basicamente, às comissões de originação de operações de crédito realizadas a partir de 01/01/2015, conforme Circular Bacen nº 3.693/13, na modalidade de créditos consignados, pagas aos correspondentes no País, que serão apropriadas mensalmente, no prazo máximo de 36 meses da data da realização das respectivas operações de crédito, observado o prazo máximo de 31/12/2019. Essas apropriações são alocadas no subgrupo “Outras Despesas Administrativas” e atingiram, até 30 de junho de 2019, o montante de R\$ 833 (R\$ 455 em junho de 2018), MB consolidado R\$ 1.644 (R\$ 904 em junho de 2018). As comissões relativas aos créditos cedidos são apropriadas integralmente no resultado.

^(III) Refere-se ao custo de preparação de documentos e implantação de propostas dos negócios gerados por correspondentes no País, para operações originadas até dezembro de 2014, cuja apropriação das despesas é realizada mensalmente de acordo com os prazos dos contratos, no subgrupo “Outras Despesas Administrativas”, que atingiram até 30 de junho de 2019 o montante de R\$ 141 (R\$ 356 em junho de 2018), MB consolidado R\$ 145 (R\$ 362 em junho de 2018). Os custos relacionados aos créditos cedidos são apropriados integralmente no resultado.

^(IV) Trata-se de custos originados no processo de captação de recursos internos e no exterior, com apropriação pelos respectivos prazos dos títulos emitidos, seguindo o regime de competência contábil.

^(V) Refere-se ao custo de seguro garantia – fianças em processos administrativos e judiciais cujas apropriações das despesas são realizadas mensalmente de acordo com a vigência da apólice.

^(VI) Referem-se, basicamente, a IPTU, aluguéis, taxa de alvará e licenciamento das agências, cujas apropriações das despesas são realizadas mensalmente de acordo com os prazos contratuais.

10. ATIVO PERMANENTE

10.1. Investimentos

a) Participações em sociedades controladas

Descrição	Jun / 2019							Total
	MBIA	MBF	BMI	MBC	MBD	MBACSPP	MBEI	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	
Capital social	28.937	126.070	82.028	24.938	4.250	24.901	43.000	334.124
Patrimônio líquido	32.458	241.218	119.372	23.670	4.286	53.243	74.895	549.142
Total de ações	34.044	15.453	4.416	166.902	25	14.648	43.000	-
Ações ON	34.044	9.670	4.031	141.341	25	14.648	43.000	-
Ações PN	-	5.783	385	25.561	-	-	-	-
Participação %	100,00	85,80	91,52	99,99	100,00	100,00	100,00	-
Lucro / (Prejuízo) societário do período	(187)	11.297	251	(537)	(15)	6.756	(23)	17.542
Aquisições de ações no período	-	244	-	-	-	-	-	244
Resultado de participações em coligadas e controladas	(187)	9.687	229	(537)	(15)	6.756	(23)	15.910
Equivalência patrimonial	(187)	9.687	229	(537)	(15)	6.756	(23)	15.910
Ganho / (Perda) de capital	-	199	75	-	-	-	-	274
Valor dos investimentos	32.458	206.965	109.250	23.668	4.286	53.243	74.895	504.765
Jun / 2018								
Capital social	28.937	126.070	82.028	24.938	4.250	16.113	43.000	325.336
Patrimônio líquido	33.046	222.153	118.456	25.033	4.287	43.674	74.848	521.497
Total de ações	34.044	15.417	4.415	166.902	25	14.648	43.000	-
Ações ON	34.044	9.670	4.030	141.341	25	14.648	43.000	-
Ações PN	-	5.747	385	25.561	-	-	-	-
Participação %	100,00	85,60	91,50	99,99	100,00	100,00	100,00	-
Lucro / (Prejuízo) societário do exercício	(292)	10.386	2.487	(528)	(11)	4.994	81	17.117
Aquisições de ações no período	-	-	59.539	-	-	-	-	59.539
Resultado de participações em coligadas e controladas	(292)	8.890	2.277	(528)	(11)	4.994	81	15.411
Equivalência patrimonial	(292)	8.890	2.277	(528)	(11)	4.994	81	15.411
Ganho / (Perda) de capital	-	(1)	2.126	-	-	-	-	2.125
Valor dos investimentos	33.046	190.163	108.387	25.030	4.288	43.674	74.848	479.436
(1) Mercantil do Brasil Imobiliária e Agronegócio S.A.	(5) Mercantil do Brasil Distribuidora S.A.							
(2) Mercantil do Brasil Financeira S.A.	(6) Mercantil do Brasil Administradora e Corretora de Seguros e Previdência Privada S.A.							
(3) Banco Mercantil de Investimentos S.A.	(7) Mercantil do Brasil Empreendimentos Imobiliários S.A.							
(4) Mercantil do Brasil Corretora S.A.								

Em Assembleia Geral Ordinária de 26 de abril de 2019 foi deliberado o aumento do capital social da Mercantil do Brasil Administradora e Corretora de Seguros e Previdência Privada S.A. do montante de R\$ 20.507 para R\$ 24.901, sem alteração na quantidade de ações, mediante incorporação de parte da “Reservas Estatutárias – Para Aumento de Capital”, no montante de R\$ 4.394.

b) Provisão para perdas em investimentos

Refere-se, substancialmente, a constituição de provisão para desvalorização das cotas do FII, - Fundo de investimento imobiliário de titularidade da controlada MBEI, constituída em 2015, no montante de R\$ 47.352.

10.2. Imobilizado de uso

Movimentação dos bens do imobilizado de uso, líquidos da depreciação:

MB – Múltiplo

Descrição	Dez / 2018	Adições	Transferências		Baixas	Jun / 2019
			Entradas	Saídas		
Imobilizado em estoque	5.433	6.207	-	(1.937)	-	9.703
Imóveis de uso	18.261	-	-	-	-	18.261
Instalações	80.731	3.271	-	-	(1.763)	82.239
Móveis e equipamentos de uso	48.404	1.256	450	-	(241)	49.869
Sistema de comunicação	5.328	84	2	-	(2)	5.412
Sistema de processamento de dados	75.682	1.078	1.370	-	(53)	78.077
Sistema de segurança	6.290	435	115	-	(18)	6.822
Sistema de transporte	37	-	-	-	-	37
(-) Depreciação	(110.593)	(13.681)	-	-	2.026	(122.248)
Total	129.573	(1.350)	1.937	(1.937)	(51)	128.172

MB – Consolidado

Descrição	Dez / 2018	Adições	Transferências		Baixas	Jun / 2019
			Entradas	Saídas		
Imobilizado em estoque	5.437	6.207	-	(1.937)	-	9.707
Imóveis de uso	28.771	-	-	-	-	28.771
Instalações	80.731	3.271	-	-	(1.763)	82.239
Móveis e equipamentos de uso	48.965	1.256	450	-	(241)	50.430
Sistema de comunicação	5.451	84	2	-	(2)	5.535
Sistema de processamento de dados	76.452	1.078	1.370	-	(53)	78.847
Sistema de segurança	6.290	435	115	-	(18)	6.822
Sistema de transporte	138	140	-	-	(65)	213
(-) Depreciação	(112.341)	(13.751)	-	-	2.051	(124.041)
Total	139.894	(1.280)	1.937	(1.937)	(91)	138.523

O saldo do imobilizado contempla reservas de reavaliação que será mantido até a sua efetiva realização, no montante de R\$ 130 (R\$ 138 em junho de 2018) (vide nota nº 13.3.).

10.3. Intangível

Movimentação dos itens do intangível, líquido da amortização:

MB – Múltiplo

Descrição	Dez / 2018	Adições	Transferências		Baixas	Jun / 2019
			Entradas	Saídas		
Software	123.747	13.773	9.574	(9.574)	(1.127)	136.393
Intangíveis em uso	116.447	9.285	7.832	(1.742)	(938)	130.884
Intangíveis em desenvolvimento	7.300	4.488	1.742	(7.832)	(189)	5.509
(-) Amortização	(76.307)	(8.902)	-	-	679	(84.530)
Total	47.440	4.871	9.574	(9.574)	(448)	51.863

MB – Consolidado

Descrição	Dez / 2018	Adições	Transferências		Baixas	Jun / 2019
			Entradas	Saídas		
Software	124.096	13.773	9.574	(9.574)	(1.127)	136.742
Intangíveis em uso	116.749	9.285	7.832	(1.742)	(938)	131.186
Intangíveis em desenvolvimento	7.347	4.488	1.742	(7.832)	(189)	5.556
(-) Amortização	(76.595)	(8.910)	-	-	679	(84.826)
Total	47.501	4.863	9.574	(9.574)	(448)	51.916

11. CAPTAÇÕES

11.1. Depósitos

MB – Múltiplo

Descrição	Depósitos				Total	
	À Vista	Poupança	Interfinanceiros	A Prazo	Jun / 2019	Jun / 2018
Indeterminado	278.696	194.214	-	1.160	474.070	418.792
Até 30 dias	-	-	28.939	85.222	114.161	186.262
De 31 a 60 dias	-	-	-	122.450	122.450	18.207
De 61 a 90 dias	-	-	-	60.373	60.373	73.465
De 91 a 180 dias	-	-	-	299.376	299.376	127.615
De 181 a 360 dias	-	-	-	532.066	532.066	443.919
Acima de 360 dias	-	-	14.818	4.835.910	4.850.728	4.736.980
Total	278.696	194.214	43.757	5.936.557	6.453.224	6.005.240
Circulante	278.696	194.214	28.939	1.100.647	1.602.496	1.268.260
Não circulante	-	-	14.818	4.835.910	4.850.728	4.736.980

MB – Consolidado

Descrição	Depósitos				Total	
	À Vista	Poupança	Interfinanceiros	A Prazo	Jun / 2019	Jun / 2018
Indeterminado	276.496	194.214	-	1.160	471.870	415.637
Até 30 dias	-	-	28.939	79.659	108.598	186.262
De 31 a 60 dias	-	-	-	106.866	106.866	17.797
De 61 a 90 dias	-	-	-	70.784	70.784	70.273
De 91 a 180 dias	-	-	-	300.934	300.934	179.910
De 181 a 360 dias	-	-	-	565.210	565.210	451.758
Acima de 360 dias	-	-	13.766	4.910.215	4.923.981	4.735.591
Total	276.496	194.214	42.705	6.034.828	6.548.243	6.057.228
Circulante	276.496	194.214	28.939	1.124.613	1.624.262	1.321.637
Não circulante	-	-	13.766	4.910.215	4.923.981	4.735.591

11.2. Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

Recursos de letras do agronegócio, imobiliárias, de crédito e similares

MB – Múltiplo

Descrição	Letras de Crédito do Agronegócio	Letras de Crédito Imobiliário	Letras Financeiras	Total	
				Jun / 2019	Jun / 2018
Até 30 dias	3.980	-	-	3.980	12.028
De 31 a 60 dias	22.716	193	-	22.909	12.059
De 61 a 90 dias	18.449	385	-	18.834	17.230
De 91 a 180 dias	38.785	210	916	39.911	45.361
De 181 a 360 dias	77.072	1.351	4.081	82.504	158.650
Acima de 360 dias	3.626	3.231	12.120	18.977	67.963
Total	164.628	5.370	17.117	187.115	313.291
Circulante	161.002	2.139	4.997	168.138	245.328
Não circulante	3.626	3.231	12.120	18.977	67.963

Descrição	Letras de Crédito do Agronegócio	Letras de Crédito Imobiliário	Letras Financeiras	Total	
				Jun / 2019	Jun / 2018
Até 30 dias	3.980	-	-	3.980	12.038
De 31 a 60 dias	22.716	553	-	23.269	12.059
De 61 a 90 dias	18.449	405	-	18.854	17.411
De 91 a 180 dias	49.199	328	916	50.443	52.912
De 181 a 360 dias	78.028	2.439	4.081	84.548	166.982
Acima de 360 dias	3.626	3.410	12.120	19.156	69.899
Total	175.998	7.135	17.117	200.250	331.301
Circulante	172.372	3.725	4.997	181.094	261.402
Não circulante	3.626	3.410	12.120	19.156	69.899

11.3. Outras obrigações – Dívidas Subordinadas

No individual e consolidado são compostas como segue:

Papel	Trimestre / Ano		Valor da Operação	Remuneração	Saldos em US\$ mil		Saldos em R\$ mil	
	Emissão	Vencimento			Jun / 2019	Jun / 2018	Jun / 2019	Jun / 2018
Dívida Subordinada	3º/2010	3º/2020	US\$ 250.000	9,63% a.a	140.711	158.890	539.147	612.552
Total					140.711	158.890	539.147	612.552
Circulante					6.783	7.860	25.990	30.302
Não circulante					133.928	151.030	513.157	582.250

Em julho de 2010, o Banco emitiu *tranche do Tier II*, no montante de US\$ 250.000, cuja aprovação como dívida subordinada foi homologada pelo Bacen em setembro de 2010, passando a integrar o nível II do Patrimônio de Referência, contemplado na apuração do índice da Basileia (vide nota nº 14.). Em 2015, o saldo de principal dos títulos no exterior foi reduzido de US\$ 250.000 para US\$ 155.383 devido a recompras realizadas que levaram em consideração a existência de excesso de margem não utilizada da referida emissão externa para fins de enquadramento de limites operacionais, as condições vantajosas para recompra dos títulos e os objetivos estratégicos da Instituição.

Em outubro de 2018, o Banco, após autorização do Banco Central do Brasil, lançou nova oferta de recompra parcial de referidos títulos, que alcançou o montante de até US\$ 20.843, em conformidade com os objetivos estratégicos da Instituição e com observância das normas que regem o assunto. Após a recompra, o saldo de principal dos títulos no exterior foi reduzido para US\$ 134.540, em novembro de 2018. Referido saldo é objeto de *hedge accounting*, conforme nota nº 5.2. Maiores informações no *site* da CVM (www.cvm.gov.br) e no *site* da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br/pt-br/).

11.4. Outras obrigações – Instrumentos de dívida elegíveis a capital

Papéis	Trimestre / Ano		Valor da Operação	Jun / 2019	Jun / 2018
	Emissão	Vencimento			
Letra Financeira Subordinada - Nível II ^(I)	3º / 2016	3º / 2023	30.293	30.952	30.959
	3º / 2016	4º / 2023	7.258	7.390	7.393
	4º / 2016	4º / 2023	50.837	52.030	55.467
	1º / 2017	1º / 2024	16.883	18.169	19.006
	1º / 2017	2º / 2024	300	305	305
	2º / 2017	2º / 2024	21.417	22.061	22.637
	2º / 2017	3º / 2024	2.100	2.431	2.277
	3º / 2017	3º / 2024	6.690	7.528	7.106
	3º / 2017	4º / 2024	6.775	6.901	6.904
	4º / 2017	4º / 2024	61.447	66.113	63.487
	4º / 2017	1º / 2025	600	646	623
	1º / 2018	1º / 2025	12.522	13.407	12.863
	1º / 2018	2º / 2025	800	880	816
	2º / 2018	2º / 2025	16.202	17.291	16.361
	2º / 2018	3º / 2025	2.980	3.198	2.981
	3º / 2018	3º / 2025	20.795	21.762	-
	4º / 2018	4º / 2025	15.073	15.746	-
	1º / 2019	1º / 2026	8.510	8.739	-
2º / 2019	2º / 2026	17.329	17.486	-	
Letra Financeira Subordinada – Capital Complementar ^(II)	2º / 2018	Perpétua	300	332	303
	4º / 2018	Perpétua	4.000	4.189	-
	1º / 2019	Perpétua	5.381	5.515	-
	2º / 2019	Perpétua	400	407	-
	2º / 2019	Perpétua	7.000	7.032	-
Total			330.510	249.488	
Circulante			7.518	8.380	
Não circulante			322.992	241.108	

^(I) Letra Financeira Subordinada - Nível II - emissão indexada entre 120% a 130% da taxa CDI.

^(II) Letra Financeira Subordinada – Capital Complementar - emissão indexada entre 140% a 150% da taxa CDI.

O total da Letra Financeira Subordinada - Nível II, homologado ao nível II do Patrimônio de Referência nos termos da Resolução CMN nº 4.192/13, monta em R\$ 292.888 (R\$ 235.260 em junho de 2018).

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

12.1. Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados

Refere-se a tributos federais, estaduais e municipais a pagar no montante de R\$ 14.378 (R\$ 11.261 em junho de 2018) no individual e R\$ 14.443 (R\$ 11.296 em junho de 2018) no consolidado.

12.2. Sociais e estatutárias

Refere-se, basicamente, à participação nos lucros a pagar dos empregados e administradores e aos juros sobre capital próprio a pagar.

12.3. Fiscais e previdenciárias

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2019	Jun / 2018	Jun / 2019	Jun / 2018
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	4.141	-	5.866	2.411
Provisão para impostos e contribuições sobre os lucros	-	-	1.030	829
Outros impostos e contribuições a recolher	24.097	21.101	25.410	22.803
Provisão para imposto de renda diferido	2.294	628	2.306	640
Total	30.532	21.729	34.612	26.683
Circulante	30.532	21.729	34.600	26.671
Não circulante	-	-	12	12

12.4. Provisão e passivos contingentes

a) Provisão para outros passivos

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2019	Jun / 2018	Jun / 2019	Jun / 2018
Provisões para riscos fiscais	93.916	89.688	127.637	123.824
Provisões para processos trabalhistas	122.110	107.968	124.979	110.982
Provisões para processos cíveis	26.919	31.036	34.623	38.709
Outras	241	311	242	311
Total – Não circulante	243.186	229.003	287.481	273.826

As provisões trabalhistas e cíveis são registradas de acordo com estudos técnicos realizados pelos consultores jurídicos externos, cuja metodologia aplicada resulta numa melhor avaliação destas contingências. Em síntese, os referidos estudos apuram os percentuais de perda dos processos encerrados nos últimos dois anos para as ações cíveis e três anos para as ações trabalhistas, que são aplicados nas causas vigentes. Adicionalmente, nas ações trabalhistas com depósitos judiciais provisiona-se o montante integral dos respectivos depósitos. Cabe destacar que os processos trabalhistas movidos pelo Sindicato dos Bancários são analisados individualmente, não considerando, portanto, o percentual de perda histórica. As provisões decorrentes de processos trabalhistas e cíveis são consideradas suficientes pela Administração para cobrir perdas prováveis.

No caso das provisões para riscos fiscais (obrigações legais), o Banco possui ações judiciais em andamento, nas quais discute a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos. Referidos tributos estão provisionados, não obstante chances de êxito, de acordo com a opinião dos consultores jurídicos externos.

A Administração acompanha regularmente o andamento das obrigações legais referentes aos processos trabalhistas, cíveis e fiscais, incluindo os classificados como de risco provável pelos consultores jurídicos externos. O desfecho dessas ações judiciais poderá resultar em reversão das respectivas provisões para os processos em que o Banco venha obter favorável êxito judicial. Estas provisões são compostas como segue:

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2019	Jun / 2018	Jun / 2019	Jun / 2018
COFINS ^(I)	8.849	8.611	23.400	22.504
CSL ^(II)	-	-	13.990	13.737
INSS ^(III)	61.277	59.701	65.038	63.365
PIS ^(IV)	7.353	7.244	8.538	9.684
ISS ^(V)	16.296	13.935	16.296	13.934
Outros	141	197	375	600
Total – Não circulante	93.916	89.688	127.637	123.824

^(I) Refere-se ao questionamento da majoração da alíquota de 3,00% para 4,00% e da majoração da base de cálculo.

^(II) Refere-se, basicamente, ao questionamento da majoração da alíquota de CSL, instituída pelas Leis nº 8.114/90, LC nº 70/91, Emendas Constitucionais nºs 01/94 e 10/96 e Lei nº 9.316/96. Os valores estão depositados judicialmente.

^(III) Refere-se a questionamento judicial da majoração da alíquota do SAT (Decreto nº 6.042/07), majoração do SAT/RAT pelo índice do FAP, majoração da alíquota da contribuição previdenciária de 15% para 20%, relativa a autônomos, diretores e administradores (Lei nº 9.876/99) e outros.

^(IV) Refere-se, basicamente, ao questionamento da majoração da base de cálculo do PIS, instituída pela Emenda Constitucional nº 01/94, posteriormente substituída pela Emenda Constitucional nº 10/96, que continuou a exigir a incidência do PIS sobre a receita bruta operacional, retroagindo sua cobrança desde janeiro de 1996. Os valores estão depositados judicialmente.

^(V) Refere-se, basicamente, a questionamentos judiciais provenientes de autos de infração e de demandas judiciais relativo ao ISS. A matéria discutida, na sua maioria, está relacionada às exigências fiscais municipais que extrapolam os ditames da Lei Complementar nº 116/03, no que tange a tributação de receitas que não estão relacionadas a prestação de serviços.

b) Movimentação da provisão para outros passivos

Descrição	MB – Múltiplo			MB – Consolidado		
	Riscos Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Riscos Fiscais	Trabalhistas	Cíveis
Saldos em 31/12/2018	91.772	119.551	27.799	124.985	122.670	35.021
Constituição / (Reversão)	(941)	18.196	11.721	(864)	18.381	14.297
Atualização Monetária	2.843	5.084	679	3.039	5.312	805
Liquidações	(429)	(20.721)	(13.280)	(429)	(21.384)	(15.500)
Atualização de Depósitos	671	-	-	906	-	-
Saldos em 30/06/2019	93.916	122.110	26.919	127.637	124.979	34.623
Depósitos judiciais (vide nota nº 8.2.)	65.532	101.926	20.759	101.368	105.526	23.131

c) Passivos contingentes

O Mercantil do Brasil tem ações de naturezas cíveis e tributárias envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos externos, para as quais não há provisões constituídas, de conformidade com a Resolução CMN nº 3.823/09 e Deliberação CVM nº 594/09. O saldo das ações cíveis posicionou-se em R\$ 1.098 (R\$ 1.066 em junho de 2018), no individual e consolidado. As ações tributárias totalizaram R\$ 6.149 (R\$ 6.331 em junho de 2018), MB Consolidado R\$ 10.907 (R\$ 10.654 em junho de 2018).

Além das ações contingentes, de naturezas cíveis e tributárias, acima referidas, o Banco estava sujeito ao pagamento de possíveis indenizações fixadas no Contrato de Alienação Societária da Cia de Seguros Minas Brasil, atual Zurich Participações e Representações Ltda, relativamente a reembolso de sinistros ocorridos e pendentes de pagamento à época do fechamento do negócio. Para solucionar tais questões, o Banco, em atenção ao que prevê o contrato e após notificações encaminhadas, entendeu por bem instaurar Procedimento de Arbitragem junto à Câmara de Comércio Brasil-Canadá. No segundo semestre de 2015, as partes transacionaram e chegaram a um acordo em relação à totalidade da controvérsia objeto do procedimento arbitral, cuja provisão, em junho de 2019, monta em R\$ 334 (R\$ 2.602 em junho de 2018).

12.5. Credores diversos - País

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2019	Jun / 2018	Jun / 2019	Jun / 2018
Sistema de cartão de crédito ⁽¹⁾	62.775	62.426	62.775	62.426
Provisão para despesas administrativas	43.941	33.531	44.319	33.963
Operações de crédito consignado a processar	681	909	1.000	2.708
Provisão comissões sobre colocações serviços intermediação de operação de crédito	3.051	3.195	4.359	8.128
Contas inativas – Beneficiários INSS	23.070	9.555	23.070	9.555
Outros	19.153	18.524	20.766	19.890
Total – Circulante	152.671	128.140	156.289	136.670

⁽¹⁾ Refere-se a valores a pagar às operadoras de cartão, que são as responsáveis pelo pagamento aos estabelecimentos comerciais das compras procedidas pelos clientes do Mercantil do Brasil.

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

13.1. Capital social

O Capital social – de domiciliados no país é dividido em ações nominativas escriturais, da seguinte forma:

Ações	MB – Múltiplo			
	Jun / 2019		Jun / 2018	
	Quantidade	R\$ mil	Quantidade	R\$ mil
Ordinárias	32.577.872	306.232	26.262.082	246.864
Preferenciais	19.837.918	186.476	19.837.918	186.476
Total do capital subscrito e integralizado	-	-	46.100.000	433.340
Ordinárias – Aumento de Capital Realizado	-	-	6.315.790	59.368
Total	52.415.790	492.708	52.415.790	492.708
Valor nominal em reais	9,40		9,40	

O Capital Social do Banco poderá ser aumentado em até o limite de R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), independentemente de alteração do Estatuto Social, nos termos do artigo 168 da Lei das Sociedades por Ações, mediante deliberação do Conselho de Administração. Competirá ao Conselho de Administração fixar o preço e prazo de subscrição e integralização, bem como as demais condições da emissão de ações.

13.2. Reservas de capital e de lucros

As Reservas de capital e de lucros, no individual e consolidado, são como segue:

Descrição	Jun / 2019	Jun / 2018
Reserva de capital ^(I)	43.375	43.375
Reservas de lucros	330.560	267.531
Reserva legal ^(II)	67.444	63.547
Reservas estatutárias ^(III)	263.116	203.984

^(I) São representadas, substancialmente, por reserva de ágio na subscrição de ações e de subvenções para investimentos.

^(II) Constituída à base de 5% sobre o lucro líquido do período, limitada a 20% do capital social.

^(III) Constituída com base no lucro líquido remanescente após todas as destinações estabelecidas pelo estatuto, permanecendo o seu saldo acumulado à disposição dos acionistas para deliberação futura em Assembleia Geral.

Conforme disposição estatutária, está assegurado aos acionistas o pagamento de dividendo obrigatório, em percentual que poderá ser uniforme ou variável em cada semestre, mas que deverá perfazer, no mínimo, 25% do lucro líquido de cada exercício social.

É assegurado aos titulares das ações preferenciais o direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária ou o direito ao recebimento de dividendos mínimos anuais não cumulativos de 6% sobre o valor nominal da ação, sendo efetivamente pago o dividendo que, dentre essas duas alternativas, represente o de maior valor.

Conforme definição estatutária é destinada até 90% do lucro líquido, após a distribuição de dividendos e constituição da reserva legal, para reservas estatutárias para aumento de capital, limitada a 80% do capital social. O saldo remanescente é direcionado para reservas estatutárias de dividendos futuros.

Não foram declarados juros sobre o capital próprio no primeiro semestre de 2019 e 2018 em conformidade com dispositivos legais e estatutários em vigor.

A destinação do lucro líquido é como segue:

Descrição	MB – Múltiplo	
	Jun / 2019	Jun / 2018
Lucro líquido dos semestres	52.071	27.524
Realização de reservas de reavaliação	4	4
Ajuste de provisão – Resolução CMN nº 4.512/16	-	-
Total a ser destinado	52.075	27.528
Reserva legal	2.603	1.376
Reservas estatutárias	49.472	26.152
Para aumento de capital	44.525	23.537
Para dividendos futuros	4.947	2.615

13.3. Reservas de reavaliação

Em cumprimento ao disposto no artigo 4º, § 2º, da Instrução CVM nº 469/08, o Banco e Controladas optaram por manter, até a sua efetiva realização, os saldos das reservas de reavaliação constituídas até a vigência da Lei nº 11.638/07, inclusive as reavaliações reflexas decorrentes da aplicação do método da equivalência patrimonial. Atualmente, o saldo da reserva de reavaliação oriunda das reavaliações refere-se aos imóveis da controlada Mercantil do Brasil Empreendimentos Imobiliários S.A., que monta em R\$ 130 (R\$ 138 em junho de 2018).

14. GERENCIAMENTO DE CAPITAL E LIMITES OPERACIONAIS

O Mercantil do Brasil dispõe de Estrutura de Gerenciamento de Capital, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.988/11, que compreende o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que está sujeita e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos.

A Estrutura de Gerenciamento de Capital Mercantil do Brasil abrange todas as Instituições do Conglomerado Prudencial, conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), considerando também os possíveis impactos oriundos dos riscos associados às demais empresas integrantes do consolidado econômico-financeiro. Esta estrutura é compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, e a dimensão de sua exposição a riscos. É constituída em uma unidade única, centralizada na Gerência de Gestão da Estratégia e Orçamento e subordinada ao Comitê Diretivo do Mercantil do Brasil.

Com o objetivo de garantir a efetividade do Gerenciamento de Capital, a organização estrutural contempla, ainda, uma atuação compartilhada de responsabilidades e controles, em que todos os envolvidos devem acompanhar a conformidade de seus processos, estabelecendo e praticando controles internos e planos de ação que minimizem os riscos e corrijam as deficiências.

A gestão do capital possibilita à Instituição uma avaliação consistente do Capital necessário para suportar o crescimento projetado, além da adoção de uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de Capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Dentro deste contexto, o Mercantil do Brasil tem como objetivo otimizar o capital alocado nos segmentos de negócios, com foco na utilização eficiente deste capital e sua rentabilização, atendendo aos requerimentos mínimos de capital regulamentar exigidos.

As regras de mensuração do capital regulamentar, conhecido como Basileia III, nos termos da Resolução CMN nº 4.192/13, contemplam em sua metodologia a mensuração, a análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais. Complementarmente, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.193/13, ficou estabelecida a exigência mínima de 8,625% de Patrimônio de Referência em relação aos ativos ponderados pelo risco, até dezembro de 2018 e 8,0% a partir de janeiro de 2019. Estabeleceu-se, também, requerimentos mínimos de Capital Nível I de 6,0% a partir de janeiro de 2015; e de Capital Principal de 4,5% desde outubro de 2013. Ficou estabelecido, ainda, a exigência de um adicional de capital principal de 2,5% em 2019 e 1,875% em 2018.

O quadro abaixo demonstra a apuração consolidada do índice de Basileia III:

Descrição	Jun / 2019	Jun / 2018
a) Patrimônio de Referência - PR (a = b + c)	1.033.990	1.028.902
b) Patrimônio de Referência Nível I	693.142	570.348
b.1) Capital Principal – CP	681.723	569.028
b.2) Capital Complementar - CC	11.419	1.320
- LFs Subordinadas	10.444	-
- Ajuste Participações de não controladores Nível I	975	1.320
c) Patrimônio de Referência Nível II	340.848	458.554
c.1) Dívidas Subordinadas/LFs Subordinadas	339.547	456.793
c.2) Ajuste Participações de não controladores do Nível II	1.301	1.761
d) Ativos Ponderados por Risco (RWA)	5.969.727	6.388.498
d.1) RWA Para Risco de Crédito por Abordagem Padronizada - RWA _{cpad}	4.770.497	5.101.854
d.2) RWA Para Risco de Mercado - RWA _{mpad}	2.268	3.489
d.3) RWA Para Risco Operacional Por Abordagem Padronizada - RWA _{opad}	1.196.962	1.283.155
e) Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA (e = d x 8,625% até dezembro de 2018 e 8,000% a partir de janeiro 2019)	477.578	551.008
f) Margem Sobre o Patrimônio de Referência Requerido (f = a - e)	556.412	477.894
g) Patrimônio de Referência Nível I Mínimo Requerido para o RWA (g = d x 6,0% desde janeiro de 2015)	358.184	383.310
h) Margem sobre o Patrimônio de Referência Nível I Requerido (h = b - g)	334.958	187.038
i) Capital Principal Mínimo Requerido para o RWA (i = d x 4,5%)	268.638	287.482
j) Margem sobre o Capital Principal Requerido (j = b.1 - i)	413.085	281.546
k) Valor Correspondente ao R_{ban}	56.775	104.962
l) Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA e para R_{ban} (l = e + k)	534.353	655.970
m) Margem sobre o PR Considerando a R _{ban} (m = a - l)	499.637	372.932
n) Valor requerido de adicional de capital principal (n = d x 1,875% no ano de 2018 e 2,500% a partir de janeiro de 2019)	149.243	119.784
o) Índice de Basileia (o = a/d x 100)	17,32	16,11
p) Capital de Nível I (p = b/d x 100)	11,61	8,93
q) Capital Principal (q = b.1/d x 100)	11,42	8,91

Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50,00% do valor do patrimônio líquido ajustado na forma da regulamentação em vigor. O Banco optou pela apuração dos índices de imobilização e de risco consolidados, abrangendo todas as instituições financeiras do conglomerado, posicionando o índice de imobilização em 21,71% (20,72% em junho de 2018).

RAZÃO DE ALAVANCAGEM

Em atendimento à Circular Bacen nº 3.748/15, o Banco apura a Razão de Alavancagem (RA) da estrutura patrimonial. Trata-se da relação entre o Nível I de Patrimônio de Referência, de que trata a Resolução CMN nº 4.192/13 e normas complementares, e a Exposição Total apurada na forma do artigo 2º da Circular Bacen nº 3.748/15.

Maiores detalhes sobre a Política de Gerenciamento de Capital e razão de alavancagem (RA) de sua estrutura patrimonial, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no *site*, (www.mercantildobrasil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI).

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

15.1. Transações entre partes relacionadas

São realizadas com os prazos, taxas e condições compatíveis às praticadas no mercado vigente, considerando ausência de risco e são como segue:

Empresas / Transações	Ativo/ (Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	Jun / 2019	Jun / 2018	Jun / 2019	Jun / 2018
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	256.601	467	11.977
Mercantil do Brasil Financeira S.A. ⁽¹⁾	-	256.601	467	11.977
Valores a receber de ligadas	477	554	2.869	3.145
Banco Mercantil de Investimentos S.A. ⁽¹⁾	121	117	629	486
Mercantil do Brasil Corretora S.A. ⁽¹⁾	14	15	82	81
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. ⁽¹⁾	4	3	16	16
Mercantil do Brasil Financeira S.A. ⁽¹⁾	277	352	1.772	2.226
COSEFI – Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros ⁽¹⁾	10	10	60	61
Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A. ⁽¹⁾	2	2	14	13
Mercantil do Brasil Administradora e Corretora de Seguros e Previdência Privada S.A. ⁽¹⁾	37	30	226	184
Mercantil do Brasil Empreendimentos Imobiliários S.A. ⁽¹⁾	3	3	17	18
Mercantil do Brasil Imobiliária e Agronegócio S.A. ⁽¹⁾	8	22	51	58
SANSA –Negócios Imobiliários S.A. ⁽¹⁾	1	-	2	2
Depósitos	(123.847)	(192.767)	(3.109)	(5.941)
Banco Mercantil de Investimentos S.A. ⁽¹⁾	(1.263)	(610)	-	-
Mercantil do Brasil Corretora S.A. ⁽¹⁾	(66)	(83)	-	-
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. ⁽¹⁾	(32)	(28)	-	-
Mercantil do Brasil Financeira S.A. ⁽¹⁾	(1.580)	(2.291)	-	-
COSEFI – Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros ⁽¹⁾	(22.810)	(22.139)	(690)	(686)
Mercantil Administração e Corretagem de Seguros S.A. ⁽¹⁾	(3.715)	(3.105)	(112)	(97)
Mercantil do Brasil Administradora e Corretora de Seguros e Previdência Privada S.A. ⁽¹⁾	(27.395)	(25.624)	(943)	(758)
Mercantil do Brasil Empreendimentos Imobiliários S.A. ⁽¹⁾	(4.070)	(4.059)	(123)	(127)
Mercantil do Brasil Imobiliária e Agronegócio S.A. ⁽¹⁾	(12.410)	(12.310)	(387)	(444)
SANSA –Negócios Imobiliários S.A. ⁽¹⁾	(1.539)	(418)	(19)	(16)
Outros ^(II)	(48.967)	(122.100)	(835)	(3.813)
Captação no mercado aberto	(50.020)	(28.937)	(1.687)	(1.565)
Banco Mercantil de Investimentos S.A. ⁽¹⁾	(16.707)	(4.604)	(561)	(616)
Mercantil do Brasil Corretora S.A. ⁽¹⁾	(13.300)	(10.522)	(332)	(373)
Mercantil do Brasil Distribuidora S.A. ⁽¹⁾	(4.408)	(4.400)	(134)	(135)
Mercantil do Brasil Financeira S.A. ⁽¹⁾	(15.605)	(9.411)	(660)	(441)
Recursos de aceites e emissão de títulos	(15.986)	(13.966)	(126)	(265)
Outros ^(II)	(15.986)	(13.966)	(126)	(265)

⁽¹⁾ Empresas relacionadas na nota nº 2.2.

^(II) Controladores, pessoal chave da administração.

Empresas / Transações	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	Jun / 2019	Jun / 2018	Jun / 2019	Jun / 2018
Outras obrigações	(343)	(312)	(88)	(58)
Mercantil do Brasil Corretora S.A. ^(I)	-	-	(10)	-
Mercantil do Brasil Imobiliária e Agronegócio S.A. ^(I)	(5)	-	(30)	-
Mercantil do Brasil Empreendimentos Imobiliários S.A. ^(I)	(6)	(9)	(39)	(55)
Outros ^(II)	(332)	(303)	(9)	(3)

^(I) Empresas relacionadas na nota nº 2.2.

^(II) Controladores, pessoal chave da administração.

15.2. Remuneração dos administradores e benefícios pós-emprego

O Banco implantou, desde 2012, Plano de Remuneração específico para os administradores que contempla diretrizes para o pagamento da remuneração fixa e variável alinhadas à política de gestão de riscos da Instituição e às melhores práticas de mercado, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.921/10.

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global da remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria do Banco, conforme previsto no Estatuto Social. O direito à Remuneração Variável está condicionado ao atingimento dos objetivos estratégicos da Instituição, às metas individuais e de áreas de atuação dos administradores.

Até 30 de junho de 2019, não ocorreu qualquer deliberação quanto a benefícios pós-emprego.

- **Benefícios de curto e longo prazo a administradores e remuneração baseada em fundo exclusivo de ações**

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2019	Jun / 2018	Jun / 2019	Jun / 2018
Honorários do Conselho de Administração e da Diretoria	8.643	8.086	14.169	13.120
Remuneração fixa	8.643	8.086	14.169	13.120

- **Benefícios de rescisão do contrato de trabalho**

A extinção da relação de trabalho não dá direito a qualquer compensação financeira.

15.3. Outras informações

Os empréstimos ou adiantamentos a quaisquer subsidiárias, membros do Conselho de Administração, da Diretoria, bem como a seus respectivos cônjuges, companheiros, parentes até 2º grau e demais pessoas, quando ocorrem, são realizados em conformidade com a Resolução CMN nº 4.693/2018.

16. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco, juntamente com outras empresas controladas, é Patrocinador da CAVA – Caixa de Assistência “Vicente de Araújo” do Grupo Mercantil do Brasil, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, constituída em 3 de maio de 1958. Tem por finalidade a concessão de benefícios complementares ou assemelhados aos da previdência social aos associados admitidos até 25 de junho de 1980 (plano de benefício definido para massa fechada) e a prestação de serviços de caráter social aos participantes e seus beneficiários. As Patrocinadoras respondem por contribuições em percentual não inferior a 30,00% do custo total do plano de benefícios e serviços. Os benefícios complementares concedidos aos participantes do plano são: Auxílio-Aposentadoria; Auxílio Natalidade; Auxílio Educacional; Auxílio-Doença; Auxílio-Funeral e Pecúlio por morte.

Em 30 de junho de 2019, o grupo patrocinador mantinha 21 (25 em junho de 2018) participantes ativos com direito a suplementação de aposentadoria e 548 (565 em junho de 2018) participantes assistidos em benefício de aposentadoria.

As contribuições no período corresponderam a R\$ 969 (R\$ 557 em junho de 2018); MB Consolidado R\$ 972 (R\$ 560 em junho de 2018).

Como premissas atuariais adotadas para a avaliação do Plano tem-se as Premissas Biométricas: Tábua de Mortalidade Geral: AT-2000; Tábua de Entrada em Invalidez: IAPB-57; e Tábua de Mortalidade de Inválidos: IAPB-57. Tem-se também as Premissas Financeiras: Taxa Real de Desconto para Determinação da Obrigação Atuarial: 3,4662% a.a.; Inflação Anual Futura Estimada: 3,73% a.a.; Taxa Nominal de Desconto para Determinar a Receita (Custo) do Plano: 1,9461% a.a.; e Taxa de Crescimento de Salários: 2,00% a.a.

Os resultados atuariais são divulgados de acordo com o parecer do Atuário Independente, de junho de 2019, elaborado com base nas demonstrações financeiras até maio de 2019, na Deliberação CVM nº 695/12 e no Convênio de Adesão firmado entre as Patrocinadoras e a CAVA, o Banco Mercantil do Brasil S.A. – Patrocinador Líder.

O quadro a seguir apresenta o valor líquido de ativo x passivo e representa o déficit ou superávit do plano de benefício definido.

Descrição	Jun / 2019	Jun / 2018
Obrigação de benefício definido	(44.516)	(37.601)
Valor justo do ativo do plano	14.593	17.992
Déficit Líquido	(29.923)	(19.609)

Os ganhos e perdas atuariais decorrente das remensurações do valor líquido de ativos/passivos de benefício definido são reconhecidos na conta Ajustes de Avaliação Patrimonial no Patrimônio Líquido nos termos da Resolução CMN nº 4.424/15, cujo saldo monta em R\$ 16.745 (R\$ 9.657 em 30 de junho de 2018).

Reconciliação do valor justo dos ativos do plano	
Saldo em 31/12/2018	14.557
Juros sobre o valor justo do ativo	559
Fluxos de caixa	(2.569)
Benefício pago pelo plano	(2.319)
Despesa administrativa paga pelo ativo do plano	(250)
Redimensionamento do valor justo do ativo do plano	2.046
Rendimento do valor justo do ativo do plano	2.046
Saldo em 30/06/2019	14.593

Reconciliação da obrigação de benefício definido	
Saldo em 31/12/2018	(41.012)
Custo do serviço	(2)
Custo do serviço corrente bruto	(2)
Custo dos juros	(1.695)
Fluxos de caixa	2.319
Benefícios pagos líquidos de contribuições de assistidos	2.319
Redimensionamento da obrigação	(4.126)
Efeito da alteração de premissas financeiras	(4.571)
Efeito da experiência do plano	445
Saldo em 30/06/2019	(44.516)

Análise de Sensibilidade para cada premissa atuarial significativa:

Taxa real de desconto	
1. Taxa real de desconto -1,0%	48.177
Premissa da análise	2,4662%
2. Taxa real de desconto +1,0%	41.326
Premissa da análise	4,4662%
Tábua Geral de Mortalidade	
1. Tábua de mortalidade suavizada em 15,0%	45.567
Expectativa de sobrevivência aos 60 anos	25,62
2. Tábua de mortalidade agravada em 15,0%	40.136
Expectativa de sobrevivência aos 60 anos	22,89

No que tange à exposição a riscos ligados ao Plano de Benefício Definido, os principais riscos que o Banco está exposto são: a) de inflação - a maioria dos benefícios são vinculados a índices de inflação, sendo que um aumento da inflação

poderá levar a obrigações mais elevadas; b) de expectativa de vida - o plano proporciona benefícios assemelhados aos da previdência social aos associados admitidos até 25 de junho de 1980 (plano de benefício definido para massa fechada). Assim, um eventual aumento da expectativa de vida dos beneficiários do plano poderá levar a um aumento dos passivos do plano; c) de volatilidade dos ativos do plano – poderá haver um déficit atuarial, caso haja um descasamento entre o rendimento real dos investimentos do plano e o rendimento esperado, tendo em vista que o passivo atuarial é calculado com base em taxa de desconto definida com base no rendimento de títulos públicos.

17. RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

17.1. Rendas de operações de crédito

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2019	Jun / 2018	Jun / 2019	Jun / 2018
Rendas de empréstimos e títulos descontados	847.764	885.826	886.898	961.901
Rendas de financiamentos	4.649	12.699	6.341	15.599
Rendas de financiamentos rurais	12.873	22.956	12.873	22.956
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	42.889	41.207	44.583	43.362
Total	908.175	962.688	950.695	1.043.818

17.2. Despesas com operações de captação no mercado

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2019	Jun / 2018	Jun / 2019	Jun / 2018
Depósitos	178.673	177.301	182.431	179.511
Despesas de letras imobiliárias, do agronegócio e financeiras	17.577	20.768	17.764	21.295
Operações compromissadas	3.655	6.761	2.000	5.716
Dívidas subordinadas ⁽¹⁾	25.951	100.591	25.951	100.591
Outras	4.390	6.501	4.643	6.734
Total	230.246	311.922	232.789	313.847

⁽¹⁾ As variações da receita/despesa de dívida subordinada decorrem, basicamente, da variação cambial ocorrida no período.

18. OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS

18.1. Receitas de prestação de serviços

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2019	Jun / 2018	Jun / 2019	Jun / 2018
Administração de fundos de investimentos	-	-	922	708
Cartão de crédito	3.379	3.397	3.379	3.397
Cobrança	3.476	4.272	3.476	4.272
Custódia	10	24	226	238
Garantias prestadas	1.145	1.333	1.145	1.333
Outros serviços	3.116	4.464	3.122	4.469
Rendas de serviços prestados a ligadas	2.868	3.156	-	-
Comissão de seguro	9	12	12.082	9.547
Serviços de arrecadação	1.202	1.079	1.202	1.079
Serviços prestados	854	1.325	1.712	4.628
Tarifas bancárias – conta corrente	106.547	104.912	106.550	104.930
Total	122.606	123.974	133.816	134.601

18.2. Despesas de pessoal

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2019	Jun / 2018	Jun / 2019	Jun / 2018
Remuneração dos administradores e conselho fiscal	8.941	8.384	14.602	13.548
Proventos de funcionários	94.278	89.557	96.878	93.048
Benefícios	37.093	32.610	37.705	33.118
Encargos sociais	37.702	35.037	40.304	37.157
Indenizações	20.729	11.306	20.938	11.333
Contingências	2.560	3.966	2.898	4.082
Total	201.303	180.860	213.325	192.286

O gasto com a remuneração dos administradores foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária datada de 15/04/2019, que estabeleceu o limite para o exercício social em R\$ 25.334.

18.3. Outras despesas administrativas

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2019	Jun / 2018	Jun / 2019	Jun / 2018
Água, energia e gás	6.288	5.114	6.292	5.116
Aluguéis	33.110	30.900	33.042	30.845
Amortização e depreciação	22.584	18.173	22.662	18.230
Arrendamento de bens	4.417	5.398	4.417	5.398
Comunicações	7.142	6.156	7.152	6.159
Materiais, manutenção e conservação de bens	11.633	10.231	11.636	10.233
Processamento de dados	33.158	30.540	35.359	33.611
Propaganda e publicidade	3.312	4.369	3.402	4.455
Publicações	614	615	1.437	1.502
Serviços de terceiros	94.537	77.886	98.463	83.756
Comissão e custo de preparação e digitação de proposta de negócios de operações de crédito	20.215	15.751	32.735	42.852
Serviços do sistema financeiro	5.141	6.096	5.219	6.397
Transportes	13.285	10.572	13.325	10.616
Outras	20.615	10.970	22.327	12.202
Total	276.051	232.771	297.468	271.372

18.4. Despesas tributárias

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2019	Jun / 2018	Jun / 2019	Jun / 2018
ISSQN	7.112	6.349	7.513	6.904
COFINS	38.231	35.467	41.248	39.382
PIS	6.213	5.763	6.723	6.416
Outros tributos	3.640	3.670	3.818	3.939
Total	55.196	51.249	59.302	56.641

18.5. Variações monetárias ativas

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2019	Jun / 2018	Jun / 2019	Jun / 2018
PIS / COFINS	97	101	306	306
Contribuição Social / Imposto de Renda	4	92	96	529
INSS	-	-	41	73
Precatórios a receber	336	402	510	402
Atualização de depósitos judiciais	1.791	3.561	1.959	3.776
Outros	21	55	85	160
Total	2.249	4.211	2.997	5.246

18.6. Outras receitas

Referem-se, substancialmente, a outras rendas de cessão de crédito, ressarcimento de custos de portabilidade decorrente de operações de créditos transferidas para outras instituições financeiras, e remuneração adicional referente contrato de distribuição de seguros.

18.7. Descontos concedidos

Referem-se, basicamente, aos descontos concedidos em operações de crédito renegociadas e em recuperação judicial.

18.8. Despesas de caráter eventual

Referem-se, basicamente, aos acordos para encerramento de processos cíveis e perda com cancelamento de operações de créditos consignados.

18.9. Outras despesas

Referem-se, substancialmente, a despesas incorridas, no individual e consolidado, decorrentes do direito de pagamento de benefícios previdenciários realizados aos aposentados e pensionistas no montante de R\$ 70.468 (R\$ 59.633 em junho de 2018), despesas compensatórias sobre repasses de recursos para pagamentos de benefícios do INSS no montante de R\$ 4.401 (R\$ 4.272 em junho de 2018); eventuais glosas de recebimento de operações de crédito consignado no montante de R\$ 3.582 (R\$ 7.578 em junho de 2018) no individual e R\$ 3.392 (R\$ 8.610 em junho de 2018) no consolidado e despesas de portabilidade decorrentes de operações de crédito recebidas de outras instituições financeiras no montante de R\$ 518 (R\$ 1.355 em junho de 2018).

19. RESULTADO NÃO OPERACIONAL

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2019	Jun / 2018	Jun / 2019	Jun / 2018
(Prejuízos) na alienação de valores e bens	(26.211)	(3.406)	(25.756)	(3.421)
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(3.383)	(26.487)	(3.383)	(26.469)
Outras	(2.105)	251	(2.110)	172
Total	(31.699)	(29.642)	(31.249)	(29.718)

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Descrição	MB – Múltiplo		MB – Consolidado	
	Jun / 2019	Jun / 2018	Jun / 2019	Jun / 2018
Resultado antes dos impostos e participações estatutárias	86.314	52.141	98.323	66.737
(-) Exclusão do lucro de empresa tributada pelo lucro presumido	-	-	(5.487)	(4.324)
(-) Participações dos administradores e empregados no lucro	(9.960)	(4.697)	(10.655)	(5.069)
Base de cálculo	76.354	47.444	82.181	57.344
Alíquota nominal	40%	45%	40%	45%
Receita / (Despesa) nominal	(30.541)	(21.350)	(32.872)	(25.805)
Ajustes à despesa nominal referentes:	5.555	1.142	(30)	(5.480)
Resultado de participações em coligadas e controladas	6.364	6.935	(16)	-
Despesas indedutíveis	(645)	(801)	(711)	(1.213)
Outras (adições) / exclusões permanentes	(240)	1.062	648	5.806
Outras diferenças temporais	-	-	-	(261)
Ajuste de investimento no exterior	76	3.883	-	-
Efeito tributário da CSL – Lei nº 13.169/15	-	(9.937)	-	(9.812)
Constituição/(Realização) de créditos tributários ativados	-	(9.937)	-	(10.249)
Ajustes temporais à alíquota de 15% para 20%	-	-	-	437
(-) Compensações da Base negativa de CSL e Prejuízo Fiscal	-	-	49	-
Deduções dos incentivos fiscais ⁽¹⁾	704	288	779	300
Impostos calculados sobre o lucro presumido	-	-	(1.839)	(1.444)
(Despesa) com IRPJ e CSL	(24.282)	(19.920)	(33.962)	(32.429)

⁽¹⁾ Referem-se aos benefícios fiscais no âmbito do programa de alimentação ao trabalhador (PAT) e à atividade cultural e artística deduzidos no imposto de renda devido.

21. OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) Avais e fianças – o saldo de avais e fianças prestados pelo Banco e suas controladas, no individual e consolidado, monta em R\$ 173.979 (R\$ 220.751 em junho de 2018).
- b) Fundos de investimento – a Administração de fundos de investimento é realizada por intermédio da controlada Mercantil do Brasil Corretora S.A. O somatório dos patrimônios líquidos dos fundos constituídos por recursos próprios e de terceiros montam em R\$ 293.612 (R\$ 250.199 em junho de 2018).
- c) Seguros contratados – o Banco e suas controladas possuem seguros de seus principais ativos em montantes considerados adequados pela Administração para a cobertura de eventuais perdas com sinistros.
- d) Acordo de compensação e liquidação de obrigações – o Banco possui acordo de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, de conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, resultando em maior garantia de liquidação de seus haveres para com instituições financeiras com as quais possua essa modalidade de acordo.
- e) Em conformidade com o processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade foram emitidas várias normas, interpretações e orientações, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo órgão regulador. Até o momento, foram aprovados pelo CMN e BACEN, os seguintes pronunciamentos:

Resolução CMN nº 3.566/08 – CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Resolução CMN nº 3.604/08 – CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Resolução CMN nº 4.636/18– CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas.

Resolução CMN nº 3.823/09 – CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Resolução CMN nº 3.973/11 – CPC 24 - Evento Subsequente.

Resolução CMN nº 3.989/11 – CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações.

Resolução CMN nº 4.007/11 – CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Resolução CMN nº 4.144/12 – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Resolução CMN nº 4.424/15 – CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

Não há previsão de quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e nem se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva.

A Resolução CMN nº 3.786/09 e a Circular Bacen nº 3.472/09 estabeleceram que as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar por este órgão, constituídas sob a forma de companhia aberta ou que sejam obrigadas a constituir Comitê de Auditoria, devem, anualmente, desde 31 de dezembro de 2010, elaborar e divulgar em até 90 dias após a data base de 31 de dezembro suas demonstrações contábeis consolidadas, preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), seguindo os pronunciamentos internacionais emitidos pelo IASB – *International Accounting Standards Board*.

Adicionalmente, foram publicadas a Resolução CMN nº 3.853/10 e a Carta Circular Bacen nº 3.447/10, que disciplinam a divulgação de demonstrações contábeis consolidadas intermediárias em IFRS e esclarecem que a obrigatoriedade aplica-se às instituições financeiras que publicam demonstrações contábeis intermediárias nesse padrão contábil.

O Banco Mercantil do Brasil S.A. disponibilizou em 29 de março de 2019 suas demonstrações financeiras em IFRS referentes à 31 de dezembro de 2018 no *site* (www.mercantildobrasil.com.br), na área de Relações com Investidores (RI) e na CVM. Nas Demonstrações Contábeis Consolidadas de 31 de dezembro de 2018 as reconciliações entre o resultado e patrimônio líquido são consistentes com aquelas apresentadas no mesmo padrão das demonstrações financeiras em IFRS de 31 de dezembro de 2017.

22. GESTÃO DOS RISCOS DE CRÉDITO, DE LIQUIDEZ, DE MERCADO, OPERACIONAL E SOCIOAMBIENTAL

A atividade de gerenciamento dos riscos e gestão do capital é parte integrante e fundamental nas atividades do Mercantil do Brasil, visando obter a melhor relação risco/retorno compatível com o apetite ao risco do conglomerado prudencial. O gerenciamento de riscos é realizado de forma integrada, possibilitando a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação dos efeitos adversos resultantes das interações entre os

riscos, objetivando tomadas de decisões mais assertivas e a otimização do uso do capital.

Dentro desse contexto, o Mercantil do Brasil gerencia seus riscos de forma contínua, norteado pelas diretrizes do Conselho de Administração e do Corpo Diretivo expressas nas políticas e estratégias institucionais e contando com o apoio de diferentes níveis hierárquicos, dentre eles, o Comitê de Riscos. A gestão dos riscos e capital é centralizada e subordinada à Diretoria de Gestão da Estratégia, *Compliance* e Riscos, englobando não apenas os dados do banco múltiplo, mas também das demais empresas que compõem o conglomerado prudencial, resultando em maior agilidade e assertividade na tomada de decisões.

O Mercantil do Brasil, respaldado pela boa governança, investe de forma estruturada no aperfeiçoamento contínuo de seus processos, dos sistemas de controle e na gestão dos riscos, com foco na estratégia dos negócios e em conformidade com as exigências dos órgãos reguladores. As ferramentas e metodologias utilizadas são condizentes com as melhores práticas de mercado, permitindo embasar decisões estratégicas da Instituição com grande agilidade e alto grau de confiança. A estrutura de gerenciamento de riscos e capital adotada é compatível com a natureza das suas operações e com a complexidade dos produtos e serviços ofertados, além de proporcional à dimensão da exposição aos riscos assumidos.

O Plano de Implementação aprovado pelo Conselho de Administração para o atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17, que dispõe sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital, foi concluído no primeiro trimestre de 2018. Dentre as principais realizações, destaca-se a aprovação da Declaração de Appetite a Riscos do Mercantil do Brasil, que direciona as estratégias de negócios e contempla as diretrizes e limites do apetite a riscos da instituição. Além disso, foi instituído o Comitê de Riscos e nomeado o diretor responsável pelo gerenciamento dos riscos - CRO, bem como revisadas as políticas de gerenciamento de riscos e de capital.

Com base nas boas práticas de Governança Corporativa e Disciplina de Mercado, o Mercantil do Brasil busca estabelecer um padrão de divulgação de informações que permita ao mercado avaliar as informações essenciais referentes às exposições a riscos, adequação de capital e atuação socioambiental responsável. Essas informações, tanto sob o aspecto quantitativo quanto qualitativo, estão disponíveis no *site* (www.mercantildobrasil.com.br).

A seguir, é apresentada, de forma sucinta, a descrição das atividades relacionadas à avaliação e ao gerenciamento dos principais riscos na Instituição:

a) Gerenciamento do risco de crédito

Por risco de crédito, entende-se como a possibilidade do não cumprimento total ou parcial, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, bem como a ocorrência de desembolsos para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações de natureza semelhante.

A segregação das atividades é um pilar importante e contempla a originação, análise, decisão, a formalística, o acompanhamento, controle, a gestão de risco, a cobrança e a recuperação. Todo o processo é suportado por modernos sistemas de tecnologia de alta integração, os quais disponibilizam informações gerenciais íntegras e com processo de validação constante a todos os envolvidos nesta atividade, tornando transparentes e integrados os resultados de cada ciclo.

O processo de análise visa concluir sobre o risco de crédito do cliente adotando aspectos quantitativos baseados na situação econômica, financeira e patrimonial, e qualitativos, tais como dados cadastrais e comportamentais. A análise da operação de crédito, além de ter como base a classificação de risco do cliente, incorpora os aspectos da estruturação do negócio, inclusive quanto à liquidez e suficiência das garantias apresentadas. Todo o processo é centralizado e as decisões são tomadas de forma colegiada e dentro da alçada de cada nível.

Em particular, a concessão de crédito massificado de varejo é realizada de forma automatizada e padronizada através de modelos quantitativos, desenvolvidos por uma equipe técnica capacitada e em constante desenvolvimento, mediante utilização de ferramentas que asseguram maior qualidade dos créditos concedidos.

O cuidado com a qualidade dos ativos financeiros do Banco é concomitante ao processo de concessão de crédito e vai até a liquidação dos contratos. Esta atividade está sob a responsabilidade direta da Diretoria Executiva de Crédito e Gestão de Crédito, que possui todas as suas diretrizes fundamentadas na Política de Crédito da Instituição.

Dentro deste contexto, a gestão do risco de crédito no Mercantil do Brasil contempla fatores internos como a análise da

evolução da carteira, seus níveis de inadimplência, rentabilidade dos produtos, qualidade da carteira e adequação do capital econômico alocado; além de fatores externos como acompanhamento do ambiente macroeconômico e dos setores econômicos, taxas de juros, indicadores de inadimplência do mercado, condicionantes de consumo, etc. Desta forma, as variações das exposições aos riscos que o Mercantil do Brasil está sujeito são acompanhadas levando em consideração o ambiente de negócios, o comportamento da concorrência e os compromissos com os resultados que o Mercantil do Brasil tem para com seus clientes, acionistas, funcionários e a sociedade.

b) Gerenciamento do risco de liquidez

Por risco de liquidez, entende-se a possibilidade da Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Dentro deste contexto, o risco de liquidez é gerenciado por meio de metodologias e modelos que visam administrar a capacidade de pagamento da Instituição, considerando o planejamento financeiro, os limites de riscos e a otimização dos recursos disponíveis, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança.

A Instituição possui dois modelos: “mapa de descasamento dos fluxos” e “movimentação diária de produtos”. O primeiro modelo permite o acompanhamento por produto, moeda, indexador e vencimento e o segundo fornece fluxos de entrada e saída dos produtos ativos e passivos.

O Mercantil do Brasil realiza ainda, como um dos instrumentos de gestão, a projeção do fluxo de caixa baseada em séries históricas de movimentação de produtos de ativo e passivo, recebimentos antecipados, vencimentos e recompras de operações de depósito a prazo, operações de crédito, cessões de crédito, letras, poupança, depósito à vista e TVMs.

Concomitantemente, são construídos cenários de estresse que permitem a identificação de possíveis problemas que possam vir a comprometer o equilíbrio econômico-financeiro da Instituição. O Mercantil do Brasil possui, também, Plano de Contingência de Liquidez contendo as responsabilidades, estratégias e procedimentos necessários para conduzir a Instituição ao equilíbrio de sua capacidade de pagamento, considerando os potenciais problemas identificados nos cenários de estresse.

c) Gerenciamento do risco de mercado

Por risco de mercado, entende-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição.

O gerenciamento do risco de mercado é realizado por meio de metodologias e sistemas condizentes com a natureza de suas operações, com a complexidade dos seus produtos e a dimensão de sua exposição, bem como com a realidade do mercado nacional e internacional, permitindo embasar decisões estratégicas para a Instituição com grande agilidade e alto grau de confiança. Os cálculos do capital regulatório de risco de mercado têm como principais vertentes: a classificação das operações nas carteiras de Negociação (*Trading*) e Bancária (*Banking*).

O modelo de risco e mercado também permite acompanhar a sensibilidade das taxas de juros, comparando a curva de mercado recente aos cenários formados, o que possibilita simular como tais taxas podem variar e afetar as posições assumidas pela Instituição.

Além do acompanhamento diário das exposições aos diversos fatores de risco, é efetuado o cálculo de risco da carteira *trading*, através de metodologia padrão do Bacen e do cálculo de risco da carteira *banking*, através da metodologia padrão EVE (*Economic Value of Equity*), adotada pelo Mercantil do Brasil no 1º semestre de 2019. Assim, a parcela adicional de risco de mercado referente à variação nas taxas de juros das operações da carteira *banking* (Rban) passou a ser apurada através dessa nova metodologia de cálculo, antecipando a exigência da Circular Bacen 3.938/19, cuja exigência vigorará a partir de janeiro de 2020, para as Instituições do Segmento S3, a qual o Mercantil se enquadra. O EVE consiste em estimar a variação entre o valor presente dos fluxos de reapreçamento de instrumentos financeiros em um cenário-base (taxa atual) e o valor presente dos fluxos de reapreçamento desses mesmos instrumentos em um cenário de choque nas taxas de juros (*stress*).

Adicionalmente, são realizados testes de *stress* de flutuação das principais variáveis macroeconômicas, utilizando cenários históricos ou de mudança de premissas. Para os Fundos de Investimento, utiliza-se a metodologia V@R Simulação Histórica, a qual é passível de *backtest*, que consiste na averiguação de uma amostra de retornos da

ocorrência de um número de perdas superiores ao V@R conforme o nível de confiança determinado.

Para grandes variações de preço, o Mercantil do Brasil utiliza o instrumento *hedge* para proteger as operações financeiras ao qual está exposto. A estratégia de *hedge* consiste em compensar, no todo ou em parte, os riscos decorrentes da exposição às variações no valor de mercado ou no fluxo de caixa de qualquer ativo, passivo, compromisso ou transação futura prevista.

d) Gerenciamento do risco operacional

Por risco operacional, entende-se como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

O Gerenciamento do Risco Operacional no Mercantil do Brasil integra-se às estratégias e aos negócios das empresas do grupo, alinhando os processos existentes e praticados com as políticas vigentes. A forma de atuação possibilita a identificação dos processos críticos para controlar e mitigar a exposição ao Risco Operacional a que a Instituição está sujeita. A Instituição utiliza ferramentas de gestão do Risco Operacional visando maximizar a eficiência dos controles implementados e dos dados de perda operacional com o objetivo de redirecionar ações para redução de perdas.

A estrutura de gerenciamento prevê uma atuação compartilhada do Risco Operacional, em que todos os colaboradores são responsáveis pela conformidade dos seus processos, estimulando o comprometimento com os resultados e uma gestão participativa.

A metodologia aplicada para a gestão do Risco Operacional é composta por duas etapas: qualitativa e quantitativa. A primeira etapa contempla o levantamento dos processos, a identificação e avaliação dos riscos e, dos controles e a estratégia de resposta ao risco inerente – seja por meio de planos de ação para melhoria, seja por meio de ações de monitoramento.

Já a etapa quantitativa consiste na identificação de perdas operacionais e formação de base com o objetivo de registrar as informações relativas aos eventos decorrentes da exposição ao Risco Operacional no Mercantil do Brasil. A partir das base de dados é possível identificar os motivos das perdas mais representativas e suas causas raízes, permitindo a geração de planos de ação com o propósito de reduzir perdas futuras.

A Gestão do Risco Operacional inclui também o acompanhamento de indicadores chave de risco (ICRs), que monitoram os maiores motivos de perda da Instituição. Os indicadores possuem tolerâncias alinhadas ao apetite a riscos do Mercantil do Brasil e quando ultrapassam essa métrica, ações são geradas para retorno do risco a níveis aceitáveis. Além disso, os incidentes mais relevantes do Mercantil do Brasil, mesmo os que não geram perdas, são monitorados e registrados em uma base específica com o intuito de tomada de ação para solução do problema e evitar sua reincidência.

O Mercantil do Brasil possui também procedimentos definidos para Gestão de Terceiros Relevantes que são divulgados internamente e sendo objeto de monitoramento. Todo o processo de gestão é direcionado pelo risco envolvido na atividade contemplando a segmentação por meio da classificação dos terceiros com base em risco, contratação, monitoramento, gerenciamento e desligamento.

No Mercantil do Brasil, o cálculo da parcela do RWAopad está a cargo da Gerência de Demonstrações Financeiras, na Diretoria Executiva de Controladoria e a metodologia de cálculo adotada é a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada. Toda a metodologia de cálculo da abordagem utilizada pela Instituição foi definida seguindo os critérios de consistência, sendo passíveis de verificação e estando devidamente formalizada.

A Gestão de Continuidade dos Negócios, que também está inserida no âmbito do Gerenciamento do Risco Operacional, busca garantir a continuidade dos processos de negócios críticos à sobrevivência da Instituição em caso de crises que causem a interrupção das suas atividades mais críticas. Isso proporciona um ambiente mais seguro às operações, aos clientes e contrapartes, bem como aos seus acionistas.

Para garantir essa resiliência, o Mercantil do Brasil utiliza metodologia que o permite definir estratégias de contingência, determinando procedimentos alternativos e linhas de ações que manterão as operações críticas em funcionamento, mesmo na ocorrência de eventos adversos que causem a interrupção das atividades. Todas essas especificações estão formalizadas em Planos de Contingência, que contemplam também toda a estrutura de pessoal e logística disponibilizada para a continuidade dos negócios.

Periodicamente, os Planos de Contingência elaborados passam por testes, cujos relatórios, enviados inclusive à Alta

Administração, orientam a atualização desses planos e buscam garantir a eficácia dos procedimentos descritos. Esse ciclo virtuoso permite ao Mercantil do Brasil manter sua Gestão de Continuidade dos Negócios em um processo de melhoria contínua.

e) Gerenciamento do risco socioambiental

O Gerenciamento do Risco Socioambiental no Mercantil do Brasil instaurou-se a partir da melhoria nas ferramentas de identificação, controle e mitigação dos impactos socioambientais inerentes à atividade bancária e às partes relacionadas ao negócio.

Pautadas pela Política Institucional de Responsabilidade Socioambiental (PRSA), as ações para controle e redução dos impactos da atividade da Instituição compreendem a gestão adequada dos resíduos e o mapeamento e estudo contínuo de oportunidades que possam contribuir com a eficiência no consumo de energia e recursos naturais da empresa.

Dentro deste contexto, a gestão do risco socioambiental no Mercantil do Brasil contempla o monitoramento de pessoas expostas na mídia, pessoas expostas politicamente, empresas de setores econômicos com maior potencial à danos ambientais, além de clientes com apontamento em listas desabonadoras trabalhistas e ambientais. É feito também o acompanhamento destes clientes no âmbito da qualidade de suas operações de crédito, bem como seus saldos de operações passivas.

Além disso, a captura de informações relacionadas ao risco socioambiental foi aprimorada no início do relacionamento com o cliente e os critérios no processo de concessão e gestão do crédito foram ajustados, bem como a relação do Mercantil do Brasil com terceiros passou a ser embasada por cláusulas e processos que exigem e promovem uma rede de empresas mais responsáveis no âmbito socioambiental.

BANCO MERCANTIL DO BRASIL S. A.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Mauricio de Faria Araujo – Presidente
Luiz Henrique Andrade de Araújo – Vice-Presidente
Marco Antônio Andrade de Araújo – Secretário
André Luiz Figueiredo Brasil
Clarissa Nogueira de Araújo
Euler Luiz de Oliveira Penido
Glaydson Ferreira Cardoso
Márcio Lopes Costa
Virgílio Horácio de Paiva Abreu

DIRETORIA

DIRETOR PRESIDENTE
Luiz Henrique Andrade de Araújo

VICE-PRESIDENTES
José Ribeiro Vianna Neto
Mauricio de Faria Araujo
Paulo Henrique Brant de Araujo
Renato Augusto de Araújo

VICE-PRESIDENTE EXECUTIVO
Marco Antônio Andrade de Araújo

DIRETORES EXECUTIVOS
Ângela Mourão Caçado Juste
Gustavo Henrique Diniz de Araújo
Lauro Wilson da Silva
Leonardo Ferreira Antunes
Rodrigo Alexander Pizzani Queiroz
Taise Christine da Cruz
Uelquesneurian Ribeiro de Almeida
Valci Braga Rezende

DIRETORES
Alceu Demartini de Albuquerque
André Gustavo Pereira Delledono
Humberto Pereira de Almeida
Jane César Coelho
Mariana Machado de Araújo de Souza Lima
Wagner Ricco

CONSELHO FISCAL

Afrânio Eustáquio Ribeiro
Delson de Miranda Tolentino
José Régis da Silva Pontes
Marcos Paixão de Araújo
Yehuda Waisberg

COMITÊ DE AUDITORIA

Edson Eustáquio de Oliveira Penido
Sebastião Salvador Gamarano
Wellington Inácio

CONTADOR

Anderson Guedes Inocênciao
CRC – MG 077029/O-7

INTRODUÇÃO

De acordo com o estabelecido em seu Regimento, compete ao Comitê zelar pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis do Banco, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos das empresas de auditoria independente, da auditoria interna, pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento dos riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

ATIVIDADES

No exercício de suas atividades, o Comitê realizou reuniões com representantes do Conselho de Administração e com os executivos responsáveis pelas principais áreas do Banco, enfatizando aspectos inerentes aos controles internos, gerenciamento de riscos e informações financeiras.

Nas reuniões com as equipes de auditoria interna e independente, verificou o cumprimento dos planejamentos anuais substancialmente executados, conheceu as metodologias utilizadas, a qualificação do corpo técnico e examinou as conclusões e principais recomendações.

Acompanhou, junto à Administração e à auditoria independente, o processo de preparação das demonstrações contábeis, avaliou os aspectos relevantes, a abrangência, conformidade e clareza das notas explicativas, examinou as práticas contábeis adotadas, conheceu e debateu o teor do parecer emitido pela auditoria independente.

CONCLUSÕES

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente suas atribuições e as limitações inerentes ao escopo de atuação, o Comitê de Auditoria concluiu que:

- a) Os sistemas de controles internos são adequados ao porte e complexidade dos negócios do Banco e são estruturados de modo a garantir a eficiência das operações, a geração dos correspondentes relatórios financeiros e observância às normas internas e externas a que se sujeitam essas operações. Tais controles são objeto de constante atenção por parte da Administração e vêm sendo permanentemente aprimorados. O Comitê não tem conhecimento de deficiências relevantes que possam comprometer a efetividade destes controles.
- b) O Banco adota postura conservadora na avaliação de riscos e dispõe de instrumentos apropriados para sua gestão e mitigação. Desta forma, considera, inclusive, a opinião de advogados externos com capacitação para se pronunciarem sobre o tema. Os riscos entendidos como prováveis, a partir daquela avaliação, foram refletidos nas demonstrações contábeis. Relativamente ao risco de crédito, a rentabilidade futura do banco está vinculada, dentre outros fatores, ao êxito das medidas tomadas ao longo dos anos-calendário de 2015 a 2019, as quais já se encontram parcialmente refletidas nas correspondentes demonstrações contábeis.
- c) Os resultados dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna não trouxeram ao conhecimento deste Comitê a existência de riscos residuais que possam afetar a solidez e a continuidade do Banco.
- d) O Comitê avalia como plenamente satisfatórios o volume e a qualidade das informações fornecidas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, sob os quais suporta sua conclusão acerca da integridade das demonstrações contábeis. O Comitê não tem conhecimento de situações que pudessem afetar a objetividade e independência dos auditores externos.
- e) As demonstrações contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2019 foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O Comitê não tem conhecimento de eventos relativos às empresas controladas pelo Banco que possam afetar a integridade destas demonstrações.

RECOMENDAÇÃO

O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo de sua atuação, recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração das demonstrações contábeis consolidadas do Banco Mercantil do Brasil S.A., para a data-base de 30 de junho de 2019.

Belo Horizonte, 08 de agosto de 2019.

**EDSON EUSTÁQUIO DE OLIVEIRA PENIDO
SEBASTIÃO SALVADOR GAMARANO
WELLINGTON INÁCIO**

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal do Banco Mercantil do Brasil S.A., no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração, as demonstrações financeiras relativas ao primeiro semestre de 2019 e o Estudo Técnico de Expectativa de Geração de Lucros Tributáveis Futuros, que tem como objetivo a realização dos Créditos Tributários, trazidos a valor presente, de acordo com a Instrução CVM nº 371/02, Resoluções nºs 3.059/02 e 3.355/06 do Conselho Monetário Nacional e Circular nº 3.171/02 do Banco Central do Brasil, são de opinião que as citadas peças, examinadas à luz da legislação societária vigente, refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Sociedade, opinando por sua aprovação pela Assembleia Geral.

Belo Horizonte, 08 de agosto de 2019.

CONSELHO FISCAL

Afrânio Eustáquio Ribeiro
Delson de Miranda Tolentino
Marcos Paixão de Araújo
Waldemar Victor de Miranda
Yehuda Waisberg

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
Banco Mercantil do Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do Banco Mercantil do Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Mercantil do Brasil S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Mercantil do Brasil S.A. e do Banco Mercantil do Brasil S.A. e suas controladas em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

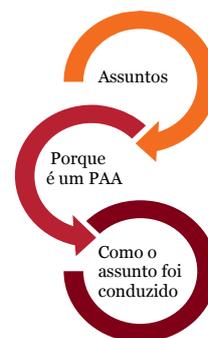
Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Nossa auditoria para o semestre findo em 30 de junho de 2019 foi planejada e executada considerando que as operações do Banco e do Consolidado não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do ano anterior.



**Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD
(Notas Explicativas 2.4 e 7)**

A apuração do valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa é uma área que requer julgamentos por parte da Administração do Banco.

A análise de risco de crédito da contraparte e mensuração do valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa é um processo que envolve utilização de várias premissas, cenários econômicos, avaliação da situação financeira da contraparte, dos níveis de inadimplência e garantias das carteiras, bem como, impacto da política de renegociação, dos valores estimados de recuperação e a aplicação das normas legais e regulamentares do Banco Central do Brasil, notadamente a Resolução CMN no. 2682.

O uso de técnicas e premissas incorretas ou a aplicação indevida da regulamentação vigentes poderia resultar em estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa significativamente diferente.

Considerando o exposto acima, essa área permaneceu como de foco em nossa auditoria.

Atualizamos nosso entendimento e realizamos testes de controles internos relevantes para a apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa. Além disso, executamos testes de auditoria focados na: (i) integridade da base de dados; (ii) premissas adotadas pela administração na mensuração do valor recuperável da carteira de crédito; (iii) identificação, aprovação, registro e monitoramento das operações, inclusive as renegociadas; (iv) processos estabelecidos pelo Banco para cumprimento das premissas e normas do Banco Central do Brasil; e (v) confronto entre os valores apurados de provisão e os valores contabilizados.

Adicionalmente, em base amostral, testamos as premissas adotadas para análise de risco das contrapartes, existência de garantias e a aplicação da metodologia de cálculo da provisão com base nos referidos níveis de riscos atribuídos pela Administração.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil da provisão para créditos de liquidação duvidosa são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Reconhecimento e valor recuperável dos créditos tributários (Notas Explicativas 2.4 e 8.1)

O Banco apresenta saldo contábil relevante relativo a créditos tributários decorrentes, substancialmente, de diferenças temporárias e prejuízos fiscais de Imposto de Renda e bases negativas de Contribuição Social.

Para o registro e a manutenção dos referidos créditos, a Administração elabora estudo de projeção de lucro tributário e de realização dos créditos tributários, conforme requerido pelas normas do Banco Central do Brasil.

O referido estudo envolve complexidade, aplicação de julgamentos e adoção de premissas subjetivas pela Administração.

Considerando o acima descrito, essa permanece sendo considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Nossos principais procedimentos de auditoria consideraram a obtenção do estudo de projeção de lucros tributários aprovado pelo Conselho de Administração.

Efetuamos, também, a análise da razoabilidade das premissas utilizadas pelo Banco com as divulgadas no mercado, quando aplicável. Adicionalmente, confrontamos os dados históricos com as referidas projeções e efetuamos análise de aderência frente a Resolução 3.059 do Conselho Monetário Nacional.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a determinação da realização dos créditos tributários são razoáveis no contexto das demonstrações financeiras consolidadas.

Provisões para passivos contingentes (Notas Explicativas 2.4 e 12.4)

O Banco Mercantil do Brasil S.A. e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária.

Nossos principais procedimentos de auditoria abrangeram a atualização do entendimento dos controles internos relevantes relacionados à identificação, avaliação, monitoramento, mensuração, registro da provisão para

Porque é um PAA

Os processos podem ser encerrados após um longo tempo e envolvem, não só discussões acerca do mérito, mas também aspectos processuais complexos, de acordo com a legislação e jurisprudência vigentes. A evolução de jurisprudência sobre determinadas causas nem sempre é uniforme.

Assim, a mensuração e definição de reconhecimento de um passivo contingente, envolve aspectos subjetivos e julgamentos exercidos pela administração do Banco.

Considerando o acima descrito, essa permanece sendo considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

passivos contingentes e as divulgações em notas explicativas, bem como testes sobre a totalidade das bases de contingências e testes de aderência as respostas dos advogados externos.

Efetuamos testes em base amostral sobre a integridade e histórico de perdas incorridas que são base para quantificação dos processos judiciais massificados de natureza cível e trabalhista.

Com relação aos processos individualizados, substancialmente processos de natureza tributária, a apuração é realizada periodicamente a partir da determinação do valor do pedido e da probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada conforme as características de fato e de direito relativas a cada uma das ações. Analisamos, com o apoio de nossos especialistas, a probabilidade de perda dos processos judiciais e administrativos significativos de acordo com a natureza de cada processo.

Adicionalmente, realizamos procedimentos de confronto dos saldos contábeis com os relatórios analíticos suporte, bem como obtivemos confirmação com os assessores jurídicos responsáveis pelos processos relevantes, sobre a probabilidade de perda e o valor das causas.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração para a apuração e registro contábil das provisões para passivos contingentes são razoáveis em todos os aspectos relevantes no contexto das demonstrações financeiras.

Bens não de uso próprio (Nota Explicativa 9.1)

O Banco possui registrado em seu ativo bens não destinados ao uso próprio, correspondentes a imóveis, veículos e máquinas e equipamentos, que foram retomados ou recebidos em dação de pagamento de operações de crédito inadimplentes.

Esses bens são ajustados ao seu valor recuperável, por meio de constituição de provisão que considera as características de cada classe de ativo.

Pela subjetividade e pelas diversas premissas utilizadas pela Administração no processo de mensuração que podem afetar significativamente a apuração do valor recuperável desses bens, mantivemos essa uma área de foco de auditoria.

Nossos procedimentos consideraram, entre outros, o entendimento das metodologias de cálculo e análise das premissas utilizadas pela Administração para definição do valor recuperável dos bens, bem como realizamos análise da consistência dessas premissas com as adotadas em períodos anteriores.

Adicionalmente, nossa equipe de especialistas em avaliação de ativos realizou, em base de testes, a revisão metodológica das premissas operacionais, de mercado e financeiras utilizadas, bem como o recálculo desses montantes, de forma a avaliar a adequação dos valores apurados.

Consideramos que as premissas e metodologias adotadas pela Administração são razoáveis no contexto das demonstrações financeiras consolidadas.

Ambiente de tecnologia

O processamento das transações do Banco Mercantil do Brasil S.A. e suas controladas, o desenvolvimento de suas operações e a continuidade de seus processos de negócios são dependentes de sua estrutura tecnológica.

Assim, é importante a efetiva operação dos controles gerais de

Com o auxílio de nossos especialistas de sistemas, atualizamos o nosso entendimento e testamos a efetividade operacional dos controles gerais de tecnologia, controles automatizados ou dependentes de tecnologia, bem como os controles compensatórios.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
tecnologia, bem como dos seus controles dependentes para assegurar o processamento correto de informações críticas para a tomada de decisões ou das operações.	Em nosso plano de trabalho, consideramos também testes relacionados à acesso lógico, aos processos de gerenciamento e desenvolvimento de mudanças sistêmicas e segurança de acessos a programas e banco de dados.
Portanto, o ambiente de tecnologia da informação continua sendo uma área de foco em nossos trabalhos de auditoria.	Como resultado desses trabalhos consideramos que os processos e controles do ambiente de tecnologia nos proporcionaram uma base razoável para determinarmos a natureza e a extensão de nossos procedimentos de auditoria sobre as demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e é apresentada como informação suplementar para fins do Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da

comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 08 de agosto de 2019.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva
Contador CRC: 1SP197007/O-2

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em cumprimento ao disposto no art. 25, incisos V e VI da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 480, de 7 de dezembro de 2009, os Diretores do Banco Mercantil do Brasil S. A. – “BMB”, declaram que, conforme seus conhecimentos acerca da matéria, reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras do BMB, relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2019, bem como com as opiniões expressas no parecer emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, resultante do procedimento de auditoria realizado nas referidas demonstrações.

Belo Horizonte, 8 de agosto de 2019.

Diretor Presidente

Luiz Henrique Andrade de Araújo

Diretores Vice-Presidentes

José Ribeiro Vianna Neto

Mauricio de Faria Araujo

Paulo Henrique Brant de Araujo

Renato Augusto de Araújo

Vice-Presidente Executivo

Marco Antônio Andrade de Araújo

Diretores Executivos

Ângela Mourão Cançado Juste

Gustavo Henrique Diniz de Araújo

Lauro Wilson da Silva

Leonardo Ferreira Antunes

Rodrigo Alexander Pizzani Queiroz

Taise Christine da Cruz

Uelquesneurian Ribeiro de Almeida

Valci Braga Rezende

Diretores

Alceu Demartini de Albuquerque

André Gustavo Pereira Delledono

Humberto Pereira de Almeida

Jane César Coelho

Mariana Machado de Araújo de Souza Lima

Wagner Ricco

Diretor de Relações com Investidores

Gustavo Henrique Diniz de Araújo

Balanço publicado no jornal “Estado de Minas” edição de 14/08/2019.